

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Educação

**PRAÇA JERIMUM:
CULTURA INFANTIL NO ESPAÇO PÚBLICO**



Samy Lansky

2006

SAMY LANSKY

**PRAÇA JERIMUM:
CULTURA INFANTIL NO ESPAÇO PÚBLICO**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Maria Cristina Soares de Gouvêa

Co-orientador: Tarcísio Mauro Vago

Belo Horizonte

2006

*Para a minha querida Isabela
e para as crianças e famílias da Praça Jerimum.*

Agradecimentos

*Sarah Charnizon Lansky
Moyses Lansky
Isabela Vecci Abijaude
Sônia Lansky
Neusa e Francisco Rocha
Sérgio Godinho
e os demais amigos.*

*Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de Belo Horizonte
Associação Municipal de Assistência Social
Deborah Akerman
Elise Ferreira
Giovani Carlos Neves
e todos os que participam do “Se essa praça fosse minha”.*

*Maria Cristina Soares de Gouvêa, especialmente.
Tarcísio Mauro Vago
Bernardo Jefferson de Oliveira
Lúcia Capanema Álvares
Adriana Monteiro
Levindo Diniz Carvalho
Colegas do mestrado
Professores da Faculdade de Educação da UFMG
Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFMG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES
Crianças e famílias da Praça Jerimum
e todos os demais que colaboraram com esta pesquisa.*

Resumo

Nesta dissertação busca-se estabelecer um diálogo entre os campos da arquitetura e da educação ao analisar as apropriações de espaços públicos pelo sujeito contemporâneo, este definido com base no duplo recorte, geracional e social: a infância das camadas populares brasileiras. O *locus* do estudo é a Praça Jerimum, localizada na periferia de Belo Horizonte, construída com base na metodologia participativa, da qual pesquisador atuou como arquiteto. Foram analisadas as formas como o espaço pode alterar os processos de transmissão de conhecimentos e os modos diferenciados como as crianças e suas famílias usam, se apropriam e atribuem sentido aos tempos livres, aos espaços públicos urbanos livres e seus equipamentos. Além disso, foram analisadas, nesse contexto particular, as formas de diálogo que se estabeleceram entre as crianças e destas com o mundo adulto. Na pesquisa bibliográfica, foram buscados dados, principalmente, nas áreas de urbanismo, ciências sociais e nos estudos da infância com o intuito de entender alguns dos significados impressos ao espaço público pelos sujeitos. A análise de documentos relativos às políticas públicas para o lazer em Belo Horizonte, aos processos de construção da Praça e os dados obtidos mediante observação participante no campo privilegiam as relações dos sujeitos com o espaço na construção de práticas lúdicas. Foram avaliadas as possibilidades e os limites das formas de sua apropriação, tendo como foco a relação que a criança estabelece com tais espaços de lazer, voltados para a ação do brincar. As atividades lúdicas, dentre jogos, brincadeiras e desenhos infantis, apresentadas nesta dissertação, ocupam a maior parte do tempo-espaço disponível dos usuários, ou seja, a unidade espacial no caso estudado define sociabilidades próprias, configurando grupos infantis da Praça Jerimum, distintos daquelas originadas na escola, na família ou em outros espaços.

Palavras-chave

Infância – Cidade – Espaço público – Brinquedo – Brincadeira.

Abstract

This work aims at bringing architecture and education together when it analyzes urban spaces appropriation by Brazilian poor children – a stratum well defined both age-wise and social-wise. The geographic unit of analysis is also very particular: The Jerimum Square in Belo Horizonte, Brazil. The square was conceived under participatory premises, having the architect-researcher as the mediator in the involved processes. Foci of this study are the ways in which the built environment can interfere in the transmission of knowledge, and how the built environment and the leisure time may be appropriated by children and their families. Another focus is on how children in this particular stratum relate to each other and to adults in public spaces. The literature review relies on urban planning, social sciences and human development works – particularly children studies – in order to understand how subjects attribute meaning to urban public spaces. A review of public policies related to leisure in Belo Horizonte and of the square's construction history, together with 'participant observations', were used to apprehend the relations among subjects and their environment, in the formers' search for playfulness. Possibilities and limits encountered and enacted by children in their appropriation of the square were finally analyzed: ludic practices – mostly playing, gaming, and drawing – occupies most of their time and whereabouts. Furthermore, this particular geographic unit defines social behaviors and specific groups, other than those formed at school or within families: The Jerimum square's children groups.

Key words

Childhood – Urban environment – Public Spaces – Toy - Play

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 ESPAÇO.....	26
Público e privado	
A cidade: entre <i>locus</i> e objeto	
A inserção do sujeito	
3 INFÂNCIA.....	45
Família e camadas populares brasileiras	
Infância e cultura infantil	
Cultura lúdica e o brincar	
Infância e espaço	
Infância e brincadeira	
4 A CONSTRUÇÃO DO LUGAR.....	70
Espaços públicos de lazer em Belo Horizonte: aspectos históricos	
Lazer como direito	
A produção da Praça Jerimum	
Entre a cidade e a favela, um “pedaço”	
5 NO CAMPO.....	99
<i>Desço do mapa</i>	
A entrada no campo	
Os tempos	
As famílias	
A presença (ou ausência) jovem	
Crianças na praça	
<i>Pequenas e maiores</i>	
<i>Os brinquedos e o lugar</i>	
<i>Corpo e brincadeira</i>	
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	186
REFERÊNCIAS.....	193

1 INTRODUÇÃO



O Espaço não é neutro. Sempre educa.
(VIÑAO FRAGO, 2001, p. 75).

Esta dissertação tem como objeto a apropriação de espaços públicos pelo sujeito contemporâneo, com foco na infância das camadas populares brasileiras. Para tal, parto do pressuposto indicado por Viñao Frago: o espaço é uma realidade individual e coletivamente construída, que expressa significados das experiências daqueles que o habitam. Nele, estão inseridas marcas de sua produção, dos sujeitos que o fabricam e habitam, sua intencionalidade e apropriação. Em especial, o espaço público desempenha importante papel na construção das sociabilidades, visto que é aí que o ser humano, preponderantemente, condiciona e exercita sua dimensão social (SENNET, 1988).

O interesse sobre o tema tem em vista minha atuação como profissional da arquitetura e urbanismo, envolvido com questões relativas ao planejamento de espaços destinados à infância. Essa prática remeteu-me à análise dos significados do planejamento espacial construídos pelos atores envolvidos, planejadores e usuários, estes definidos por uma identidade geracional: a de crianças. Na investigação aqui descrita busquei compreender como um grupo de crianças das camadas populares se apropria de um espaço livre público urbano: a Praça Jerimum, localizada na periferia da cidade de Belo Horizonte, criada com base em metodologia participativa. Essa apropriação que se ancora na relação que a criança estabelece com tais espaços de lazer, voltados para a ação de brincar.

Meu envolvimento, como arquiteto, com o planejamento de espaços lúdicos para a infância, articulados à ação do brincar, relaciona-se com minha trajetória pessoal e familiar. A ligação com o brinquedo foi desde a infância bastante próxima. Meu avô, vindo da Romênia, se instalou no Rio de Janeiro e, por motivos de saúde, na década de 1930, transferiu-se para Belo Horizonte. Iniciou sua carreira na cidade como mascate e, em seguida, se tornou feirante. Com o sucesso dos negócios, na década de 1940 abriu o “Bazar Belo Horizonte” e, com o passar dos anos, passou a vender brinquedos. Várias pessoas da família trabalharam nessa loja, até mesmo meus pais que, na década de 1960 abriram seu próprio negócio, também no ramo de brinquedos. A partir da adolescência, eu e minhas irmãs ajudávamos meus pais na semana do Dia da Criança e no Natal. A história das lojas de brinquedos se confunde com nossa história familiar.

Segredo de família: segredo dos negócios.

(PERROT, 1991, p. 112).

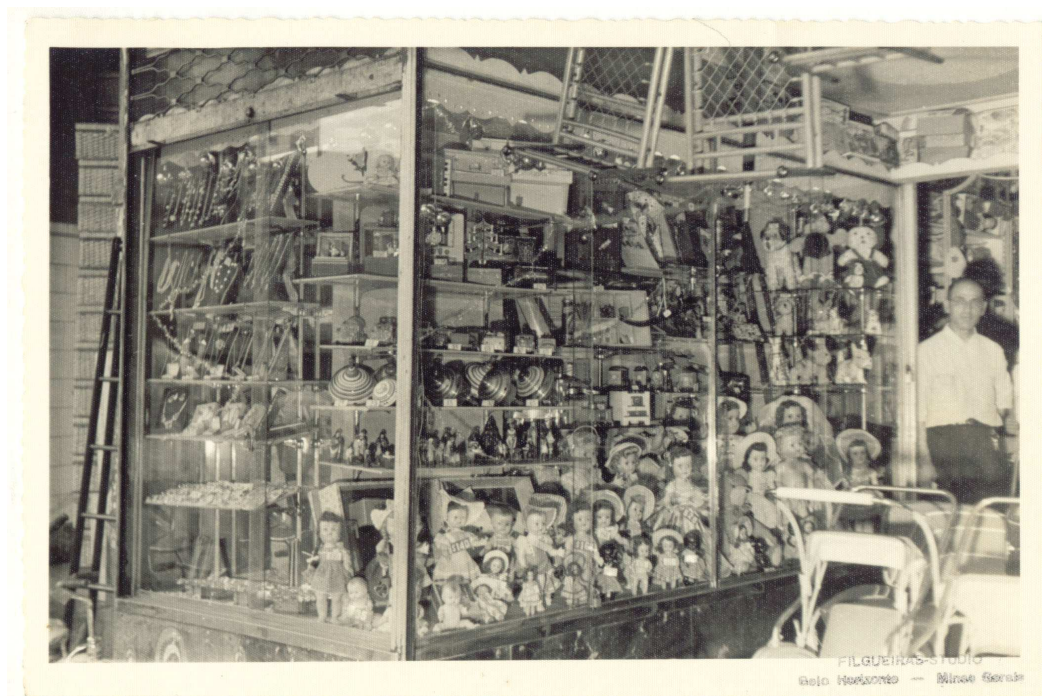


Figura 1: Bazar Belo Horizonte na década de 1950.

Em 1980 iniciei o curso de Arquitetura na UFMG. Como estagiário na Secretaria de Parques e Jardins da Prefeitura de Belo Horizonte, entrei em contato com o ramo do paisagismo. Em 1992, fui convidado para projetar um parque infantil para um clube nos arredores de Belo Horizonte que despertou meu interesse por essa temática. A partir daí, passei a trabalhar em projetos nessa área e encontrei nas instituições particulares de ensino um campo aberto às questões relativas ao planejamento do espaço e de sua importância para o desenvolvimento infantil. De forma intuitiva, foram sendo estabelecidos alguns pressupostos que direcionavam minha prática: propostas que considerassem a diversidade de usuários, incluindo recorte etário e de gênero; experimentação de novas metodologias, materiais e tecnologias; criação e desenvolvimento de brinquedos especiais para os distintos projetos; participação da comunidade no processo de construção do parque para a qual se destina. “Conceber e produzir um brinquedo é transformar em objeto uma representação, um mundo imaginário ou relativamente real” (BROUGÈRE, 1997, p. 16).

Até então, desenvolvia projetos destinados à infância das elites urbanas, no entanto, a partir de 2000, redirecionei o sujeito de minha atuação profissional ao focar as crianças oriundas das camadas populares, na tentativa de compreender como e onde essas crianças brincam. Nessa ocasião, elaborei um projeto de intervenção urbana de caráter lúdico destinado às camadas populares denominado “Ao ar livre” (LANSKY, 2000). Tal projeto propunha a participação da comunidade moradora das proximidades do local onde seria implantado, no processo de criação, realização e gerenciamento do seu lugar de encontro e da brincadeira. Tinha como principal objetivo interferir nas formas de sociabilidade a partir do estímulo à ludicidade e à convivência, mediante o encontro dos moradores, de suas discussões, de sua valoração como sujeitos da ação comunitária, do respeito às suas escolhas. Foram estabelecidos contatos com pessoas e instituições públicas e privadas que pudessem se interessar pelo projeto. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – 1996 – para a Educação Infantil recentemente havia transferido as responsabilidades de coordenação das creches da Assistência Social para a Educação, criando uma lacuna na atuação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS). A SMDS redefiniu sua atuação, mudou de denominação (passou a ser chamada de Secretaria Municipal de Assistência Social). No seminário *Política Social para o Município para a Criança Pequena: formulando novas ações*, ocorrido em agosto e setembro de 2000, foram apresentadas propostas para sua nova atuação, dentre elas o programa de melhoria de abrigos que incluíam ações de adequação do espaço físico para o atendimento de crianças pequenas e compra de brinquedos e equipamentos, “garantindo um ambiente estimulador,

solidário e aconchegante” (BELO HORIZONTE, 2002). Criou uma subdivisão denominada “Programa Criança Pequena” e disponibilizou recursos para a criação de uma área de convivência focada na criança para o Abrigo Granja de Freitas, no bairro Taquaril.

O Abrigo Granja de Freitas, da Prefeitura de Belo Horizonte, é o local para onde famílias, ao perderem suas casas durante o período de chuvas, são encaminhadas em caráter emergencial e incluídas em programa habitacional. O processo de transferência dessas famílias para suas moradias definitivas dura em torno de dois anos, sendo esse o prazo em que habitam esse abrigo. Fui contratado como arquiteto para fazer parte da equipe que, junto com os moradores, coordenaria as ações de planejamento dessa área de convivência. Existia entre os “alojamentos” um espaço livre disponível para a intervenção. Um local para eventos e jogos com bola, brinquedos, bancos, árvores e mesas para jogos foi instalado. As crianças moradoras do abrigo participaram da escolha das cores com que foram pintados os equipamentos e as fachadas que formavam o ambiente.

A partir desse projeto, comecei a trabalhar em espaços públicos, e o interesse pelas questões que envolvem seu planejamento passou a ser meu foco de pesquisa e intervenção. Entretanto, tal prática profissional se deu com um relativo desconhecimento sobre a infância e a dimensão educacional inserida nos espaços. Algumas questões foram consideradas, tais como as relações entre pares e com os adultos e a importância da participação das crianças nos processos de construção, mas não resolviam muitas das dúvidas sobre as concepções envolvidas nos projetos e implementações deles. Desde a formulação do “ao ar livre” (LANSKY, 2000), me proponho aproximar dos sujeitos para os quais os espaços foram destinados.



Figura 2 –Abrigo Granja de Freitas, 2000.

Em 2001, a Secretaria Municipal de Assistência Social criou o programa “Se essa praça fosse minha”, que procura intervir, por meio da brincadeira, nas formas de sociabilidade das crianças entre 0 e 6 anos e de suas famílias. A partir de índices de vulnerabilidade social, selecionou, uma área em cada regional da cidade para ser alvo da intervenção e propôs a participação comunitária na construção do lugar coletivo. Por outro lado, os moradores da Praça Jerimum, localizada no Bairro Independência, na Regional Barreiro, lutavam por melhorias na região. Nesse contexto a Praça Jerimum foi reformada a partir da idéia de se criar um espaço de lazer e brincadeira para as crianças e suas famílias. Ao focar no lazer desses grupos, o programa municipal entende a criança como sujeito de direitos e propõe a participação infantil no processo de produção do espaço, o que resulta em limites tênues entre os processos de produção e apropriação da Praça. Participo desse processo como arquiteto paisagista, criador dos brinquedos e na criação e desenvolvimento da metodologia de participação comunitária.

Na tentativa de compreender as relações entre o espaço e o sujeito que o utiliza, arrisquei, a partir de 2004, o diálogo com a educação, visto que é nesse campo que diversos pesquisadores se debruçam sobre os estudos da infância, sujeitos da minha atuação profissional. Assim, tento contribuir com os avanços das pesquisas que relacionam a infância e o espaço, a partir do olhar do arquiteto, priorizando a análise da produção e apropriação infantil dos espaços públicos.

Ao tratar dos temas infância e espaços públicos é importante observar que nas metrópoles contemporâneas vem se intensificando o sentimento de insegurança dos usuários dos espaços livres urbanos públicos, dado o aumento da violência urbana em nosso país. Além disso, o problema relativo à violência contra o espaço, representado pela quebra dos equipamentos e pela pichação, se configura como um dos principais desafios dos planejadores urbanos no Brasil. Afirmções com origens no senso comum justificam a falta de espaços e equipamentos destinados ao lazer em Belo Horizonte, pela violência contra eles e pela falta de zelo praticada pelos usuários. Essa questão levou-me a problematizar os usos que as populações das camadas populares fazem dos espaços públicos, buscando obter dados empíricos sobre a apropriação dos locais públicos de lazer.

Centralidades deslocadas



Figura 3:

Mapa América do Sul. Ilustração do artista uruguaio

Joaquín Torres García.

Fonte: Disponível em: <<http://www.rau.edu.uy/uruguay/cultura/torres.htm>>

Acesso em: 14 ago 2006.

[...] na realidade nosso norte é o Sul. Não deve haver norte para nós senão por oposição ao nosso Sul. Por isto, agora, colocamos o mapa invertido e então temos uma idéia precisa de nossa posição, e não como querem no resto do mundo.¹ (GARCIA, 2006, tradução nossa)

O recorte estabelecido neste estudo propõe o deslocamento e o descentramento da atenção relativos a algumas categorias: a visão a partir da **criança**, em vez da visão “adultocêntrica”; o *locus* do estudo é a **Praça Jerimum**, localizada na fronteira **entre a cidade e a favela**, distante dos centros urbanos planejados, cujos moradores pertencem às chamadas **camadas populares**; e o **tempo-espço livre** no lugar da análise do tempo-espço de trabalho ou tempo-espço ocupado, construído, tal como na escola.

¹ [...] *en realidad, nuestro norte es el Sur. No debe haber norte, para nosotros, sino por oposición a nuestro Sur. Por eso ahora ponemos el mapa al revés, y entonces ya tenemos justa idea de nuestra posición, y no como quieren en el resto del mundo* (GARCIA. Disponível em: <http://www.rau.edu.uy/uruguay/cultura/torres.htm>> Acesso em: 14 ago. 2006).

A decadência da cidade e das formas urbanas tradicionais de sociabilidade é uma das características do século XX. Se antes existia nas cidades o espaço do encontro, tais como a praça e o café, as metrópoles contemporâneas passam a significar espaços de passagem ou “não-lugares”, que se distinguem dos espaços personalizados (AUGÉ, 1994). A globalização pode ter como um de seus efeitos o declínio do espaço público e da convivência democrática mediante a segregação social no espaço, características da contemporaneidade.

As camadas populares urbanas brasileiras são, em sua maioria, constituídas por moradores das periferias, e “[...] por trabalhadores de baixa renda, de origem rural, inseridos de uma forma ou de outra no ambiente capitalista vigente e são atingidos pelas culturas de massa, que estão em toda parte inclusive nas casas” (MAGNANI, 1984, p. 22). Nas periferias urbanas brasileiras a infra-estrutura urbana é mais precária, até mesmo quanto aos espaços públicos de lazer.

No entanto, de uma sociedade complexa como a brasileira não se pode esperar que seu universo seja homogêneo e coerente. Vários pesquisadores, em especial da antropologia urbana, se debruçam em temas relacionados aos grupos sociais que vivem nas periferias (SANTOS, 1980).

Não estamos, é claro, diante de comunidades isoladas, relativamente fechadas sobre si mesmas, com um corpo de rituais e com uma explicação da natureza e de seus próprios processos sociais contida num conjunto mais ou menos estável de mitos, como os povos primitivos estudados pela antropologia clássica (MAGNANI, 1984, p. 21)

A família constitui o elemento básico de organização dos modos de vida dos grupos das camadas populares, representando a unidade de rendimentos e consumo: lugar de divisão social do trabalho (DURHAM *apud* GOUVÊA, 1990). No entanto, uma visão que parte do paradigma da produção não esgota as possibilidades de análise. Para Sarti (2003), nas últimas décadas, os pobres brasileiros são analisados, por um lado, a partir da idéia da falta de direitos; por outro, o privilégio das culturas como objeto de investigação proporciona a valorização da diversidade cultural, destacando-se temas como o cotidiano, o trabalho, a família, o lazer, dentre outros, na compreensão da dinâmica cultural da experiência dos grupos populares.

Este estudo parte dessa visão e privilegia a análise das expressões culturais das camadas populares, em especial aquelas desenvolvidas pelas crianças, nas suas práticas de lazer coletivo. No entanto, tais elementos não se realizam de maneira autônoma, mas, sim, num diálogo com a cultura adulta. Portanto, para uma aproximação com o universo e a cultura infantil, torna-se necessária a análise da cultura e do cotidiano dos grupos familiares em que estão inseridas.

A infância entendida como construção social não é um dado universal ou natural, visão que embasa os estudos do ramo da sociologia da infância. Para Sarmento (2005), os estudos sobre a criança no campo sociológico devem partir de três fundamentos: a) a infância como categoria geracional própria; b) o reconhecimento crítico da alteridade da infância; e c) o balanço crítico das perspectivas biologistas, entendendo a criança como ser incompleto e psicologizante, que interpreta as crianças como indivíduos que se desenvolvem independentemente do contexto.

No que se refere ao estudo da infância como categoria geracional, para o autor, o próprio conceito de geração deve ser reconsiderado. Inicialmente, o termo foi proposto por Karl Mannheim (*apud* SARMENTO, 2005, p. 364), e sua natureza é eminentemente cultural:

A geração consiste num grupo de pessoas nascidas na mesma época, que viveu os mesmos acontecimentos sociais durante a sua formação e crescimento e que partilha a mesma experiência histórica, sendo esta significativa para todo o grupo, originando uma consciência comum, que permanece ao longo do respectivo curso de vida.

No entanto, esse conceito foi criticado pela “diluição” dos principais fatores de estratificação social, especialmente as diferenças e desigualdades de classe. Sarmento (2005) se propõe até mesmo a alargar as perspectivas interacionista de Alanen (2001), que considera a geração como variável dependente de aspectos estruturais vastos e como variável independente, “pelos efeitos estruturantes da ação das crianças como atores sociais” (*apud* SARMENTO, 2005, p. 365). Sarmento (2005, p. 365-366) historiciza o conceito de geração, sem perder de vista suas dimensões estruturais e interacionais.

A infância é historicamente construída a partir de um processo de longa duração que lhe atribuiu um estatuto social e que elaborou as bases ideológicas, normativas e referenciais do seu lugar na sociedade. Esse processo, para além de tenso e internamente contraditório, não se esgotou. É

continuamente atualizado na prática social, nas interações entre crianças e nas interações entre crianças e adultos. Fazem parte desse processo, as variações demográficas, as relações econômicas e os seus impactos diferenciados nos diferentes grupos etários e as políticas públicas, tanto quanto os dispositivos simbólicos, as práticas sociais e os estilos de vida de crianças e adultos. A geração da infância está, por consequência num processo contínuo de mudança, não apenas pela entrada e saída dos seus atores concretos, mas por efeito conjugado das ações internas e externas dos fatores que a constroem e das dimensões de que se compõe.

Nesse sentido, aponta as culturas infantis como a porta de entrada para a compreensão de sua alteridade e lança mão dos conceitos de Corsaro e Edler (*apud* SARMENTO, 2005, p. 373) para definir tais culturas: “São um conjunto estável de atividades ou rotinas, artefatos, valores e idéias que as crianças produzem e partilham em interação com seus pares”.

Tal perspectiva atribui à criança uma relativa autonomia em sua produção cultural, tema envolto em controvérsia. Para Sarmento (2004, p. 21), o debate se centra em saber se as produções autônomas infantis se estruturam e se consolidam em “sistemas simbólicos relativamente padronizados, ainda que dinâmicos e heterogêneos, isto é, em culturas.” Para o autor, “estudos sociológicos têm sustentado a autonomia das formas culturais da infância” (p. 21), que se desenvolvem em modos de comunicação intergeracionais e intrageracionais, ou seja, em dimensões relacionais. Ao exprimirem a cultura da sociedade em que estão inseridas, o fazem de modo distinto das culturas adultas. É o que Sarmento (2004, p. 21) chama de “universalidade das culturas infantis”, que ultrapassa os limites da inserção cultural local de cada criança. Segundo o autor, um dos traços fundamentais das culturas infantis é a ludicidade.

Pensando as sociedades contemporâneas nas quais o brincar é entendido como atividade eminentemente infantil, Brougère (1994) afirma que o brinquedo é revelador da cultura e suporte de relações sociais que lhe conferem razão de ser:

A infância é, conseqüentemente, um momento de apropriação de imagens e de representações diversas que transitam por diversos canais. [...] O brinquedo é, com suas especificidades, uma dessas fontes [...] Parece útil considerar o brinquedo não somente a partir da dimensão funcional, mas também sua dimensão simbólica. (BROUGÈRE, 1997, p. 40-41)

É preciso, efetivamente, romper com o mito da brincadeira natural. [...] A brincadeira é um processo de relações interindividuais, portanto de cultura. (BROUGÈRE, 1994, p. 97)

Assim, a brincadeira é aqui compreendida como atividade cultural, característica de um grupo geracional que toma como cena a cidade e seus espaços públicos. Se estes eram considerados, até o século XIX, o lugar do encontro, do social, *locus* do desenvolvimento cultural, a sociedade contemporânea pode estar deslocando tais funções. Considerando a cidade como campo de tensão, Seabra (2005, p. 2) afirma que a partir do início do século XX, no Brasil, os interesses, as demandas e as disputas implicam novas modalidades de usos dos espaços urbanos, resultando na normatização dos usos incluindo a regularização da propriedade territorial, “definindo-se, assim, os termos da apropriação do espaço seja no âmbito privado ou público”. A autora afirma que a valorização dos terrenos urbanos, sob pressão do mercado fundiário, subtrai à sociedade os espaços intersticiais, destinados às práticas espontâneas. No entanto, para ela, o golpe de misericórdia nessa subtração foi a constituição dos espaços de circulação (sempre insuficientes) por serem condicionantes para a produção e distribuição de mercadorias. A disseminação do automóvel e da cultura automotiva condiciona as modalidades dos usos públicos livres urbanos. Nesse sentido, segundo a autora, a prioridade dada ao automóvel subtraiu a rua às crianças.

A cultura produzida pela infância livremente nos espaços públicos foi progressivamente sendo assimilada pelos espaços privados à medida que a urbanização e a vida burguesa avançaram. Em decorrência disso, alteram-se para crianças e jovens as relações que mantinham com categorias sócio-culturais, como diversidade/uniformidade, e categorias políticas, como autonomia/controle. [...] Sem poder brincar pela cidade, a criança perde não apenas o espaço físico, mas, sobretudo altera estruturalmente suas condições de produzir e de se relacionar com a cultura, com a sociedade, com a política. (PERROTTI, 1990. p. 92)

Com o objetivo de compreender como as crianças, apesar dos limites que lhes impostos, se relacionam com os espaços da cidade, parto para uma investigação empírica. Neste estudo, a Praça Jerimum é o *locus* da investigação, sendo o cotidiano, seus usos e sentidos atribuídos à Praça, que analiso não mais como técnico participante de sua construção, mas com o olhar de pesquisador, distante do processo de sua construção e me aproximando da comunidade e de sua cultura expressa na relação com o espaço. O período analisado neste estudo se inicia quando o município passou a ser administrado por grupos identificados com questões populares, ou seja, do início da década de 1990 até os dias atuais. Durante esse período, o local sofreu duas reformas: na primeira, a Rua Jerimum foi urbanizada e recebeu pavimentação; a segunda reforça sua vocação para o lazer quando foi selecionada para ser alvo de intervenção do projeto “Se essa praça fosse minha” e a transformou na Praça Jerimum.

[...] existe uma total confusão entre os conceitos de espaços livres, áreas verdes, espaços públicos de recreação, lazer e conservação, que, no geral, são agrupados sob o ‘guarda-chuva’ do conceito áreas verdes - que simplesmente designa as áreas urbanas recobertas por qualquer tipo de vegetação (MACEDO; QUEIROGA; ROBBA, não publicado)

Segundo Macedo e Robba (2002, p. 17), “praças são espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos” e recebem significados ambientais, culturais, recreativos e estéticos. Já para Maciel (1999, p. 71), “os espaços livres são aqueles que não têm construções: avenidas, ruas, áreas com cobertura vegetal, lagos e montanhas. Nos espaços livres e públicos enquadram-se as praças e os parques municipais”. Ao considerar que a categoria livre/construído se refere ao objeto da arquitetura e a categoria público/privado se refere à apropriação do sujeito, privilegio neste estudo a última categoria citada, especialmente analisada no âmbito da educação.

A Praça Jerimum localiza-se no extremo sul do município de Belo Horizonte, no limite com o município de Ibirité, mais especificamente no Bairro Independência, próxima ao bairro Petrópolis e à Vila Independência, na Regional Barreiro. O Bairro faz limite ao leste com a Serra do Rola-Moça, que pode ser observada da Praça. Não consta como praça na relação de logradouros da Sistema de Informações Urbanas (SIUR), mantida pela Prodabel e pela Secretaria Municipal de Regulação Urbana. Também não consta como praça no sítio eletrônico dos Correios. Nessas fontes consta como Rua Jerimum. Consta como praça apenas na placa de inauguração descerrada em outubro de 2003. Na placa de inauguração da primeira obra, a de urbanização, consta também como rua. Nos mapas contidos nos catálogos telefônicos impressos, a Praça Jerimum não existe.

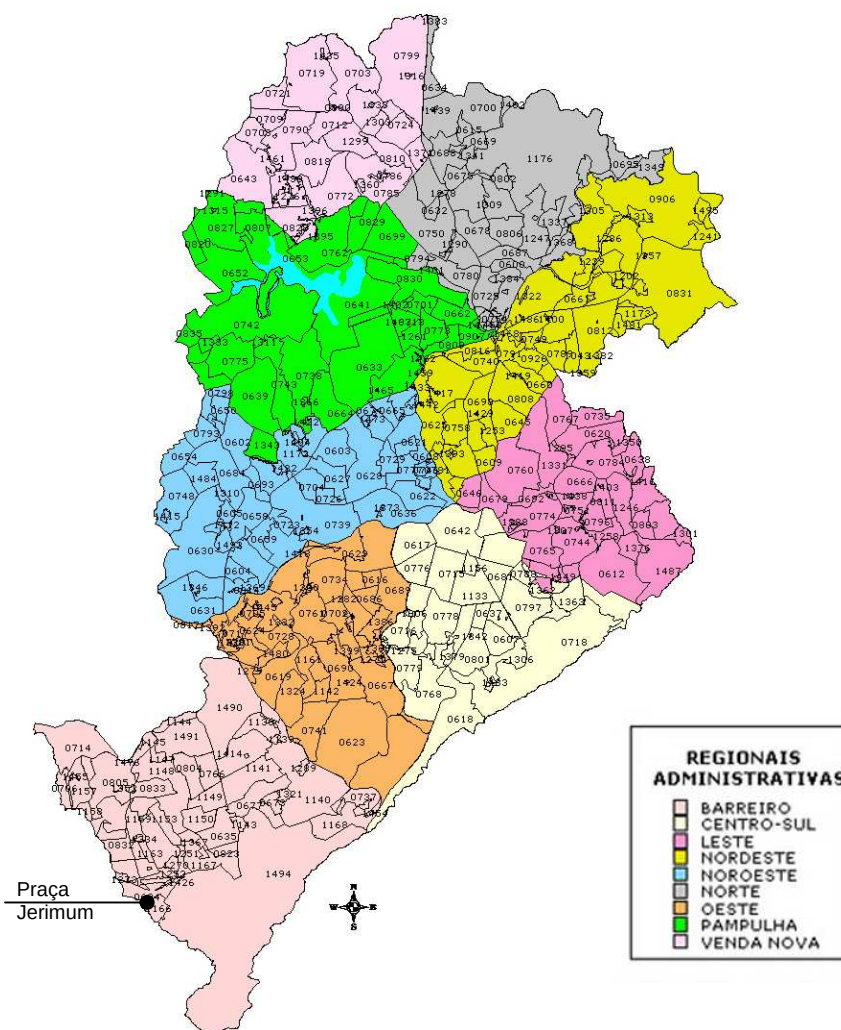


Figura 4: Mapa de bairros populares do município de Belo Horizonte por regional.
Fonte: PBH adaptado pelo autor.



Figura 5: Fotos Rua Jerimum, 2002. Fonte: PBH; Rua Jerimum, 2002. Fonte: PBH; Praça Jerimum, 2003. Fonte: PBH; Praça Jerimum em evento de inauguração, 2003; Praça Jerimum, 2005.

Ao relacionar os temas da arquitetura e da educação, tento compreender, por meio desta pesquisa, quais os significados impressos ao espaço público urbano pelos sujeitos envolvidos nos processos de sua construção: produtores e usuários.

O objetivo específico é compreender o significado que a Praça Jerimum passou a ter após sua reforma realizada com a comunidade, no intuito de analisar se ocorreu a apropriação pelos usuários e especialmente pelas crianças, e como ocorreu tal processo.

Ao considerar que as formas de brincar se distinguem de acordo com a inserção social da criança, busco compreender como brincam as crianças das camadas populares brasileiras nos espaços públicos das metrópoles contemporâneas.

Os fatores que influenciam tais práticas serão analisados aqui, na tentativa de compreender como se estabelecem as relações entre os sujeitos presentes na Praça, oriundos das diversas instâncias.

O tema desta escrita, portanto, é a infância e seus espaços, em especial aqueles onde a cultura lúdica das crianças brasileiras contemporâneas se desenvolve. Busco compreender os modos diferenciados como as crianças usam os tempos livres, como se apropriam deles, que sentido lhes atribuem, bem como os espaços livres urbanos e os seus equipamentos, enfim como é *o brincar em espaços públicos*. Mesmo sendo opção para o tempo livre, a brincadeira infantil é determinada por uma série de fatores estruturais, portanto históricos, econômicos e culturais que condicionam a rede de relações sociais em que as crianças urbanas contemporâneas estão inseridas. Os espaços públicos urbanos recebem significados distintos que evoluem historicamente. Lugar do encontro, dos deslocamentos, do desvio, do masculino, das sociabilidades, do público, do adulto.

Para enfrentar tal desafio, utilizo a etnografia. A abordagem etnográfica combina vários métodos de coleta de dados, dentre os quais foram utilizados neste estudo: 1) análise de documentos relativos às políticas públicas para o lazer e aos processos de construção da Praça, ou seja, publicações, mapas, projetos, fotos e desenhos infantis; 2) observação participante no campo, onde realizei anotações em diário, registros de conversas informais e entrevistas semidirigidas com usuários da Praça, entre crianças, jovens e adultos; registro fotográfico e videográfico; e coleta de desenhos das crianças.

O recurso da etnografia é apontado por diversos autores como uma metodologia adequada a dar “voz às crianças e fazê-las participar na produção dos dados sociológicos” (PINTO, 1997, p. 68). Segundo Nunes e Silva (2000), a renovação do interesse pela criança na pesquisa antropológica foi criada pela própria revisão do conceito de socialização. De mecanismo integrador da criança à sociedade com objetivo de formação de indivíduos ajustados aos padrões de comportamento de acordo com a ordem estabelecida, passa-se a “[...] uma concepção dinâmica e historicizada de cultura, em que as crianças passam a ser consideradas seres plenos, atores sociais ativos [...] produtores de uma reflexão crítica sobre o mundo dos adultos” (NUNES; SILVA, 2000, p. 20).



Figura 6: Crianças brincando na Praça Jerimum, novembro de 2005.

A inserção no campo ocorreu entre abril de 2005 e dezembro de 2005, o que me possibilitou a coleta de dados em períodos com características diferenciadas. Foram registradas 63 crianças, sendo destas 21 até 6 anos (13 meninas e 8 meninos); 42 entre 7 e 12 anos (23 meninas e 19 meninos); 9 jovens (2 moças e 7 rapazes); e 20 adultos (11 mulheres e 9 homens). Os nomes utilizados nesta pesquisa são fictícios, escolhidos aleatoriamente, e as assinaturas foram retiradas dos desenhos para que não seja possível a identificação das crianças, pois poderia colocá-las em risco, tal como salienta Kramer (2002). A publicação das fotos foi autorizada pelo responsável e também pelas crianças registradas.

As doze entrevistas semidirigidas, realizadas nos momentos finais da observação, trazem relatos coletivos na sua maior parte, pois foram realizadas em sua maioria na Praça, e estando num espaço aberto e público era difícil conseguir uma conversa particular ou até mesmo que os entrevistados se concentrassem. Especialmente aquelas realizadas com as crianças eram interrompidas diversas vezes pelas brincadeiras, por outras crianças ou pelos adultos que as solicitavam. Os 14 entrevistados foram escolhidos com o intuito de obter dados que representassem os diversos grupos sociais encontrados: um menino de 5 anos, três meninas e quatro meninos entre 7 e 11 anos, três jovens (dois rapazes e uma moça) e três mulheres adultas. Foram registradas várias conversas informais com homens adultos.

O desenho está presente no local desde o momento anterior à construção da Praça. Constitui meio de comunicação entre crianças, na relação adulto/criança e entre adultos. Inicialmente, os mapas foram utilizados para a seleção da área de intervenção. Posteriormente, os registros da interação política pública/infância produzidos durante o processo de criação da Praça, ou seja, desenhos realizados por moradores (e possíveis usuários futuros da Praça) de todas as faixas etárias, convidados a participar de oficinas de sugestões para o projeto de intervenção no espaço físico. Em seguida, os desenhos dos arquitetos para a comunidade e para os técnicos. Durante a obra, os das oficinas de mosaicos com temática de flores.

Durante a observação, utilizo um pequeno caderno como diário, que foi apropriado pelas crianças para a atividade de desenho. Apesar de não ter sido prevista essa fonte, tais desenhos passaram a ser objeto de interação entre crianças e o pesquisador, estabelecendo relações de troca. Por meio da linguagem gráfica, deixaram sua marca na pesquisa e passaram a constituir fonte de análise neste estudo. Da atividade de desenhar participaram meninos e meninas, incluindo as crianças pequenas, por decisão própria. Foram recolhidos 62 desenhos, de meninos e meninas entre 3 e 12 anos, que utilizaram apenas minha lapiseira e o caderno de campo, em 10 situações diferentes, todas elas tendo as mesinhas da Praça como apoio.

Na primeira parte do Capítulo 2 – *Espaço* –, apresento a evolução histórica dos conceitos que definem a distinção entre o público e o privado; no item seguinte, faço um apanhado sobre as disciplinas que pesquisam a cidade, tais como o urbanismo e a antropologia urbana; em seguida as relações entre o sujeito e os espaços são tratadas.

No Capítulo 3 – *Infância* –, atendo-me aos estudos sobre a infância: inicialmente no contexto familiar específico; em seguida pela visão da sociologia; a cultura lúdica como traço fundamental da infância; os processos de especialização dos espaços segundo a classificação geracional infantil; para finalizar com as pesquisas que relacionam os três temas: espaço, lazer e infância com base na visão da educação, dos estudos do lazer, da sociologia e da antropologia, da arquitetura e do urbanismo.

No Capítulo 4 – *A construção do lugar* –, apresento os dados relativos aos processos que determinaram a constituição da Praça Jerimum como espaço de lazer de seus moradores, mediante pesquisa documental, bibliográfica e da memória de seus moradores. No primeiro item são apresentados os aspectos históricos que determinam a criação de espaços de lazer em Belo Horizonte; posteriormente, o processo de democratização do País, quando o lazer passou a ser entendido como direito; e o processo de reforma que a Praça Jerimum sofreu diante da metodologia participativa.

No Capítulo 5 – *No campo* –, analiso os dados coletados mediante observação participante para discutir as formas como o espaço foi apropriado em diálogo com a produção teórica levantada. Para isso, analiso inicialmente os processos metodológicos de saída do lugar do profissional da arquitetura para me colocar como pesquisador, minha entrada no campo e a recepção dos moradores. Em seguida, descrevo como a categoria tempo altera os usos da Praça para, então, analisar os sujeitos família e juventude, para focar a infância, as atividades, os brinquedos e cultura que expressam no espaço da Praça Jerimum.

Nas *Considerações finais*, tento dar relevo aos principais dados coletados e alguns apontamentos para pesquisas posteriores.



2 ESPAÇO

Público e privado

Ao analisar as relações que os sujeitos infantis estabelecem com os espaços públicos, em seu processo de apropriação, cabe compreender que a distinção entre o espaço público e o privado é construída e deve ser avaliada historicamente. A noção atual não é natural ou estável. É produzida a partir de elementos sociais, culturais e históricos.

Segundo o pensamento grego, a capacidade humana de organização política não apenas difere, mas é diretamente oposta a essa associação natural cujo centro é constituído pela ‘casa’ (*oikia*) e pela família. O surgimento da cidade-estado significava que o homem recebera (ARENDT, 2001, p. 33) ‘além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bios politikos*. Agora cada cidadão pertence a duas ordens de existência; e há uma grande diferença entre aquilo que lhe é próprio (*idion*) e o que é comum (*koinon*).’ (JAEGER *apud* ARENDT, 2001, p. 33)

Na Antigüidade, a distinção entre o público e o privado correspondia à distinção entre a família e a política. A esfera familiar estava relacionada às necessidades físicas de sobrevivência, enquanto a liberdade situava-se exclusivamente na política, o que caracterizava a *polis* grega (ARENDT, 2001).

A sociedade poderia ser definida em termos geográficos, em regiões mais abertas e mais fechadas, onde o público se define como o aberto à observação e o privado como a região protegida da vida. Ao analisar a localização das atividades humanas Arendt (2001, p. 84) observa que

o significado das duas esferas indica que há coisas que devem ser ocultadas e outras que necessitam ser expostas em público para que possam adquirir alguma forma de existência. Se examinarmos essas coisas, independentemente de onde as encontramos em qualquer civilização, veremos que cada atividade humana converge para sua localização adequada no mundo.

Nas sociedades tradicionais, as relações sociais, fossem entre familiares, amigos e inimigos, eram baseadas na solidariedade, e o Estado, quando existia, raramente intervinha. A partir do século XVIII, o Estado francês pós-revolucionário associou interesses individuais com a traição à nação, justificando sua atuação na esfera privada. Para criar um “novo homem” o

público invade o privado alterando seu cotidiano. Do vestuário à linguagem, passando pela moradia, tudo era objeto de intervenção, na tentativa de “politizar todas as coisas” (HUNT, 1991, p. 31).

Progressivamente, a família ia-se afirmando como instância relacionada à dimensão privada da vida social, local onde as exigências da natureza se contrapunham às exigências públicas de civilidade (PERROT, 1991). Mudanças ocorridas nos meios de produção e transporte favoreceram a separação entre os locais de trabalho e os de moradia, criando outras solidariedades, por exemplo, as sindicais. Trabalho e família se tornaram eixos distintos de sociabilidades, sendo que no trabalho era possível a vigilância e para a família eram construídas políticas sociais de controle.

Sennet (1988) afirma, no entanto, que desde o século XVI a oposição entre o público e o privado era definida de forma semelhante à atual: o privado poderia ser considerado a região social da família e dos amigos, enquanto o público era domínio também dos desconhecidos e estranhos. A partir do século XVIII, o crescimento das cidades européias acelerou e elas foram se tornando um “mundo em que grupos diversos estavam entrando em contato na sociedade” (SENNETT, 1988, p. 31). Distâncias entre os locais de trabalho e de moradias associadas aos efeitos da imigração transformaram as cidades em espaços de sociabilidade entre grupos estranhos e distintos. A experiência (pública) com estranhos, para alguns estudiosos, passou a ser considerada importante na formação da personalidade humana.

Comportar-se com estranhos de modo emocionalmente satisfatório e, no entanto permanecer à parte deles, era considerado em meados do século XVIII como um meio através do qual o animal humano transformava-se em ser social. (SENNETT, 1988, p. 33)

A ruptura causada pela industrialização criou novos ambientes humanos, destruiu os antigos, o crescimento urbano acelerou o ritmo e criou uma nova paisagem para a cidade. Se o século XIX é considerado pelos historiadores o apogeu do equilíbrio entre as esferas públicas e privadas, o século seguinte se caracteriza pela decadência da cidade e das formas urbanas de sociabilidades. Ariès (1981) afirma que a família se “hipertrofiou”, tentando preencher o vazio e responder a todas as necessidades afetivas e sociais, não mais encontradas nas formas

urbanas. Porém, segundo o autor, ela fracassou, pois seria inviável exigir da família que ocupasse tal papel.

Sevcenko (2001) afirma que a partir do final do século XIX perdemos as referências tradicionais de tempo e espaço. As aplicações da eletricidade e do petróleo especialmente usadas no desenvolvimento dos meios de transporte possibilitaram o deslocamento geográfico em muito menos tempo que anteriormente. Se antes existia nas cidades o espaço do encontro entre o trabalho e a casa, num segundo momento o automóvel permitiu que as moradias dos ricos e os locais de trabalho se deslocassem para longe dos centros urbanos e as metrópoles passaram a significar apenas espaços de passagem. A partir da segunda metade do século XX, a radical separação espacial resultou numa fragmentação dos bairros e sua conseqüente segregação. Os espaços intersticiais deixam de existir, como no século anterior. As praças e os cafés de espaços de encontro se tornaram espaços do movimento, do deslocamento e da pressa. O espaço público não é de ninguém. É visto como perigoso.

Berman (1986) afirma que, no século XX, o processo de modernização abarcou virtualmente o mundo todo. A ausência de valores e a abundância de possibilidades caracterizam a humanidade moderna. “O homem moderno como sujeito – como um ser vivente capaz de resposta, julgamento e ação sobre o mundo – desapareceu” (BERMAN, 1986, p. 27). O avanço tecnológico causa desequilíbrio nas sociedades mais desenvolvidas, mas também canaliza para elas os maiores benefícios, segundo Sevcenko (2001).

O aumento dos complexos industriais gerou maior aglomeração operária e, portanto, maiores condições de organização desse grupo social e de formas de pressão. Sua luta pelas melhorias das condições de vida se converteu em aumento de salários e de tempo livre. Segundo Dumazedier (1999), diversos autores associam o desenvolvimento do lazer ao progresso intelectual dos trabalhadores e ao aumento de sua participação nos negócios da cidade. O autor afirma que as origens do lazer não se apresentam como consenso entre os pesquisadores, pois para alguns o lazer existia em todos os períodos e em todas as civilizações. Já no entender de Dumazedier, o lazer deveria ser entendido como o conjunto de atividades que escapam aos ritos coletivos, ou seja, dependem da livre escolha dos indivíduos, ainda que certas instâncias as determinem. Nas sociedades tradicionais, as festas englobavam trabalho e jogo. Nas sociedades pré-industriais, o trabalho possui o ritmo natural das estações e dos dias, cortado por pausas, jogos, cantos e cerimônias. Somente nas sociedades industriais e pós-

industriais o trabalho profissional se destaca de outras atividades e, portanto, o tempo livre é nitidamente separado. “O lazer não é a ociosidade, não suprime o trabalho; o pressupõe” (DUMAZEDIER, 1999, p. 28).

A globalização pode ter como um de seus efeitos o declínio do espaço público e da convivência democrática por meio da segregação social no espaço, características da contemporaneidade. Se anteriormente os Estados controlavam a economia e as grandes empresas, transferindo para o público parte de seus lucros, a partir da década de 1970, as grandes corporações prevalecem sobre os sistemas políticos e a opinião pública. O que Sarmiento (2004, p. 14-15) chama de segunda modernidade caracteriza-se pela

[...] substituição de uma economia predominantemente industrial por uma economia de serviços, criação de dispositivos de mercado à escala universal, a deslocalização das empresas, [...] a afirmação dos EUA como única potência hegemônica, [...] as rupturas no mercado de trabalho pela subida das taxas de desemprego, [...] a crescente presença e reclamação na cena internacional de movimentos sociais e protagonistas divergentes das instâncias hegemônicas, a afirmação radical de culturas não ocidentais, nomeadamente de inspiração religiosa, etc.

Para Dumazedier (1999, p. 169-170), no entanto, os espaços de lazer e os espaços culturais são espaços sociais

[...] onde se entabulam relações específicas entre seres, grupos, meios, classes. [...] Este espaço é determinado pelas características da população que o utiliza, pelo modo de vida dos diferentes meios sociais que o freqüentam. Deverá ao mesmo tempo respeitar, desenvolver as diversidades culturais destes indivíduos para escapar à uniformização, à padronização, ao tédio social. Deverá também reduzir as diferenças, as disparidades, os desequilíbrios culturais que privam algumas esferas sociais de tudo o que a cultura urbana poderia lhes proporcionar.

Segundo o autor, apesar de a Administração Pública, com freqüência, deixar de considerar os espaços privados de lazer, é impossível separá-los dos espaços públicos se se pretende favorecer um “desenvolvimento harmonioso e eficaz das atividades de lazer”. (p.170).

No entanto, ao contextualizar as discussões sobre o lazer no Brasil, é importante observar o seu duplo sentido. Para Vago (BELO HORIZONTE, 1995), o lazer tanto pode ser um instrumento de opressão e controle social quanto um tempo de libertação. Baseado nas idéias

de Foucault (1988), para quem o corpo está diretamente relacionado ao campo político, Pinto (BELO HORIZONTE, 1995) aponta para a necessidade de reflexão apurada, pois, no contexto social brasileiro, o lazer é muitas vezes usado como instrumento de manobra e controle do corpo e do lúdico.

O controle do corpo e do lúdico se dá ainda, pelo quadriculamento do espaço, definindo-se cada coisa e cada pessoa em seu lugar. [...] Nada escapa às intenções dos projetos de controle sistemático do corpo e do lúdico. [...] Precisamos ler o uso do corpo em nosso meio, desvelando sua utilização para o controle social, bem como suas resistências a esse. (BELO HORIZONTE, 1995, p. 23, grifo nosso)

Segundo Foucault (1988), desde o século XVII o corpo é alvo de métodos disciplinares que permitem o controle minucioso de suas operações, quando as disciplinas se tornaram fórmulas gerais de dominação atingindo inclusive as brincadeiras infantis. Ao analisar o contexto escolar o autor afirma que “os admonitores estão encarregados de tomar conta dos que falam ou fazem zumzum ao estudar as lições, dos que não escrevem ou brincam”. (p. 158). Ao definir a “vigilância hierárquica”, o autor comenta:

O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam. (p. 153)

Assim é que cabe uma visão mais dinâmica da relação entre esses dois domínios da vida social – o público e o privado. Nesta pesquisa, ao contemplar a produção de espaços públicos para a infância, torna-se fundamental compreender a construção histórica de estratégias de planejamento de tais espaços, fundada na ciência do urbanismo.

A cidade: entre *locus* e objeto

As discussões relativas ao planejamento urbano passam a ser tema de estudo científico a partir do século XIX. O termo urbanismo é recente. O surgimento do urbanismo como ciência articula-se à modificação nas grandes cidades, operadas principalmente a partir do final do século XIX, em que o espaço e sua organização passam a ser planejados de acordo com uma racionalidade técnica. Segundo Choay (1979), o início do ensino da disciplina data da década de 1950, na França, e sua definição atinge esferas amplas. O dicionário Larousse (*apud*, 1979, p. 2), por exemplo, define-o como “ciência e teoria da localização humana”. Para a autora, a disciplina “se diferencia das artes urbanas anteriores por seu caráter crítico e reflexivo” (CHOAY, 1979, p. 2). Já os americanos consideram que possivelmente o primeiro curso de planejamento urbano no país tenha sido inaugurado na Escola de Arquitetura Paisagística de Harvard, ministrada por James Sturgis Pray, em 1909 (AMERICAN PLANNING ASSOCIATION, 2007).

A nova ordem espacial poderia ser caracterizada, primeiramente, pela racionalização das vias de comunicação, com a abertura de grandes artérias e a criação de estações e, depois, pela especialização dos setores urbanos (comercial, residencial, industrial, de lazer). Novas instituições por seu gigantismo mudam o aspecto da cidade, tais como as grandes lojas, os grandes hotéis. A indústria se estabelece nos subúrbios, levando com ela a classe média e os operários. A cidade moderna deixa de possuir uma delimitação definida. É nesse contexto que começa a se pensar a cidade. Pensadores políticos de correntes mais diversas reúnem-se para denunciar a higiene física das grandes cidades industriais:

o *habitat* insalubre do trabalhador [...], as grandes distâncias que separam o local de trabalho do da habitação [...], os lixões fétidos amontoados e a ausência de jardins públicos nos bairros populares [...]; há contraste entre os bairros habitados pelas diferentes classes sociais, chegando à segregação. (CHOAY, 1979, p. 6)

Vemos, assim, opor-se a essa desordem da cidade industrial a tentativa de organização do espaço urbano, inicialmente chamada de pré-urbanismo, que se limitou quase que exclusivamente à teoria e posteriormente ao urbanismo, classificado, apesar das nuances, em três modelos: o progressista, o culturalista e o naturalista. A principal característica do modelo progressista é a idéia de modernidade, a “era industrial como ruptura histórica radical”

(CHOAY, 1979, p. 20). Ele propõe a concepção do indivíduo humano como tipo, independente das diferenças de lugares e tempo. Sugere uma relação austera de estética se distinguindo das artes plásticas pela racionalização. Objetivos relativos à higiene e à saúde levam os urbanistas a explodir as construções, criando unidades autônomas, abolindo a rua, “estigmatizada como um vestígio de barbárie” (CHOAY, 1979, p. 21). A cidade, para eles é compartimentada, separando cuidadosamente as zonas de *habitat* dos centros cívicos ou dos locais de lazer. Já para os culturalistas, a totalidade prevalece sobre as partes (indivíduos) e a cultura, sobre a eficácia. Cada cidade deveria ter seus limites definidos, formando unidades cercadas por cinturões verdes: as *garden cities*. Sitte (*apud* CHOAY, 1979, p. 28) propõe a substituição da análise tipológica pela análise relacional: “A rua é um órgão fundamental, as formas diretoras não são mais as dos edifícios, mas as dos locais de passagem e do encontro, quer dizer, das ruas e das praças [...]”. A nostalgia de tal modelo causa, em alguns casos, problemas estéticos e formas do passado. Guedes propõe a execução de pesquisas sobre o ambiente geográfico, histórico e sociológico, bem como a organização e a divulgação dos dados, contribuindo, assim, para a educação e a formação do público, assim como de seus representantes. Por fim, o modelo naturalista teve como expoente F. L. Wright, proponente da *Broadacre-City*; para seus mestres, Jefferson e Emerson “só é possível liberar-se das servidões da megalópolis e reencontrar a natureza pela realização da democracia” (CHOAY, 1979, p. 29). O espaço desse modelo é complexo: ao mesmo tempo aberto e fechado, universal e particular. “É um espaço moderno que se oferece generosamente à liberdade do homem” (CHOAY, 1979, p. 30). A natureza se apresenta como elemento contínuo, na qual todas as funções urbanas estão dispersas e isoladas sob forma de unidades reduzidas.

As reflexões iniciais sobre o planejamento urbano tiveram em vista os graves problemas de saneamento das grandes metrópoles. Na gestão das cidades, constituem-se políticas públicas voltadas para o saneamento do ambiente, oferecido inicialmente como projeto social e posteriormente transformado em um grande programa de reforma sanitária. Destaca-se aí o movimento higienista, que valoriza o parque urbano, como espaço apropriado ao lazer higiênico, organizado e moralizador, inicialmente nas cidades degradadas da Europa e dos Estados Unidos ao longo do século XIX. A “Higiene Social” integra-se ao urbanismo, requalificando o parque público como importante condicionante da saúde do trabalhador, bem como indicando a dotação de áreas verdes como antídoto à urbanização desenfreada, na qual o lazer passa a ser elemento importante no planejamento dos espaços públicos.

A discussão sobre as atuais configurações do espaço livre urbano tem abrangência multidisciplinar, conforme analisado no *Fórum das Culturas* (Barcelona, 2004), quando ocorreu o diálogo “Cidade: espaço de convivência”, reunindo diversas categorias de profissionais, tais como geógrafos, arquitetos, urbanistas, sociólogos, antropólogos, técnicos, gestores e autoridades políticas que trabalham com o planejamento e a gestão urbana. Um dos temas centrais foi o entendimento da diversidade de realidades urbanas atuais (CAMPOS, 2004)¹. Sassen, especialista em economia urbana, afirma, no evento, que o Estado neoliberal vai perdendo vigor quando se fortalecem os vínculos de solidariedade entre os atores sociais, tais como imigrantes sem documentos, desempregados e sem-teto, e quando o poder econômico formal, representado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) afirma que “os pobres não se converteram em consumidores e as desigualdades dentro dos países ricos se ampliaram”. Ocorre o que ele chama de “globalizações informais”, como é o caso das organizações da sociedade civil nas quais o espaço urbano passa a ser palco das respostas mais imediatas. Harvey questiona no colóquio “de quem é a cidade?” e afirma que nos últimos quinze anos romperam-se as estrutura democráticas com a privatização do poder, tendo como consequência a privatização da cidade.

Cohen (*apud* CAMPOS, 2004) discute as disputas pelo controle dos espaços urbanos entre as instituições públicas e privadas. Segundo o pesquisador, o idealismo modernista que se baseava no controle através do espaço implica a negação da função de intercâmbio entre os espaços públicos e privados, fragmentando a vida cotidiana nas cidades. Afirma que esse controle, na gestão neoliberal da cidade contemporânea, é realizado mais efetivamente por grupos privados e os espaços antes considerados públicos são apropriados por grupos que os tornam inacessíveis à população em geral. Como consequência, encontramos, por um lado, espaços abandonados nas periferias das grandes cidades e, por outro, nas mesmas cidades ocorre a renovação, a revitalização e o renascimento de espaços públicos em locais mais centrais.

Barre, ainda no encontro, distingue espaço público de espaço coletivo. Afirma que à medida que o uso de determinados espaços se torna inacessível a alguns setores da população, esses deixam de ser públicos, apesar de coletivos. Espaços públicos são utilizados para fazer negócios e fortalecer marcas de empresas e, por outro lado, espaços de caráter privados

¹ A discussão a seguir foi baseada no texto do autor citado, que relata o diálogo *La ciudad, entorno de convivencia*, realizado entre os dias 8 e 12 de setembro de 2004 em Barcelona, na programação do evento citado.

podem apresentar características coletivas mais populares. Body-Gendrot ressalta que o ocorrido em Nova York em setembro de 2001 resultou na ruptura do conceito de que a cidade se constitui em um espaço do convívio de diferentes. O problema de segurança cria o que ele chama de “realidade do medo”, própria das metrópoles contemporâneas, ampliando a discriminação do uso de certos espaços coletivos ou públicos que passam a ser privatizados pelo medo (CAMPOS, 2004).

Segundo Kytä (2003), a diversidade de públicos usuários dos espaços cria sensação de segurança. Na Europa, o medo social ultrapassou o perigo do tráfego de automóveis como maior motivo para restringir a autonomia das crianças. “Uma cultura da chamada responsabilidade partilhada onde toda a comunidade é responsável pelas crianças promove segurança social” (KYTTÄ, 2003, p. 105, tradução nossa).

Corrente contemporânea do campo do planejamento urbano sugere a “vigilância natural” como antídoto ao sentimento de insegurança no espaço público urbano, o que pode prevenir crimes de oportunidade. Por “vigilância natural” entende-se a possibilidade de ver e ser visto e relaciona a visibilidade do lugar com o controle social realizado pelos próprios moradores do entorno e pelos usuários do espaço. Difundida em vários países, o Chile é o primeiro, na América Latina, a aplicar a metodologia de desenho urbano denominada *Crime Prevention Through Environment Design* (CPTED) (MARANHÃO; SANTOS; SIQUEIRA, 2004),² que se baseia fundamentalmente nos seguintes princípios: 1) promover a vigilância natural; 2) estimular o controle natural dos acessos, incentivando assim o denominado controle social; 3) estimular a confiança e a colaboração entre os moradores; 4) reforçar a identidade com o espaço público utilizando estratégias de envolvimento da comunidade em sua recuperação e projeto; 5) planejar em menor escala; 6) administrar adequada e coletivamente os espaços públicos. Tal estratégia considera que a prevenção contra a violência será sustentável à medida que ocorrer o encontro e o uso coletivo de tais espaços, por isso propõe-se uma série de conformações para projetos de desenho urbano que proporcionam, segundo essa teoria, espaços urbanos seguros.

Trazendo tal questão para o contexto brasileiro, estudos sobre as cidades sofreram mudanças nos últimos anos, em especial a partir da década de 1970, relativas ao cotidiano urbano

² As autoras adaptaram o *Manual Espacios Urbanos Seguros*, elaborado pelo Governo do Chile, Ministério do Interior e Ministério de Vivienda y Urbanismo e Fundación Paz Ciudadana, 2003.

contemporâneo, resultando em impactos na pesquisa. De elemento de delimitação espacial da pesquisa, a cidade passa a ser também questão e/ou objeto. As fontes oficiais (públicas, portanto) deixam de ser as principais ou únicas. As minorias urbanas são os novos sujeitos da análise. Conflitos urbanos passam a ser tratados como expressões das diferenças de representação do espaço e a paisagem urbana se impõe como documento a ser lido. A interdisciplinaridade é um dos caminhos que podem auxiliar a desvendar algumas das questões urbanas contemporâneas (MATOS, 2002).

Em interessante estudo, Frúgoli Jr. (2000) analisa três áreas urbanas distintas na cidade de São Paulo, comparando contextos que envolvem a competição dos seus usuários pela “centralidade urbana” nos últimos anos: o centro tradicional, a Avenida Paulista e a Avenida Luiz Carlos Berrini. As três áreas são foco de estratégias coletivas de ação, por intermédio de associações e no caso da última de um *pool* de empresários, todas patrocinadas pelo capital financeiro. A disputa entre os grupos envolve, principalmente, o conflito em torno da centralidade urbana. Ao analisar as ações das três organizações, o autor destaca a tentativa de eliminar das ruas as camadas populares, associando-as à decadência dos espaços. Privilegiam o comércio e a circulação dos automóveis, promovendo o declínio da rua como espaço do encontro e da diversidade. O autor afirma, no entanto, que a causa real da decadência está associada às opções do planejamento urbano recente e ao redirecionamento dos investimentos privados. Se algumas das propostas das entidades eram pautadas, inicialmente, pela manutenção da diversidade, pelo combate à especulação, pelo interesse em preservar, num segundo momento, os resultados revelaram suas ambigüidades, especialmente relativas às camadas populares. A população só interessa como clientes. Tudo se reduz a negócios (FRÚGOLI JR., 2000).

Esse é um exemplo da privatização do espaço público pelas elites brasileiras e, infelizmente, não podemos dizer ser “privilégio” de paulistas. Basta observar o que acontece atualmente com a paisagem de Belo Horizonte, onde a verticalização e a densidade dos edifícios e a ocupação dos espaços públicos pela publicidade, por meio de *outdoors*, placas e *banners* compromete o acesso visual ao horizonte urbano.

Os estudos sobre espaços urbanos e seus usos agrupou importante grupo de pesquisadores na América do Norte, especialmente na Escola de Chicago, que desde a Primeira Guerra Mundial, fez da cidade seu objeto de pesquisa. Em suas investigações, os conceitos usados

para tentar explicar a dinâmica urbana seriam a invasão, a dominação, a sucessão, a dominância, dentre outros – disputas pelo espaço, poder e recursos, produzindo zonas distintas na cidade. Nas investigações voltadas para alguns temas como prostituição, criminalidade e delinquência, a etnografia é usada como estratégia de investigação, configurando um diálogo com a ciência antropológica.

Tal metodologia, utilizada especialmente por antropólogos, evita a definição rígida e apriorística de hipóteses, ou seja, o problema é redescoberto no campo. André e Lüdke (1986) citam Wilson (1977) para observar que o etnógrafo procura mergulhar na situação, e a partir daí, rever e aprimorar o problema inicial da pesquisa. Sendo a etnografia metodologia especialmente usada por antropólogos que inicialmente definiam como objeto as sociedades ditas “primitivas”, cabe a questão metodológica:

Se o assunto é a cidade, tão próxima e conhecida, porque justamente a antropologia – disciplina que usualmente evoca culturas distantes, no tempo e no espaço, com seus personagens exóticos, comportamentos estranhos, ritos desconhecidos? (MAGNANI, 2000, p.16)

O início das pesquisas antropológicas, em fins do século XIX, procurava explicação para a diversidade de costumes entre povos e diferentes culturas. Apesar das mudanças na disciplina, nunca abandonou a preocupação fundante a respeito da diversidade cultural, deixando de lado a associação do diferente ao atrasado. “Agora somos todos nativos”, conclui Geertz (*apud* MAGNANI, 2000, p. 17), em 1988. Questões e problemas característicos das modernas sociedades urbano-industriais passam a ser objeto da curiosidade dos antropólogos “cujo campo é a cidade”. Questiona Magnani, porém, se os antropólogos podem, com os instrumentos de pesquisa de “povos primitivos”, dar conta da complexidade que caracteriza as sociedades contemporâneas, “Como estabelecer as mediações necessárias entre o trabalho de campo – particularizado, minucioso, atento para cada detalhe – e instâncias interpretativas mais amplas?” (MAGNANI, 2000, p. 20).

Segundo Geertz (1978), o debate interminável da antropologia é se a cultura é objetiva ou subjetiva. O trabalho do antropólogo, para o autor, é interpretativo. Não uma interpretação de dados brutos, objetivos e naturais, mas uma interpretação de interpretações. Ao se debruçar nos estudos sobre a sua própria sociedade, o pesquisador se expõe com maior intensidade para

outros especialistas, para representantes do universo estudado e para leigos que podem discordar das suas interpretações. O mesmo não se dá com muitos estudos de sociedades exóticas e distantes, estudadas muitas vezes por apenas um pesquisador.

[...] o antropólogo aborda caracteristicamente estas interpretações mais amplas e análises mais abstratas a partir de um conhecimento muito extensivo de assuntos extremamente pequenos [...] o lócus do estudo não é o objeto do estudo. Os antropólogos não estudam as aldeias (tribos, cidades, vizinhanças...) eles estudam nas aldeias. (GEERTZ, 1978, p. 32)

Recentemente, a pesquisa antropológica brasileira também se volta para a cidade, através do trabalho de autores como Caldeira (1984), Cardoso (1988), DaMatta (1978, 1991), Magnani (1984, 2000, 2002, 2006), Sarti (1999, 2003), Velho (1978, 1980), Vianna Jr. (1987), Zaluvar (1996), dentre outros. Desde a década de 1970, as minorias, ao protagonizarem novos movimentos sociais passam a ser vistas como “novos atores políticos”, exigindo participação na sociedade e configurando um fértil campo de estudo. Não apenas as contradições urbanas, tais como a desigualdade e a violência, são temas abordados nesses estudos, mas também o aspecto positivo: os lugares de lazer, onde os usuários “mantém vínculos de sociabilidade e relacionamento, criam modos e padrões culturais diferenciados” (MAGNANI, 2000, p.19). Ainda segundo Magnani (2000), os objetos pesquisados passam a ser estratégias de sobrevivência na metrópole, religiões populares urbanas, formas de lazer, movimentos negro, homossexual, feminista, etc.

DaMatta analisa em suas pesquisas como as relações de gênero e de autoridade refletem nos usos do espaço e no diálogo entre a casa e a rua, espaços socialmente identificados com a mulher e com o homem respectivamente, constituindo universos articulados, mas regidos por códigos distintos (DAMATTA, 1991). O homem é o responsável pela articulação da família com o mundo externo, do trabalho e pelo sustento da mulher e dos filhos. Já o universo doméstico constitui o referencial básico da construção da identidade feminina. No dia-a-dia ficam no bairro especialmente os que não trabalham de forma remunerada, ou seja, as donas de casa, os desempregados, as crianças e os aposentados.

No entanto, a oposição entre casa e rua apresenta aspectos complexos, dinâmicos e relativos na sociedade contemporânea brasileira.

[...] rua e casa se reproduzem mutuamente, visto que há espaços na rua que podem ser fechados ou apropriados por um grupo, categoria social ou pessoas, tornando-se ‘casa’, ou seu ‘ponto’. [...] a rua pode ter locais ocupados permanentemente por categorias sociais que ali ‘vivem’ como ‘se estivessem em casa’ como dizemos em linguagem corrente. (DAMATTA, 1991, p. 61)

Magnani opta pelo estudo do lazer das camadas populares em suas pesquisas (1984, 2000, 2002 e 2005), lançando mão de categorias urbanas relacionadas a descontinuidades no espaço. Destaca diferentes formas de sua apropriação, tal como “pedaço” – espaço intermediário entre o público e o privado (casa). Lugar onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla do que a fundada nos laços familiares, porém mais significativa do que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade; “manchas” – são áreas contíguas do espaço urbano, dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam uma atividade ou prática predominante. Essa categoria espacial é mais estável na paisagem urbana se comparada, por exemplo, com a categoria “pedaço”, mais ligada à dinâmica do grupo que com ela se identifica. A “mancha” é resultado da relação que diversos estabelecimentos e equipamentos guardam entre si e que é o motivo da frequência de seu público, ou seja, está mais ancorada na paisagem do que nos eventuais frequentadores. A identificação desses estabelecimentos e equipamentos com a mancha não é da mesma natureza que a percebida entre o “pedaço” e seus membros, pois estes podem, a qualquer momento, eleger outro espaço como ponto de referência e lugar de encontro. A “mancha” acolhe maior quantidade e diversidade de usuários e lhes oferece não um “acolhimento de pertencimento”, mas, a partir da oferta de determinado bem ou serviço, uma possibilidade de encontro, dando espaço ao imprevisto; “trajetos” – considerado pelo autor como fluxos no espaço abrangente – é a extensão e, principalmente, a diversidade do espaço urbano para além do bairro que impõem a necessidade de deslocamentos por regiões distantes e não contíguas; e “circuito” une espaços e equipamentos caracterizados pelo exercício de determinada prática ou oferta de determinado serviço, porém não contíguas na paisagem urbana (MAGNANI, 2000, 2005). Para o autor, as dicotomias entre “público” e “privado” não podem ser tomadas como princípio classificatório, pois, na realidade, tanto um como outro termo apresentam nuances e modulações.

A própria escala de uma megacidade impõe uma modificação na distribuição e na forma de seus espaços públicos, nas suas relações com o espaço privado, no papel dos espaços coletivos e nas diferentes maneiras por meio das quais os agentes (moradores, visitantes, trabalhadores, funcionários, setores organizados, segmentos excluídos, ‘desviantes’ etc.) usam e se

apropriam de cada uma dessas modalidades de relações espaciais. Para além da nostalgia pela ‘velha rua moderna’ de Berman (1989, p. 162) ou do ‘balé das calçadas’ de Jane Jacobs (1992, p. 50), certamente haveria que se perguntar se o exercício da cidadania, das práticas urbanas e dos rituais da vida pública não teriam, no contexto das grandes cidades contemporâneas, outros cenários: para tanto, é necessário procurá-los com uma estratégia adequada. (MAGNANI, 2002, p. 15)

A inserção do sujeito

Em diversas propostas urbanas contemporâneas, os equipamentos de lazer recebem um tratamento especial a serviço do tempo livre, refletindo o atual estágio de amadurecimento e compreensão de sua função na sociedade contemporânea. Grande parte dos projetos, porém, trata do planejamento como eminentemente técnico e neutro. O urbanismo, entretanto, não constitui uma ciência definida pela objetividade técnica, mas, ao contrário, segundo Choay (1979, p. 50), “na raiz de qualquer proposta de planejamento, por trás das racionalizações ou do conhecimento que pretendem fundá-la em verdade, escondem-se tendências e sistemas de valores”.

A autora considera que, na maior parte dos planos urbanísticos, o habitante não participa de sua elaboração. O urbanista “monologa ou discursa”, desconsiderando os sujeitos que utilizam tais espaços.

Na verdade, a discussão sobre as relações do sujeito com o lugar onde ele vive define o que Santos chama da “nova geografia”, que entende:

[...] o espaço como totalidade, como uma instância social, ao mesmo nível da instância econômica e da instância cultural, ideológica e política; desta maneira a dialética social não se estabelece apenas **no** espaço, mas se realiza **com** o espaço. (apud MACEDO *et al.*, 2005, sem paginação)

Ao considerar que os usos impressos aos espaços os modificam, Santos (2004, p. 103) afirma que o espaço não pode ser considerado a partir da idéia de que os objetos materiais que formam a paisagem têm vida própria, explicando-se por si mesmos. Dessa forma, os significados dos objetos presentes no espaço seriam apenas paisagísticos, no entanto “eles aí estão também em disponibilidade, à espera de um conteúdo social”. O homem dá vida às formas espaciais, atribuindo-lhes conteúdo. Para Santos (2004, p. 103), a distinção entre os conceitos de paisagem e espaço é da seguinte ordem: “A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima”.

Em estudos sobre o paisagismo, Macedo *et al.* (2005, sem paginação) observa, no entanto que é preciso avançar para além da visão da paisagem impressa por Santos e afirma que

podemos interpretar a paisagem, num movimento de sínteses, a partir de sua evocação de sentidos – *aesthesis* – em interação com o entendimento das formas espaciais concretas e das diversas apropriações pelos diferentes homens, empresas e instituições, abrangendo seus significados simbólicos, suas representações.

Para Certeau (2001, p. 202), “[...] o espaço é um lugar praticado. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres”.

Para Habermas (*apud* MACEDO *et al.*, 2005, sem paginação).

Os lugares, mais do que nunca, são onde se realizam as ordens globais, mas são também espaço de resistência, onde colidem as diferentes racionalidades, sistêmicas e comunicacionais, constituindo-se, na dialética da cotidianidade, espaço para a surpresa, não apenas para a manutenção do modo de produção dominante.

Ao tratar dessas questões sob uma perspectiva “fenomenológica”, Merleau-Ponty (*apud* CERTEAU, 2001, p. 202) distingue o espaço geométrico, homogêneo e isótropo, do espaço antropológico, “para o qual o espaço é existencial e a existência é espacial. [...] existem tantos espaços quantas experiências espaciais distintas”.

No entanto para Viñao Frago (2001, p. 61), ao trazer a questão do espaço para o âmbito da educação, o espaço projetado torna-se lugar construído à medida que é apropriado pelo sujeito.

Qualquer atividade humana precisa de um espaço e de um tempo determinados. Assim acontece com o ensinar e o aprender, com a educação. Resulta disso que a educação possui uma dimensão espacial e que também, o espaço seja, junto com o tempo, um elemento básico, constitutivo da atividade educativa. A ocupação do espaço, sua utilização, supõe sua constituição como lugar. O ‘salto qualitativo’ que leva do espaço ao lugar é, pois, uma construção. O espaço se projeta ou se imagina; o lugar se constrói.

Sem entrar nas polêmicas sobre nomenclaturas atribuídas aos conceitos, as distinções entre “espaço” e “lugar” descritas por Viñao Frago são as que adoto neste estudo. O que interessa aqui é que “uma dada situação não pode ser plenamente apreendida se, a pretexto de contemplarmos sua objetividade, deixamos de a considerar as relações intersubjetivas que a caracterizam” (SANTOS, 2004, p. 315).

Portanto, torna-se fundamental considerar as intenções daqueles que, ao possuírem uma posição privilegiada de decisão, planejam os espaços. Sobre esse aspecto, Foucault (1988) relaciona o tema poder com as categorias tempo/espaço, atribuindo aos projetos arquitetônicos de quartéis, fábricas, escolas e até a projetos urbanísticos intenções de controle social por meio da disciplina corporal e de sua distribuição funcional nos espaços de maneira tal que permita a vigilância. Para o autor, a arquitetura seria um “operador para a transformação dos indivíduos” e tem a função de “[...] agir sobre aquele que abriga, dar domínio sobre seu comportamento, reconduzir até eles os efeitos do poder, oferecê-los a um conhecimento, modificá-los” (FOUCAULT, 1988, p. 154).

No entanto, Certeau (2001), ao analisar, nas práticas do dia-a-dia, como o sujeito lida com o espaço numa sociedade de consumo, destaca que, mesmo diante das imposições do mercado, por meio de táticas de resistência, ele altera livremente os objetos e se reapropria do espaço a seu jeito, abrindo caminhos não previstos aos usos dos produtos.

Os processos de apropriação dos espaços os modificam, distanciando-se das intenções iniciais de seus autores e produtores, portanto a análise desses mecanismos é fundamental para a compreensão dos usos dos espaços. Segundo Ferreira (2004) “apropriar” significa “Apropriar: 1. Tomar como seu; 2. Tomar como próprio, conveniente; adaptar. 3. Apoderar-se”.

A relação entre os pólos da produção/criação e da apropriação/recepção/consumo é analisada por alguns autores, entre eles Chartier (1988). O autor traz, numa perspectiva histórica, a cultura para o centro de sua análise, entendida como fator em torno do qual se articulam práticas sociais. Argumenta que o consumo cultural ou intelectual deve ser tomado como produção, ou seja, questiona a separação rígida entre a produção e a apropriação, pois, dessa forma, consideraríamos que “as idéias ou as formas têm sentido intrínseco, totalmente independente da sua apropriação por um sujeito ou por um grupo de sujeitos” (CHARTIER, 1988, p. 58). O consumo cultural ou intelectual

[...] evidentemente não fabrica nenhum objeto, mas constitui representações que nunca são idênticas às que o produtor, o autor ou o artista, investiram na sua obra. [...] Anular o corte entre produzir e consumir é antes de mais nada afirmar que a obra só adquire sentido através da diversidade de interpretações que constroem as suas significações. A do autor é uma entre outras, que não encerra em si a “verdade” suposta como única e permanente da obra. Desta maneira, pode sem dúvida ser desenvolvido um justo lugar do autor, cuja intenção (clara ou inconsciente) já não contém toda a compreensão possível da sua criação, mas cuja relação com a obra não é, por tal motivo, suprimida. (CHARTIER, 1988, p. 58-59)

Em função da sua herança cultural, em função das experiências primárias ligadas ao meio familiar, em função das disposições próprias, as crianças se apropriam do que lhes é ensinado, mobilizando categorias que são próprias a seu ser social. (CHARTIER, 2000)

Para Thompson (1995), a produção fixa o conteúdo simbólico em substratos materiais; a recepção o desprende. A atividade de recepção é situada. Realiza-se em contextos estruturados que dependem do poder e dos recursos disponíveis aos receptores em potencial. Depende da formação do indivíduo, que varia historicamente e de cultura para cultura.

[...] ao interpretar formas simbólicas, os indivíduos as incorporam na própria compreensão que tem de si mesmos e dos outros. Eles as usam como veículos para reflexão e auto-reflexão [...] Apoderando-se de mensagens e rotineiramente incorporando-as à própria vida, o indivíduo está implicitamente construindo uma compreensão de si mesmo, uma consciência daquilo que ele é e de onde está situado no tempo e no espaço. (THOMPSON, 1995, p. 45-46)

Nesta pesquisa, trato da questão da apropriação do espaço pelo sujeito, este definido por duplo recorte, social e geracional: a infância pobre, ou seja, aquela pertencente às camadas populares brasileiras. No capítulo seguinte, aproximo-me das pesquisas que privilegiam tal sujeito.

3 INFÂNCIA



Família e camadas populares brasileiras

No Brasil, o crescimento do contingente urbano, característico do final do século XIX e sua intensificação no século XX, não foi seguido pela expansão da infra-estrutura e oferta de empregos e moradias,

[...] o que acentuou o contraste entre as desigualdades sociais que aí se fizeram presentes. [...] as cidades cresceram na multiplicação da pobreza, das precárias condições de vida e principalmente na diversidade de tipos étnicos e sociais que compunham as chamadas ‘camadas populares’. (WISSENBAACH, 1998, p. 91)

A significativa e estrutural desigualdade social trouxe marcas nas formas de acesso e uso do espaço urbano, definindo processos de exclusão aos espaços públicos pelas camadas pobres da população brasileira. Tal processo associou-se à produção histórica de representações sobre as camadas pobres da população, em que estas eram responsabilizadas pela exclusão, vistas como marginais, em função de seus hábitos culturais e condições de vida.

Na produção acadêmica sobre tais grupos sociais, Sarti (2003) afirma que diferentes imagens construídas sobre os pobres pelas ciências sociais brasileiras partem da idéia de carência, a partir da visão economicista ancorada no paradigma da produção, tendo como referencial as análises de Marx. Acrescenta que mais recentemente os pobres foram analisados a partir da idéia da falta de direitos. “Se antes o referencial de falta na análise dos pobres estava na consciência de classe, agora se encontra na noção de direitos da cidadania” (SARTI, 2003, p. 36). Até a década de 1970, os pobres urbanos eram os trabalhadores do País que se modernizava e que caminhava para a democratização. No entanto, segundo a autora, mesmo na apreensão de suas relações de trabalho, a perspectiva de crítica à lógica capitalista não esgota a análise dos trabalhadores pobres, pois, apesar de definir sua posição estrutural na sociedade, “não constitui a única referência a partir da qual operam e constroem sua explicação do mundo e do lugar que nele ocupam” (SARTI, 2003, p. 39). A partir do final da década de 1980, surgem no Brasil alguns trabalhos, como o de Lopes e Gottschalk, que consideraram a pobreza uma categoria menos estanque, ressaltando “a importância da família como lugar onde se combinam e se socializam os efeitos da pobreza” (LOPES; GOTTSCHALK *apud* SARTI, 2003, p. 40).

Por mais que tenham sido discutidos os limites da renda como critério exclusivo para se determinar os níveis de pobreza, a delimitação da pobreza permanece uma questão relativa à sobrevivência material, definida a partir de dados socioeconômicos, e o eixo da análise volta-se para os arranjos familiares [...]. (SARTI, 2003, p. 42)

A autora destaca que o privilégio das culturas como objeto de investigação proporciona outra concepção de pobreza: de uma concepção que parte do paradigma da produção, temos análises que partem do paradigma das culturas e observa que as análises etnográficas produziram no campo da antropologia uma valorização da diversidade cultural privilegiando temas como o cotidiano, o trabalho, a família, o lazer, dentre outros. Tal como ressaltou Zaluar (1985 *apud* SARTI, 2003, p. 43), essa linha de pesquisa apresentava-se como alternativa àquelas obcecadas pelo diagnóstico, “preocupada em medir se o pobre é alienado ou consciente”.

Para além da diversidade de suas configurações, a família é um valor cultural, estruturante da sociedade brasileira. No entanto, recebe significados diferenciados. As famílias das camadas populares representam unidade de rendimentos e consumo em que os projetos individuais são subordinados ao cotidiano das famílias, distinto das classes médias, “mais afeitas a um discurso individualista” (GOUVÊA, 1990, p. 122). Apesar de os rendimentos serem pequenos, são coletivizados em função da sobrevivência da estrutura. “Nas camadas populares, a família constitui uma das poucas relações dotadas de uma certa estabilidade, já que outros vínculos sociais mostram-se tênues e provisórios” (GOUVÊA, 1990, p. 122). Segundo a autora, nas grandes metrópoles, as relações vividas no âmbito rural, tal como o apadrinhamento e o compadrio, se diluem, e a família representa um dos poucos laços com a sociedade mais ampla, onde compartilham o cotidiano íntimo de esperanças e conflito.

As relações familiares brasileiras são baseadas no modelo da autoridade masculina onipresente em nossas relações sociais (SARTI, 1992), ou seja, estruturas hierárquicas nas quais o homem tem precedência sobre a mulher e a infância é marcada por certas regalias, tal como a de não ter obrigações familiares. Para DaMatta (*apud* GOUVÊA, 1990), no entanto, as famílias das camadas populares são marcadas pela matrifocalidade, ou seja, a mãe constitui o foco dos laços intrafamiliares, resultado de sua permanência em tais grupos e da transitoriedade da figura que representa o pai.

A fase que marca o início das responsabilidades dos membros mais novos depende de fatores que estruturam cada família, podendo ser a relativa falta de obrigações o que definiria a infância entre os pobres brasileiros (SARTI, 1994). No entanto, desde cedo recebem atribuições dentro de casa que alternam seus horários com os da escola e os da brincadeira.

Para Kramer (2005), “a dependência da criança diante do adulto é um fato social e não natural.” (p. 21), que varia de acordo com a classe social, pois, o trabalho infantil rentável não tem o mesmo sentido em todas as classes. Para os trabalhadores que vivem da venda de seu trabalho,

[...] a ausência de atividade profissional da criança significa perda de ganho direto. As aspirações educacionais aumentam à proporção em que ela acredita que a escolaridade poderá representar maiores ganhos... Contrariamente, o crescimento infantil é, para aquele cuja atividade consiste em explorar o capital, uma espécie de capitalização. A educação tem valor de investimento a médio ou longo prazo, e considera-se que a atuação da criança contribuirá futuramente para aumentar o capital familiar. (KRAMER, 1982 *apud* KRAMER, 2005, p. 21)

A autora aponta que em meados dos anos 1970, ao mesmo tempo em que se discutia no Brasil a anistia política e se aprofundava uma reflexão crítica sobre as questões a respeito da exploração social, dominação política e econômica, o “papel da educação na (re)produção da desigualdade ou na transformação estavam em pauta.” (KRAMER, 2005, p. 15). A partir dessa época, os problemas na escola deixam de ser tratados a partir da visão biológica, genética ou natural e passam a ser encarados como problemas de ordem social e cultural. A abordagem dessas questões passa a ter como eixo a privação cultural e, neste sentido, Kramer (1982 *apud* KRAMER, 2005) desenvolve pesquisas em que faz críticas à educação compensatória, como compensação de carências, em que a infância é definida pela falta, por aquilo que não é:

[...] filhote do homem, a ela cabia ser moldada ou no máximo de desenvolver para tornar-se alguém um dia em que adulta deixasse de ser criança. [...] ao longo destas décadas, deixa de ser alguém que não é (pelo menos nas discussões acadêmicas) e passa à condição de cidadã (pelo menos na letra da lei...). (KRAMER, 2005, p. 16)

A diversidade das populações infantis passa a ser objeto dos esforços teóricos, de mobilização social e do trabalho pedagógico (KRAMER, 2005). A perspectiva crítica de análise das teorias da privação cultural fez emergir uma outra abordagem que privilegiava o estudo da criança a partir de seu universo cultural (BRANDÃO, 1985), destacando-se as múltiplas formas de socialização e estratégias de formação para a vida adulta, socialmente construídas. Mais recentemente, nos estudos sobre a infância, a criança vem sendo apreendida não apenas como inserida em redes culturais, mas produtora de uma cultura singular, a cultura infantil.

Infância e cultura infantil

Inúmeros pesquisadores contemporâneos se debruçam nos estudos sobre a infância e, especialmente a partir da década de 1990, trazem contribuições relevantes para a compreensão de sua inserção na cultura adulta. A construção do campo não é nova, embora pouco priorizada pelos pesquisadores até recentemente. Faria (2002) assinala que desde Benjamin vem sendo construído outro conceito de criança entendida como sujeito capaz, portadora de cultura e de história. Entre as décadas de 1920 e 1930, Benjamin (1984) escreveu vários ensaios cuja temática relaciona a infância a produtos culturais infantis (tais como literatura, brinquedos, jogos, teatro e televisão) à pedagogia e à modernidade. A coletânea *Reflexões: a criança, o brinquedo e a educação* (1984) reúne alguns desses textos, em que o autor propõe a utilização de brinquedos como fonte de pesquisa sobre o mundo peculiar das crianças, marcado por alegrias, mas também por conflitos e angústias.

Ao citar o escritor Ringelnatz e o pintor Klee, Benjamin (1984, p. 64-65) afirma que “enquanto piedosos pedagogos permanecem nostálgicos de sonhos rousseauianos estes artistas [...] captaram o elemento despótico e desumano nas crianças”, ou seja, o autor questiona as interpretações adultas a respeito da infância e propõe novas formas de análises a partir das apropriações infantis dos brinquedos e demais elementos da cultura vigente. Para Benjamin (1984, p. 86), a verdadeira essência da educação seria a observação. Ao analisar a obra desse autor, Kramer (2005) salienta que ele

[...] revela profundo e sensível conhecimento sobre a criança como indivíduo social e fala de como ela vê o mundo com seus próprios olhos; não toma a criança de maneira romântica ou ingênua, mas a entende na história, inserida numa classe social, parte da cultura e produzindo cultura. (p. 31)

O significativo incremento da produção sobre a infância nas ciências sociais nas últimas décadas mescla fatores ligados à história das ciências sociais, da sociologia em geral e sociologia da educação (SIROTA, 2001). A infância passa a ser vista como categoria geracional independente de análise e as crianças como atores sociais: “É principalmente por oposição a esta concepção da infância, considerada como um simples objeto passivo de uma socialização regida por instituições, que vão surgir e se fixar os primeiros elementos de uma sociologia da infância” (SIROTA, 2001, p. 9). “Segundo esta abordagem, a socialização das

crianças não é uma questão de adaptação nem de interiorização, mas um processo de apropriação, de inovação e de reprodução”. (MONTANDON, 2001, p. 43).

Segundo Sirota (2001, p. 11), é possível observar, nos textos em francês da década de 1990,

a passagem de estudos sociodemográficos aos estudos etnográficos no âmbito da socioantropologia da infância, que tendem a revelar a criança, e não mais simplesmente o aluno, enquanto ator social num quadro de desescolarização da sociologia da educação.

No entanto,

[...] dispomos de bem pouca informação empírica sobre os modos de socialização contemporâneos e sobre o respectivo peso das diferentes instâncias de socialização, sendo o peso do grupo de pares e dos meios de comunicação surpreendentemente negligenciado.

Para Montandon (2001, p. 43), Corsaro foi um dos primeiros que

[...] realizou etnografias comparativas na Itália e sobretudo nos Estados Unidos a fim de examinar como a participação das crianças nas brincadeiras de faz-de-conta contribui para a produção e a extensão da cultura dos pares, oferecendo às crianças elementos de compreensão e de preparação em relação ao mundo dos adultos.

Em suas pesquisas, Corsaro (2002, p. 113) entende a socialização como um processo mais reprodutivo do que linear, em que as crianças não se limitam a interiorizar a cultura adulta, mas passam a fazer parte dela “através das negociações com os adultos e da produção criativa de série de cultura de pares com outras crianças”, ou seja, trabalha numa perspectiva de uma abordagem interpretativa da socialização da infância. Tal abordagem considera a socialização um processo produtivo-reprodutivo que se modifica nos mundos sociais infantis. “Uma mudança importante nestes mundos é o movimento das crianças fora de seu meio familiar” (p. 114). No entanto, para o autor, a produção da cultura entre pares não deve ser considerada simples imitação ou apropriação direta do mundo adulto:

As crianças apropriam-se criativamente da informação do adulto para produzir a sua cultura de pares. Tal apropriação é criativa na medida em que tanto expande a cultura de pares (transforma a informação do mundo adulto de acordo com as preocupações do mundo dos pares) como simultaneamente contribui para a reprodução da cultura adulta. (p. 114)

Esse processo de apropriação criativa do mundo adulto é o que Corsaro (2002) chama de ‘reprodução interpretativa’ que permite que a criança participe ativamente daquele mundo e ao mesmo tempo afirme sua alteridade.

A partir do balanço de trabalhos do campo da sociologia da infância realizados na língua inglesa, Montandon (2001) observa que desde pequenas as crianças desempenham marcante papel nas instituições. As crianças estruturam de maneira ativa seu espaço, seu tempo e as atividades nas quais se envolvem no âmbito estabelecido pelos educadores, revelando uma luta implícita e velada dos educadores pelo poder e dos alunos pela própria expressão. Para Frones (*apud* MONTANDON, 2001, p. 40), assiste-se, de um lado, a um controle social rigoroso das crianças por meio das instituições e, de outro, à promoção da autonomia.

Em geral, a vida das crianças nas instituições foi estudada com o objetivo de ver se estas cumprem bem sua função. Mas os trabalhos de feição clássica, que examinam a influência destas estruturas sobre as crianças são hoje menos numerosos em relação aos que atribuem às crianças um papel ativo. (MONTANDON, 2001, p. 40)

Em outra perspectiva, em que se priorizam os estudos sobre a produção adulta dirigida à criança, tem-se em vista a análise das práticas culturais voltadas para a infância, nas sociedades contemporâneas. Em estudos que analisam a produção da cultura de massa contemporânea e seus impactos nas crianças, Kincheloe e Steinberg (2001, p. 14) consideram a produção cultural dirigida ao público infantil uma “pedagogia cultural” que abrange “a educação numa variedade de áreas sociais, incluindo, mas não se limitando à escolar”. Tais produções são criadas por instituições privadas voltadas para o ganho individual.

Por outro lado, as investigações inseridas no campo dos estudos culturais têm buscado contemplar a infância. “Por examinarem expressões culturais muitas vezes ignorados pelas ciências sociais tradicionais, os estudos culturais são amiúde equiparados com o estudo da cultura popular” (KINCHELOE; STEINBERG, 2001, p. 17). Para os autores, os estudos da cultura popular infantil proporcionam novas visões sobre a cultura mais ampla.

“O entretenimento das crianças, como em outras esferas sociais, é um espaço público disputado, onde diferentes interesses sociais, econômicos e políticos competem pelo controle.” (KINCHELOE; STEINBERG, 2001, p. 19). Apesar da mercantilização da cultura infantil, adultos e crianças são capazes de “desviar-se de seus elementos repressivos” (KINCHELOE; STEINBERG, 2001, p. 21), no entanto isso só é possível se analisamos de

forma crítica a autoridade cultural imposta pela propaganda, pelas mídias eletrônicas e por outras formas de lazer.

O campo da sociologia da infância é tratado por diversos autores portugueses, tais como Ferreira (2004), Pinto (1997) e Sarmiento (2002, 2003, 2004, 2005), que são referenciais importantes para a produção brasileira.

O estudo de caráter etnográfico realizado por Ferreira (2004) tem como foco o brincar em contexto de Jardim de Infância localizado em zona rural portuguesa, no qual analisa o cotidiano de crianças de 3 a 6 anos e toma como unidade de análise a interação entre crianças. Para a autora, ao considerar que as ações das crianças são passíveis de ser “lidas” reconhece-lhes o estatuto de textos culturais, nos quais o papel do etnógrafo seria o de interpretar o que se observa, sua representação e traduzir os dados para o “nosso vocabulário” (GEERTZ *apud* FERREIRA, 2004). Ferreira (2006, p. 183) aprofunda em reflexões metodológicas e éticas sobre a pesquisa com crianças ao considerar a pesquisa etnográfica uma relação social de investigação em que as diferenças geracionais e de poder entre adulto-investigador e crianças não são anuladas e “podem gerar processos de reflexividade duais, desconstrutores dos essencialismos que impregnam aquelas duas categorias sociais”. Nas relações entre pares, Ferreira (2004, p. 183) analisa como as crianças lidam com as categorias tempo e espaço e acrescenta:

Focalizar as relações entre crianças é reafirmar o pressuposto interacionista de que os objetos, pessoas, situações e acontecimentos não têm significado senão quando ele é construído e partilhado socialmente na interação que os indivíduos estabelecem.

A autora cita James (1993, *apud* FERREIRA, 2004, p. 191) para definir a cultura da infância: “[...] a cultura da infância é [também] o espaço conceitual da infância no qual essa experiência ocorre”. Para a autora, os significados conferidos aos espaços, objetos, pessoas, ações estão na gênese da produção da cultura infantil e conferem autonomia a tais culturas, possibilitando que sejam consideradas como objetos de estudo por si próprias, no entanto ressalta que “só faz sentido falar em cultura infantil se se considerar a existência e a pregnância de uma cultura adulta e dominante de referência” (FERREIRA, 2004, p. 185).

Para Pinto (1997, p. 66), alguns campos devem ser considerados quando queremos pesquisar os mundos sociais da infância, suas expressões culturais e os “modos como as crianças se apropriam e atribuem sentido aos espaços, tempos, serviços e lógicas das instituições criadas pela sociedade adulta para a socialização dos mais pequenos”.

A infância é uma variável da análise social, não dissociável de outras variáveis, tais como o sexo ou a classe social; [...] As culturas e relações sociais das crianças merecem ser estudadas em si mesmas, e autonomamente face às perspectivas e preocupações dos adultos. (PINTO, 1997, p. 68)

Ao analisar a cultura infantil, Sarmiento propõe quatro eixos estruturadores: a **interatividade**: a família, a escola, os grupos de pares, as relações comunitárias e sociais constituem universo da interação infantil, espaços de partilha em que ocorre a aprendizagem. A cultura infantil, em especial, “permite às crianças apropriar, reinventar e reproduzir o mundo que as rodeia” (SARMENTO, 2004, p. 23); a **fantasia do real**: o “mundo do faz-de-conta” revela que a dicotomia realidade-fantasia nas culturas infantis se encontram associados; a **reiteração** infantil se relaciona a não literalidade, ou seja,

a não literalidade tem o seu complemento na não linearidade temporal. O tempo da criança é um tempo recursivo, continuamente reinvestido de novas possibilidades, um tempo sem medida, capaz de ser sempre reiniciado e repetido. [...] um tempo continuado onde é possível encontrar o nexo entre o passado da brincadeira que se repete e o futuro da descoberta que se incorpora de novo. (SARMENTO, 2004, p. 28)

e a **ludicidade**: traço fundamental da cultura infantil, apesar de não ser exclusivo das crianças: “é próprio do homem e uma das suas atividades mais significativas” (p. 25). No entanto para o autor, atualmente tal atividade tem sofrido alterações, uma vez que a situação atual do mercado de produtos culturais da infância tem substituído os brinquedos construídos pelas crianças por industriais, transferindo a importância da ação – brincadeira – para o produto de consumo – brinquedo, constituindo-se novo fator de distinção social. Um problema apontado pelo autor em tais brinquedos seria a sua “excessiva” estruturação, que limita o imaginário infantil.

Cultura lúdica e o brincar

O filósofo holandês Huizinga (2004, *prefácio*) analisa a ludicidade entendendo-a como dimensão humana. Em livro escrito em 1938, procura compreender como, por intermédio do lúdico, o indivíduo se integra na cultura. Para o autor, “[...] é no jogo e pelo jogo que a sociedade se desenvolve”. (2004, *prefácio*).

Ornamenta a vida, ampliando-a, e nessa medida torna-se uma necessidade tanto para o indivíduo, como função vital, quanto para a sociedade, devido ao sentido que encerra, à sua significação, a seu valor expressivo, a suas associações espirituais e sociais, em resumo como função cultural. (HUIZINGA, 2004, p.12)

A atividade lúdica ocorre em certos limites de tempo e de espaço. Distingue-se das outras atividades humanas pela duração e pelo lugar que ocupa. No entanto, o espaço a limita de forma mais marcante, pois todo jogo ocorre num campo determinado, “de maneira material ou imaginária, deliberada ou espontânea” (HUIZINGA, 2004, p. 13). Temporariamente cria uma perfeição limitada ao introduzir uma ordem na confusão e imperfeição da vida.

Nas principais línguas européias, um só verbo significa brincar e jogar. Isso ocorre no alemão (*spielen*), inglês (*play*), francês (*jouer*) e espanhol (*jugar*), o que compromete a exatidão das traduções (HUIZINGA, 2004).¹ Na língua inglesa, a palavra *play* encerra significados bastante variados, portanto, ao traduzir para o nosso idioma essa mesma palavra pode significar brincar, jogar, representar papéis (tal como no teatro), tocar um instrumento musical, uma tecla de aparelhos de som, uma peça de teatro, etc., o que representa para nós uma dificuldade na compreensão de textos escritos nesta língua, ao tratar do tema.

Para Sutton-Smith (2001), apesar de termos uma noção do que consiste o brincar (ou o jogar), ao sermos questionados sobre suas definições, funções e participantes, sua natureza paradoxal se torna aparente: é e não é o que aparenta, pois pode envolver representações; tem e não tem função, pois a gratuidade é uma de suas características; é e não é específico da infância humana, pois os animais e os adultos também o praticam. Segundo esse autor, desde o século XIX que a sociedade ocidental, por intermédio de intelectuais de diversas áreas, tem se interessado por essa temática: para os profissionais da comunicação, brincar é uma forma de

¹ Em nota do tradutor.

metacomunicação que precede a linguagem na perspectiva evolucionista, pois os animais também o realizam; para os sociólogos, é ferramenta de controle social; os matemáticos se interessam pelos jogos de azar ao analisar estratégias e probabilidades; para antropólogos, envolve relações entre rituais e as encenações encontradas em feiras e festividades; folcloristas se debruçam sobre tradição e brincadeiras; enquanto para artistas e escritores é um incentivo à criatividade. Para especialistas em mitologia, jogar é da esfera dos deuses; para psiquiatras, é uma ferramenta terapêutica e de realizar diagnósticos; enquanto para os estudiosos do lazer insere qualidades da experiência pessoal tais como motivação, diversão, relaxamento etc. (SUTTON-SMITH, 2001).

A visão contemporânea de infância, entendida como faixa etária que demanda produções culturais diferenciadas é um conceito construído, conforme indicam as pesquisas no campo da história da infância, desde o trabalho paradigmático de Ariès.² A separação entre o universo adulto e o infantil significou o surgimento de uma série de objetos culturais produzidos especificamente para as crianças. Gradualmente, os rituais antigos que integravam os distintos grupos geracionais foram transferidos para o repertório dos jogos infantis e populares. A partir do século XVIII, a educação adotou os jogos, admitiu-se cada vez mais a necessidade de exercícios físicos e ocorreu uma especialização segundo a faixa etária. Ariès (1973) cita os carrosséis, que têm sua origem ligada à cavalaria da Idade Média, e os arcos, antes usados em acrobacias e danças tradicionais, e que aos poucos foram deixados às crianças nas cidades do século XVII. A origem das bonecas está relacionada às estatuetas de significação religiosa, usada até mesmo por feiticeiros na Idade Média.

A brincadeira humana não pode ser analisada fora do seu contexto sociocultural. Para Brougère (1994), o brinquedo na sociedade contemporânea é eminentemente relacionado à cultura infantil, contexto em que é marcado pelo domínio da ação simbólica, sendo a brincadeira considerada uma forma de interpretação dos significados sociais pela criança, na relação com o objeto. Ao brincar, ocorre um processo de aprendizagem ativa no sentido de que a criança não se submete às regras e artefatos do mundo adulto, mas aprende a transformá-las ou negá-las. “Trata-se de um processo dinâmico de inserção cultural sendo, ao mesmo tempo, imersão em conteúdos pré-existentes e apropriação ativa” (BROUGÈRE, 1994, p. 49). Para Winnicott (*apud* BROUGÈRE, 1994, p. 52), a “cultura lúdica irá constituir

² Para maiores discussões sobre a História e Historiografia da Infância, cf. Del Priore (2000), Gouvêa (2003), Kuhlmann (1998) e Pinto (1997).

uma bagagem cultural para a criança e se incorporar de modo dinâmico à cultura, à capacidade de criação do futuro adulto”.

O ato de brincar, a fabricação, o uso do brinquedo e o repertório de brincadeiras são exemplos dessas relações entre a criança e a cultura. São produzidos pelos adultos e pelas crianças, para elas, com e sem elas. Como os demais elementos das culturas da infância são resultantes de processos sociais mais amplos, numa cultura globalizada, nas relações intergeracionais e intrageracionais, que inscreve suas marcas na ação concreta de cada criança, a partir das estruturas sociais que tornam possível sua constituição como sujeito e ator social.

O que aqui se dá visibilidade, neste processo, é que as crianças são competentes e têm capacidade de formular interpretações da sociedade, dos outros e de si próprios, da natureza, dos pensamentos e dos sentimentos, de o fazerem de modo distinto e de o usarem para lidar com tudo o que as rodeia. (SARMENTO, 2005, p. 373)

No Brasil, o campo da sociologia, da antropologia, da história e da arquitetura abrange diversos autores que tratam da questão da ludicidade infantil. Num resgate histórico, Florestan Fernandes (1979, p. 172) no texto *As “Trocinhas” do Bom Retiro*, resultado de observação de crianças brincando nas ruas de São Paulo nas décadas de 1940 e 1950, registra minuciosamente as brincadeiras, afirmando:

Continuamente vê-se o pesquisador diante de fatos folclóricos ainda não registrados e então se aproxima do grupo das crianças e pergunta a uma delas onde aprendeu aquele brinquedo. A resposta vem pronta e imutável: ‘aprendi na rua’. E é só.

Segundo o autor, a quase totalidade dos elementos das brincadeiras infantis é adquirida mediante a interação com o adulto e mantida através dos tempos, sendo a rua seu cenário de aprendizado. “A canoa virou” é um exemplo de composição que existe há séculos e inicialmente restringia-se ao mundo do adulto. Essas canções viajam no tempo e no espaço, são conservadas pelas crianças, tornando-se transmissores de valores sociais e expressões da tradição. O autor argumenta que o que a criança faz nas brincadeiras pertence ao patrimônio cultural daquele grupo, não cabendo aí o termo imitação:

Essa socialização, é óbvio, aparece como um processo de educação informal: trata-se da transmissão de experiência e de conhecimentos aos imaturos, [...] isto é, durante a própria vida interativa dos indivíduos. Neste caso – o das

crianças – são aquisições de elementos culturais por meio da atualização da cultura infantil, sem uma transmissão sistemática e ordenada das experiências, porquanto não há interferência dos adultos. [...] Tendem, em última palavra, a desenvolver no indivíduo o ‘ser social’ [...] ou seja: educação da criança, entre as crianças e pelas crianças. [...] A criança é modelada, é formada, também através dos elementos da cultura infantil, pois esses elementos põem-na em contato direto com os valores da sociedade. (FERNANDES, 1979, p. 176)

O sentido dessa formação é conservador, pois significa a adoção de certas atitudes postuladas pela tradição, pelo cristalizado, por isso pode atuar contra as inovações, segundo o autor. Cita a brincadeira de “papai”, “mamãe”, “casinha”, que coloca a criança em contato com os valores e instituições da comunidade, simbolicamente.

Kishimoto (1993) apresenta a imagem da criança dos tempos do engenho de açúcar relacionada ao seu brincar. Discorre sobre as raízes históricas dos jogos, apontando a participação dos brancos, negros e índios, bem como dos longínquos povos de tempos passados, na formação da cultura lúdica brasileira. As influências indígenas nas culturas infantis brasileiras foram, também, apontadas anteriormente por Gilberto Freyre (1987). Segundo o autor, as mães indígenas produziam brinquedos de barro não cozido que representavam figuras femininas e animais.

Ainda numa perspectiva histórica, Del Priore (2000, p. 98) observa que os jogos de Portugal eram ensinados às crianças nas escolas jesuíticas brasileiras e as indígenas adoravam os instrumentos musicais europeus, tais como a gaita e o tamboril “que acompanhavam, segundo os cronistas jesuítas, ao som de maracás e paus de chuva”. Nas festas religiosas da colônia, as igrejas e as praças eram utilizadas, por meio de encenações teatrais, para fins pedagógicos.

Numa perspectiva antropológica, estudos sobre a infância nas sociedades indígenas brasileiras ainda são poucos. Com o intuito de questionar a visão etnocêntrica e ocidental de criança, Macedo, Nunes e Silva (2002) organizam uma série de ensaios de autores distintos sobre essa temática. Na perspectiva de considerar as crianças como atores sociais, os textos abordam as brincadeiras, a educação, a família e a sociedade indígena na tentativa de avaliar o lugar das crianças nesse contexto. Alguns destes textos constituem referencial importante desta pesquisa e são citados em diversos momentos.

Sobre as culturas infantis urbanas contemporâneas foram encontradas algumas pesquisas. Wajskop (1995) realiza, entre 1978 e 1983, pesquisa de inspiração etnográfica sobre o brincar em pré-escola pública situada no centro paulista cujas crianças são filhos de casais universitários e profissionais liberais da classe média. A educadora, que inicialmente imaginou encontrar crianças brincando e construindo conhecimentos de forma interativa, conclui que a criação de enredos entre pares ou o desenvolvimento da imaginação demandam tempo e espaço específicos que não se encontram na escola observada. A instituição, segundo ela, utilizava a brincadeira como recurso didático ou como instrumento de sedução que “não se coadunam com a aleatoriedade e indeterminação da atividade lúdica infantil.” (WAJSKOP, 1995, p. 109). Ao considerar que a brincadeira deve ocupar um espaço central na educação infantil, coloca o educador como figura central para que isso aconteça, no entanto encontra todos, professora e crianças, num emaranhado da “teia didática construída”. Suas considerações, de certa forma, confirmam colocações de autores que consideram a rua espaço privilegiado para o desenvolvimento das culturas infantis urbanas.

Em pesquisa realizada através de observação de crianças em instituição de Educação Infantil, Debortoli (2005) discute a noção de ‘brincadeira livre’ adotada pelas professoras. Para o autor, a concepção de ‘brincadeira livre’ nesta escola se relaciona ao brincar no espaço do parquinho, onde “as crianças brincam sem a interferência da professora, deixando que elas mesmas escolham e construam as brincadeiras” (p. 69). A valorização da autonomia das crianças aparece nos discursos das educadoras, no entanto o autor ressalta que tal autonomia é confundida com o isolamento dos sujeitos, o que pode comprometer as relações de interação entre crianças e professoras, processo fundamental para o desenvolvimento e formação humana. Entre algumas questões que emergem nas brincadeiras, Debortoli destaca as “questões de gênero e outras diferenças”:

No cotidiano da creche, discriminação entre crianças brancas e negras não é algo óbvio.[...] Parecem gostar de suas diferenças – meninos e meninas, brancos e negros, inclusive entre crianças de diferentes idades. São mais freqüentes agressões que se referem ao padrão de corpo das crianças: é comum uma criança, quando quer ofender uma outra, chamá-la de gorda ou feia. (DEBORTOLI, 2005, p. 74)

Para Lima (1989), o espaço urbano metropolitano impede as atividades lúdicas tanto dos adultos como das crianças, pois foram tomados pela especulação imobiliária, pelos automóveis ou pela preocupação com a segurança, permanecendo apenas a escola como

única opção que a cidade de São Paulo, *locus* de seu estudo, oferece como possibilidade de reconquista dos espaços públicos e populares. A arquiteta educadora analisa as relações entre o planejamento do espaço e poder, situação em que a criança ocupa posição hierarquicamente inferior. Segundo Lima (1995), na sociedade de classes, as instituições e os adultos em geral se apoderam do espaço da criança e o transformam num instrumento de dominação. Sua discussão gira em torno das relações entre os espaços urbanos e a infância das camadas populares contemporâneas e utiliza relatos orais e desenhos infantis nas suas pesquisas. Questiona a atuação profissional do arquiteto ao tentar impor formas de uso do espaço: “[...] compreender que espaços são oferecidos às crianças e, por sua vez, como estas crianças percebem, captam e utilizam esses espaços é, para nós uma necessidade cada vez mais intensa” (LIMA, 1989, p. 12).

Infância e espaço

A privatização das relações sociais atinge a vida infantil. A criança é progressivamente associada ao domínio privado da vida social, circunscrita aos espaços da família e da escola. A televisão passa a ocupar grande parte do tempo infantil, apesar de muitos adultos considerarem sua influência negativa (CAHAN *et al.*, 1993). A rua é vista como espaço danoso à formação da infância, apesar da atração que exerce sobre os pequenos (PARGA, 2004). Para Tonucci (1996), atualmente ocorre uma inversão entre as noções de perigo impressos nos espaços. Tradicionalmente, o bosque era identificado com o perigo, em especial nos contos infantis. Hoje a rua é tida como o lugar do perigo e o campo o lugar idealizado da harmonia.

Crianças e jovens vivem, agora, dentro de casa, longe da rua, da praça, da vida coletiva. São impedidos de experimentar a vida pública. Nos centros urbanos, vivem confinados em espaços privados – domésticos, institucionais (escolas, creches ou clubes) ou comerciais (centros comerciais, *lan houses* ou salões de festas). Rompe-se o vínculo da infância com a geografia da cidade e reduz-se a possibilidades de relacionamento com o outro, fenômeno que Ariès (1981) chama de privatização da infância, relacionada à sua escolarização e restrição ao espaço doméstico familiar. Ao mesmo tempo, a desigualdade social altera as formas de inserção e ocupação do espaço pela criança, definida pelo pertencimento de classe.

No planejamento dos espaços livres públicos urbanos, historicamente, o interesse pela criança relaciona-se à disseminação dos equipamentos recreativos, tendo os *playgrounds* americanos como exemplo. A construção de tais espaços associa-se à criação dessa nova ordem que valorizará o trabalhador e seus espaços de permanência e convívio, voltado para a convivência familiar. Os espaços dos parques passam a ser pensados como espaços da criança, sob a influência dos *Kindergaerten* (jardins de infância) alemães criados por Froebel (1782-1852), que propõe o estímulo ao desenvolvimento infantil com base em atividades lúdicas e pedagógicas. Hartwig (1843-1886) avança ao propor as bases de um amplo programa de recreação infantil que motivará a construção dos primeiros parques infantis conhecidos. O autor expõe a importância da recreação como uma necessidade pública. São propagados em escolas e áreas livres em diversas cidades européias e logo nos recreios escolares dos Estados Unidos.

Em texto sobre a obra de Van Eyck, arquiteto responsável pelos projetos de aproximadamente 800 *playgrounds* em Amsterdam entre 1947 e 1978, Lefaivre ([s.d.]) observa que na época do pós-guerra a importância da criança era representada por meio da arquitetura e do urbanismo, e assinala que o teórico e urbanista americano Lynch considera tão importante a percepção infantil que essa temática foi o fio condutor de suas pesquisas na década de 1950.



Figura 7: Fotos de área em Amsterdã que sofreu intervenção de Aldo Van Eyck, 1955 e 1956.
Fonte: Stedelijk Museum, Amsterdã.

A criação de tais espaços coincide com as mudanças pedagógicas nos processos educativos, que chegaram ao Brasil na década de 1930. Os parques infantis da cidade de São Paulo, criados na década de 1920 e implantados na década de 1930, sob a coordenação de Mário de Andrade, “[...] faziam parte de um ambicioso projeto político-pedagógico voltado à transformação das mentalidades com base na expansão de valores de higiene e saúde, e que incluía o estímulo à promoção do lazer e da cultura” (NIEMEYER, 2002, p. 15).

Numa perspectiva histórica, a experiência dos parques infantis de São Paulo é o tema de diversos estudos. O escritor brasileiro Mário de Andrade criou e desenvolveu os parques infantis como experiência governamental educacional, porém não escolar, como alternativa educacional para as crianças de 3 a 6 anos das famílias operárias, por meio da qual lhes foi garantida a oportunidade de ser criança, e de aprender a brincar, criando e recriando cultura. (FARIA, 1994). Suas propostas eram baseadas nas perspectivas pedagógicas especialmente provenientes da Europa, nas quais a brincadeira passou a ser considerada no contexto da educação. Os parques infantis criados pelo escritor, quando foi diretor do Departamento de Cultura e Recreação do Município de São Paulo entre 1932-1935, é tema de pesquisas em diversas áreas: no campo da educação, a de Faria (1994) e a de Filizzola (2002), na perspectiva da arquitetura, a de Niemeyer (2002) e, no campo do lazer, a de Werneck (2003) são alguns trabalhos que revelam a importância de um olhar sócio-histórico para a compreensão e avaliação reflexiva sobre as concepções e experiências que deram formas às perspectivas atuais.

Nas últimas décadas, em São Paulo, a discussão sobre a criação de espaços voltados para a brincadeira infantil foi alargada e foram construídos vários parques infantis na cidade, entre eles os projetados pela arquiteta Mayumi Watanabe de Souza Lima (LIMA, 1995), pela artista Elvira de Almeida (ALMEIDA, 1997) e por diversos profissionais que criaram espaços lúdicos para o Serviço Social do Comércio – SESC (MIRANDA, 1996), na década de 1990.



Figura 8: Foto de carrossel realizado por Elvira de Almeida no Parque do Ibirapuera em São Paulo, 1989.
Fonte: ALMEIDA, 1997.



Figura 9: Menina no Parque Municipal, em 1967.

Em Belo Horizonte, o Parque Municipal faz parte da memória da infância de diversos de seus moradores. Em seus brinquedos, nos lambe-lambe, nos cavalinhos encontramos muitos dos registros fotográficos da infância na cidade.

As pesquisas que relacionam espaço, lazer e infância são oriundas de ramos distintos, tais como a educação, o estudos do lazer, as ciências sociais, a geografia, a arquitetura e o urbanismo.

[...] a assunção de certos valores e causas políticas pelas crianças, com reivindicação de transformações no espaço público, nomeadamente em áreas como o ambiente, a segurança urbana, as políticas urbanísticas e a reivindicação do lazer, o que, se não está isento de risco de manipulação, faz das crianças potenciais protagonistas de ações que promovem a democratização social. (SARMENTO, 2004, p. 30)

Ao considerar que as formas de brincar se distinguem de acordo com a inserção social da criança, seria a autonomia infantil, em especial relativa aos usos dos espaços públicos, um traço distintivo entre as diversas configurações de infância contemporânea?

Carlos Neto (2006, sem página) assinala que

[...] necessitamos compreender melhor o impacto de mudanças sociais ocorridas nas últimas décadas nos quotidianos de vida e das culturas de crianças e jovens. Os obstáculos existentes de acesso ao jogo livre e estruturado e os estilos de vida progressivamente mais sedentários, devido a problemas relacionados com os problemas do tráfego, insegurança e ausência de tempo, espaço e equipamentos lúdicos adequados às

necessidades das crianças e jovens, merecem ser estudados no quadro de uma sociologia do jogo e da motricidade, capaz de explicar e definir soluções apropriadas a esta nova faceta dos tempos modernos.

O autor destaca que a crescente ausência de autonomia infantil em relação à mobilidade nos meios urbanos contemporâneos é uma das causas relacionadas ao sedentarismo infantil. E dá alguns exemplos de atividades com características de autonomia de mobilidade: a possibilidade de ir e voltar da escola, atravessar a rua, andar de bicicleta, brincar sozinho fora de casa e utilizar o transporte público.³

Recente pesquisa publicada na revista britânica *The Lancet* estabelece a mesma relação entre atividade física nos meios urbanos de maneira autônoma e a saúde infantil. Segundo esse estudo, realizado com crianças em escolas da Dinamarca, Estônia e Portugal, as crianças precisam de pelo menos uma hora e meia de exercícios por dia.

A crescente motorização, os riscos de acidente de trânsito, e o desaparecimento, ou a percepção do desaparecimento de espaços públicos seguros, onde crianças possam caminhar, brincar ou pedalar, parecem ser fatores importantes restringindo a mobilidade infantil hoje em dia. [...] A construção de *playgrounds* não é a solução. Ao promover atividades rotineiras na vida das crianças, como caminhar e pedalar pelo bairro, ou entre a casa e a escola por vias livres e seguras, formuladores de políticas públicas aumentam as oportunidades para elas se moverem de maneira independente e elevarem seu nível de atividade física. (ESTADO DE MINAS, 2006)

É preciso, no entanto conhecer melhor sobre qual infância esses estudos se debruçam. Para Lucchini (*apud* PARGA, 2004), a percepção da rua enquanto o lugar do desvio, inadaptada às necessidades das crianças corresponde, muitas vezes, a uma concepção da elite europeia não compartilhada pelos grupos populares dos países sul-americanos. Parga (2004) mesmo considerando questionável essa percepção, propõe um aprofundamento dessas questões. Problemas relacionados ao sedentarismo, à saúde infantil e ao excesso de peso podem estar circunscritos a certos grupos, não constituindo questão para as crianças das camadas populares, por exemplo.

³ Em palestra *A atividade física da criança e jovem e independência de mobilidade no meio urbano* no 2º Seminário Internacional Educação Física, Lazer e Saúde, IEC, Minho, 2006.

Segundo Debortoli (1995), Gouvêa (1990) e Lima (1989), em seus estudos sobre os pobres urbanos, o terreno em que a favela se localiza e até mesmo as ruas próximas são exploradas pelas crianças, constituindo o território do cotidiano infantil, onde exercem considerável domínio. Para Lima (1989, p. 93) “[...] aparentemente, não há diferença entre o espaço da casa e o espaço coletivo da favela”, configurando limites tênues entre os espaços públicos e privados nesses contextos. Em suas pesquisas nas favelas, freqüentemente as crianças referiam-se ao espaço externo como parte de suas moradias, o que não acontecia com crianças moradoras de apartamentos.

As crianças das sociedades indígenas brasileiras estabelecem, segundo Nunes (2000), relações próprias com o espaço, ocorrendo um processo ativo de apropriação. Ao pesquisar o tempo e o espaço das brincadeiras indígenas brasileiras, conclui que, diferentemente da experiência das crianças urbanas na cidade e na escola, a infância desses grupos é marcada por uma enorme liberdade em seu cotidiano e nas relações sociais.

Um dos aspectos mais contrastantes que podemos encontrar entre as etnografias da infância nas sociedades urbanas modernas e as referências que nos falam da infância nas sociedades indígenas brasileiras, [...] é a liberdade que as crianças experimentam em seu dia-a-dia. Liberdade esta que engloba o acesso aos diferentes lugares e às diferentes pessoas, às várias atividades domésticas, educacionais e rituais, enfim, a quase tudo que acontece à sua volta. (NUNES, 2000, p. 71)

Em seu estudo sobre as relações entre adultos e crianças numa praça no Rio de Janeiro, Nascimento (2004, p. 71-72) identifica a maioria das crianças usuárias do espaço como pertencentes às camadas médias e observa:

Mesmo sendo um espaço amplo, com somente uma saída pequena, raramente as crianças ficam sozinhas. Este fato logo chamou a minha atenção. Não que eu esperasse que os adultos as deixassem lá, mas sentia falta de encontro entre as crianças.

Para a autora, os usos dos espaços públicos de lazer são alterados à medida que são apropriados para fins de comércio privado. Ao analisar uma praça freqüentada principalmente pelas classes médias cariocas em que são encontrados brinquedos de acesso público, Nascimento (2004) observa que nos finais de semana seus usos são alterados pela presença de brinquedos pagos no local. Ao tentar perceber como as crianças organizam o espaço e o tempo das brincadeiras, conclui que a estrutura física não favorecia essa organização, já que

destinava um espaço específico às crianças, limitando suas intervenções. Mesmo encontrando brechas, na maioria das vezes as crianças acabavam sendo conduzidas pelos interesses dos adultos. Ao observar as dinâmicas de usos, percebe que a maneira como os ocupantes vivem o local se manifesta no que denomina uma “cultura da praça”. Segundo a autora, essa cultura se torna real à medida que códigos sociais são estabelecidos e seguidos por seus frequentadores. Esses códigos são criados com a influência das fronteiras físicas e simbólicas, gerando, conseqüentemente, regras que orientam as ações dos sujeitos. Tal como a maior parte das pesquisas descritas, a autora utilizou a etnografia como metodologia de coleta de dados.

No âmbito da arquitetura, as relações entre poder e espaço são analisadas por Lima (1979 e 1989). A autora argumenta que na sociedade de classes, as instituições representativas dessa sociedade e os adultos em geral se apoderam do espaço da criança e o transformam num instrumento de dominação e afirma ser necessária uma melhor compreensão sobre os espaços que são oferecidos às crianças e, por sua vez, como estas crianças percebem, captam e utilizam esses espaços. Miranda (1996) organiza uma série de textos que tratam das concepções de parques infantis projetados por alguns arquitetos para o SESC de São Paulo. Além dessas, foram encontradas as pesquisas de Benevento (1999), Mazzilli (2003) e Oliveira (2004).

Oliveira (2004) aborda as vivências coletiva e individual e a forma gradativa de construção da visão do mundo por intermédio dos olhos da criança. A diminuição dos espaços de encontro e da brincadeira altera as formas como as crianças vêem o espaço urbano, sua noção de lúdico e seus comportamentos. O limite espacial gera limitação de movimentos. Ao categorizar os sujeitos de sua pesquisa segundo as formas de inserção nos espaços públicos, conclui que as crianças que vivem o espaço público pedem segurança; crianças que não vivem o espaço público sentem falta de amigos; crianças em situação de risco social exigem cidadania; adultos sentem nostalgia.

Nas últimas décadas, os *playgrounds* e suas diversas dimensões de análise passam a ser tratados por especialistas, especialmente na língua inglesa. A inclusão das crianças nos processos de planejamento de espaços coletivos é o objeto das pesquisas de Horelli (2001),⁴ Kytä (2003) e Tonucci (1996). Para Tonucci, ao priorizarmos as crianças como usuárias do

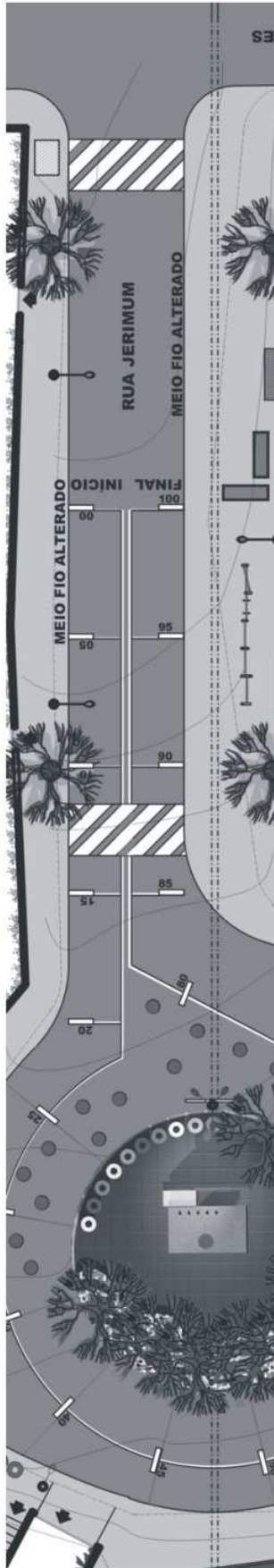
⁴ Palestra *Children as Urban Planners* apresentada no Forum for Architectural Policies Expert Seminar “Children – Identity – Architecture”, Estocolmo, 2001.

espaço público, incluí-las nas decisões sobre a organização urbana e seus desejos considerados, todos os demais públicos se sentiriam contemplados. Brett *et al.* (1993) abordam os *playgrounds* a partir da sua evolução sócio-histórica e teórica, sua função educativa e recreativa à sua prática de construção incluindo aspectos de segurança e normatização. Hartle e Johnson (1993) aborda as influências históricas e contemporâneas dos ambientes lúdicos ao ar livre e Boulton e Smith (1993) observam questões étnicas e de gênero nas formações de grupos que brincam em *playgrounds* ingleses.

Na língua portuguesa, Neto (1994, 2002 e 2006) discute as relações entre espaço, ludicidade e autonomia, enquanto Pereira (1994, 2002 e 2004) avalia as condições dos *playgrounds* do norte de Portugal e as relações entre os espaços escolares e a violência. No Brasil, o parque infantil é tema abordado historicamente por Faria (1993), Filizzola (1994), Niemeyer (2002), Almeida (1997), Lima (1979, 1989 e 1995) e Miranda (1996) no contexto atual, como já indicado.

No que se refere às condições e aos materiais envolvidos na construção de parques infantis, a normatização da produção de equipamentos chega ao Brasil no final da década de 1990, baseada nas normas de segurança internacionais, resultando na necessidade de revisão dos processos de produção de tais artefatos. No entanto até o momento muitas fábricas não se adaptaram à nova realidade. No planejamento da Praça Jerimum o arquiteto busca dialogar com a produção internacional de parques infantis, com tais normas e com as teorias pedagógicas vigentes, entendendo a brincadeira como atividade que permite o desenvolvimento de funções pedagógicas. No capítulo seguinte, descrevo os processos de produção da Praça Jerimum.

4 A CONSTRUÇÃO DO LUGAR



Neste capítulo, são apresentados os dados relativos aos processos que deram forma à configuração atual da Praça. Foram pesquisados os documentos relativos aos momentos anteriores à entrada no campo. As fontes utilizadas foram as seguintes: bibliografia sobre o tema a partir da visão histórica, mapas históricos e atuais, publicações e índices oficiais, legislação pertinente ao tema, fotos, desenhos, documentos e memória dos moradores sobre as mudanças no espaço.

Espaços públicos em Belo Horizonte: aspectos históricos

Os parques urbanos brasileiros nasceram no bojo de um projeto elitista que buscava construir espaços públicos identificados com os modelos europeus do século XIX.

Enquanto a nascente elite passeia pelos parques em vestimentas pouco apropriadas ao clima tropical, os trabalhadores urbanos encontram lazer nos vazios urbanos e nas áreas periféricas em estado natural (MACEDO; SAKATA *apud* ÁLVARES; MACHADO, 2004, p.11)

No caso de Belo Horizonte, segundo Veiga (2002, p. 106), o plano original da cidade, traçado por Aarão Reis, foi desenvolvido segundo premissas urbanísticas desenvolvidas principalmente na Europa, no século XIX, porém não significou

[...] um mero transporte de idéias, mas a proeminência de uma realidade comum no ocidente do século XIX: a necessidade de reformar ou construir cidades transmissoras e produtoras de novas relações sociais, econômicas e políticas. [...] A combinação de traços geométricos com edifícios imponentes, praças e parques presentes na planta de Belo Horizonte, [...] diz respeito a uma alternativa ao modelo europeu na associação das dimensões culturalista e progressista em situações de cidades a serem construídas (VEIGA, 2002, p. 106)

É possível observar as diferentes ênfases se analisarmos cada parte da planta da cidade – o urbano, o suburbano e o rural. O perímetro urbano, delimitado pela antiga Avenida 17 de Dezembro, hoje Avenida do Contorno, se apresenta carregado de elementos do geometrismo característica do progressismo (VEIGA, 2002). Seu traçado rígido e retilíneo procurava, por meio de uma ordem racional, aprisionar o mundo físico (JULIÃO, 1992). Foram previstas para essa área 24 praças, 21 avenidas, 63 ruas, o Parque Municipal, “pulmão da cidade”, além de área para jardim zoológico, hipódromo, matriz e alguns monumentos (VEIGA, 2002).

Entretanto, tais espaços ou não chegaram a ser implementados ou foram sendo gradativamente ocupados por outros tipos de uso no decorrer do processo de urbanização. [...] dos 952.651 m² de áreas verdes previstas restam somente 248.566 m². (MACIEL, 1999, p.88)

Acima do Parque seria uma área mais nobre, criando, assim, uma hierarquização espacial clara. Destaca-se ainda Praça da Liberdade, onde foi construído o Palácio Presidencial e para onde o sucessor de Aarão Reis, Francisco Bicalho, trouxe diversas secretarias, localizadas originalmente no centro. Já a zona suburbana, ainda segundo Veiga (2002, p. 109), apresentava “sete praças, três avenidas e 168 ruas”. O traçado urbano considerava a topografia local. Na zona rural foi prevista a instalação de colônias agrícolas, funcionando como cinturão verde, o que caracteriza o modelo culturalista. Como na Paris de Haussmann, o plano original da cidade não previu condições mínimas para o estabelecimento de núcleos de moradia na área suburbana, destinados aos operários. Foi realizado segundo ótica segregacionista, ou seja, “[...] ao mesmo tempo que oferecia espaços atraentes para o convívio público, contraditoriamente, inibia com sua geografia segregacionista e disciplinadora, a interação entre os indivíduos” (VAGO, 1995, p. 4).

As formas de acesso diferenciado aos espaços e a produção de espaços qualitativos diferentes, condenaram o plano original de Aarão Reis ao desalinho, mas também condenaram a cidade a não se ossificar jamais. (PENNA *apud* VAGO, 2002)

As classes populares foram banidas para as periferias, carentes de infra-estrutura, enquanto na região central a vida se aproximava da idéia de seus fundadores. A visibilidade “panóptica” tinha como objetivo assegurar o controle e ordenamento dos fluxos humanos (JULIÃO, 1992). Apoiados na aplicação de técnicas e saberes ditos científicos, para além da higienização dos espaços, era necessário higienizar os corpos, esquadrihar a população, distribuir hierarquicamente os indivíduos no espaço, constituindo desta forma territórios impregnados de “dispositivos com forte conteúdo disciplinar”. (JULIÃO, 1992, p. 71). No entanto, “as elites apropriaram-se do espaço da rua e multiplicaram ali uma sociabilidade de estilo burguês, efêmera e mundana” (JULIÃO, 1992, p. 5), deslocando suas relações do espaço privado para o espaço público.

A elite ilustrada, procurando inclusive, legitimar o novo regime, construiu uma representação daquele momento como marco de alteridade social. (JULIÃO, 1992, p. 17)

Como observa Georges Balandier, todo poderio político procura deixar suas marcas nos territórios e cidades, para atender demandas econômicas e sociais, mas também para perpetuar-se no tempo. (JULIÃO, 1992, p. 27)

Mediante análise das primeiras décadas de fundação de Belo Horizonte, a autora procura recuperar a história de resistência das camadas populares à tentativa de controle e poder na cidade pelas classes dominantes, inclusive pela opressão a suas formas de lazer. Para Vago (2002, p. 42)

o desejo de implantar higienicamente os corpos não impediu, no entanto, que outros desejos fossem praticados na cidade, dentre eles as práticas corporais das crianças. O cenário da Capital, que queria ser ordeiro e asséptico, foi também apropriado pelas crianças. Ruas, praças, varandas, quintais, escolas foram lugares de jogos e brincadeiras, impregnados pelas crianças de um sentido lúdico, que talvez possa se considerar marginal, em meio a tanta racionalidade.

O Parque Municipal, exemplo emblemático de espaço público de lazer, foi inaugurado em setembro de 1887, três meses antes da inauguração da cidade propriamente dita, e funcionou como local para um banquete oferecido aos convidados durante a festa de inauguração da nova Capital. Nos anos seguintes à sua inauguração, era muito freqüentado nos fins de semana. Ali, a elite encontrava espaço para praticar esportes, passear ou fazer piqueniques, enquanto bandas tocavam "retretas". Segundo Veiga (2002), a população pobre e os operários, contudo, não tinham acesso a essas formas de lazer. Preferiam os botequins nos bairros e os jogos de bola. Viviam em locais distantes do centro e a condição financeira deles os impedia de participar. A partir de 1913 e ao longo do tempo, o parque sofreu mutilações que o comprometeram profundamente se comparado com sua área inicial.

Na década de 1950, o Parque foi "embelezado" e voltou a constituir um importante atrativo da população, a implantação, nesse período, de equipamentos destinados às crianças. Julião (1992) observa que ao longo das décadas, ao se transformar num dos mais importantes pontos de lazer da cidade, é abandonado pela "freqüência elegante".

Atualmente, o Parque recebe públicos diversos, de todas as faixas etárias e provenientes das distintas camadas que compõem nossa sociedade. A degradação do centro urbano e o fato de ser passagem obrigatória para quase todos aqueles que utilizam o transporte público municipal podem explicar o fato de o espaço ser utilizado por outros grupos além daqueles

para os quais foi planejado. Frequentam o local trabalhadores, funcionários do Parque e da região, transeuntes que aguardam atendimento nos hospitais da proximidade, moradores do centro que o utilizam para caminhadas e exercícios físicos, artistas, famílias, jovens namorados, crianças, gatunos e *michês*, dentre outros, configurando hoje um espaço público de lazer democrático. Sua má fama relativa à segurança não corresponde ao número e à violência das ocorrências no local (GÓIS, 2003).

A Praça da Liberdade associava-se mais ao Poder Público que à vida pública. Segundo Julião (1992), sua monumentalidade poderia explicar o constrangimento que causava a qualquer tipo de apropriação não prevista. Era flagrante do conservadorismo da modernização ao funcionar como cenário para manifestações significativas de obediência e devoção ao Poder. Para os pobres, no entanto, a modernidade era sinônimo de exclusão, carência, controle e repressão social. Cabia à polícia sanitária vistoriar ruas, praças, estabelecimentos e domicílios, nos quais as camadas populares eram apreendidas como objeto de isolamento sanitário e disciplina, o que não anulava formas de resistência por meio das quais a cidade se tornava território de disputa (JULIÃO, 1992).

Na década de 1970, a Praça da Liberdade passou a ser utilizada como espaço para feira de artesanato, o que a popularizou e comprometeu, pois não suportava a multidão que ali se concentrava e deixava suas marcas. Nos últimos anos, ao sofrer processo de restauração por meio de convênio com a iniciativa privada, passou a ser espaço de lazer polido elitista e nas madrugadas por jovens vestidos de preto com seus violões e garrafas de bebidas. “Durante o desenvolvimento de Belo Horizonte, a paisagem foi se alterando. Os espaços livres prevaleciam. Hoje, os espaços construídos predominam no desenho da cidade” (MACIEL, 1999, p. 78).

A inauguração de Brasília beneficiou economicamente Belo Horizonte, por sua posição geográfica, resultando num crescimento acelerado especialmente nas décadas de 1950 e 1960. A expansão para a periferia não foi acompanhada de programas de habitação, saúde, educação e transporte. Em 1973, foram criadas oito regiões metropolitanas no País e o Conselho Nacional de Planejamento Urbano (CNPUR). A Região Metropolitana de Belo Horizonte era constituída de 14 municípios e atualmente abrange 34.

Em decorrência do crescimento desordenado de Belo Horizonte, especialmente a partir da década de 1930, foi promulgada a Lei Básica – Decreto Municipal n. 54, de 4 de novembro de 1935 – que visava disciplinar a constituição dos loteamentos na cidade. Para Maciel (1999, p. 122), no entanto sua redação não se preocupou em especificar as condições básicas para a localização desses espaços, o que permitiu, “[...] mediante interpretações engenhosas do texto legal, a redução e pulverização da área exigida, quase sempre alocada nos trechos fisicamente mais precários dos loteamentos”. O Decreto-Lei n. 84/40, assinado pelo então prefeito Juscelino Kubitschek, regulava o território urbano para as construções sem tratar das áreas verdes livres que poderiam se tornar públicas. No entanto, foi nessa administração que a urbanização da Pampulha ocorreu em torno do lago artificial, uma área de turismo e lazer. No Plano Diretor de Belo Horizonte, de 1951-1952 foram incluídos os parques, as praças, os jardins, etc., e foi nessa época que se criou o Departamento de Parques e Jardins da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Ao fator demográfico, juntaram-se primeiramente o caráter imobiliário-especulativo assumido pelo estado até os anos 1950, e posteriormente o ideal modernizante de progresso econômico, que reinou até os anos 1980, resultando em grandes incentivos à localização do capital privado no município em detrimento das áreas verdes. (ANDRADE; MAGALHÃES *apud* ÁLVARES; MACHADO, 2004, p.15)

Já na década de 1970, o Governo Estadual promulgou a Lei Estadual Complementar n. 03/72, visando à organização do município, por meio da elaboração de normas de edificação, zoneamento e loteamentos urbanos, e em 1976 foi promulgada a Lei Municipal n. 2.662 – Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS). O município foi dividido em zona urbana e rural, e o espaço urbano subdividido em zoneamentos funcionais, onde havia proposta para as áreas verdes da cidade. Ao mesmo tempo, foi elaborado um estudo sobre as áreas verdes de Belo Horizonte, chamado Programa Metropolitano de Parques Urbanos, desenvolvido entre 1975 e 1979, resultado da consciência favorável à preservação ambiental no município (MACIEL, 1999). A Lei Federal n. 6.766/79 definiu loteamentos, regulou o parcelamento do solo urbano dos municípios e determinou o mínimo de área que deveria ser reservada aos espaços livres da malha urbana. Os municípios brasileiros deveriam, a partir desse momento, adequar sua legislação de parcelamento do solo urbano baseada nos parâmetros nela determinados.

Em 1983 foi criada a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), órgão central de implementação da política ambiental do município. Em 1985, o município de Belo Horizonte

adotou o mínimo de 35% da área do loteamento a ser transferido ao Poder Público municipal, com destinação a logradouros públicos, espaços livres de uso público e área para equipamentos urbanos e comunitários, por meio da Lei n. 4.034/85. A partir de 1986, o município de Belo Horizonte foi dividido em nove administrações regionais: Barreiro, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova (MACIEL, 1999).

Em março de 1990, foi aprovada, pela Câmara Municipal, a Lei Orgânica do Município, que destina ao município competências relativas à proteção do meio ambiente, das paisagens naturais notáveis das florestas, fauna e a flora, bem como a criação de parques, reservas, estações ecológicas e outras unidades de conservação, além de estimular e promover o reflorestamento com espécies nativas, implantar e manter áreas verdes de preservação permanente em proporção nunca inferior a 12 m² por habitante, distribuídos equitativamente por administração regional.¹ Ainda nesse ano, foi elaborado o Plano Plurianual de Proteção e Controle Ambiental do Município de Belo Horizonte, pela SMMA, para 1991/1995 tendo como ações prioritárias o investimento na criação e na manutenção de novos parques e praças, atendendo aos dispositivos da Lei Orgânica quanto ao índice de área verde por habitante, à regulamentação da própria Lei Orgânica Municipal no que se refere ao seu conteúdo ambiental, e também à reformulação da Lei Ambiental e da Lei de Uso e Ocupação do Solo. “A proposta principal do Plano Plurianual era resgatar a dívida ambiental que se acumulou durante décadas em que Belo Horizonte cresceu sem ter, como contrapartida, ações efetivas em prol de sua melhoria ambiental (MACIEL, 1999, p. 126).

Ao considerar tal dívida, é importante destacar que a periferia de Belo Horizonte é a que mais sofre com tal carência, portanto as áreas de lazer são uma das principais reivindicações das camadas populares brasileiras. O processo de democratização no País iniciado a partir da década de 1980 instituiu o lazer como direito. Como resultado, a criação de espaços de lazer públicos ultrapassou o âmbito do urbano para se localizar também no âmbito da assistência social.

¹ A *Conferência sobre o Meio Ambiente*, em Estocolmo (3 a 6 de junho de 1972), e a Organização Mundial de Saúde (OMS) sugerem um índice de 12 m² de área verde por habitante para os centros urbanos; na Inglaterra, o Country Council of Lancashire propõe 11,5 m²/habitante; na França, o IAURP propõe 12,8 m²/habitante; e, nos Estados Unidos, a National Recreation Association propõe 10 m²/habitante. São consideradas apenas as áreas efetivamente utilizadas para o lazer da população, excluindo-se jardins particulares, arborização das ruas, cemitérios, reservas biológicas, entre outros.

O lazer como direito

No processo de democratização do País nas últimas décadas, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei n. 008.069 –, instituído no Brasil em 1990, é marco no que concerne ao direito infanto-juvenil, reconhecendo-os como cidadãos. A cultura, o esporte e o lazer ficaram aí reconhecidos como direitos infantis, dentre outros. O Estatuto dispõe sobre a proteção integral dos cidadãos compreendidos na faixa etária até 18 anos e, em casos especiais, para pessoas entre 18 e 21 anos. Estabelece, no Capítulo III, que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes ao ser humano. É dever

Art. 4. [...]:

da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, **ao lazer**, à profissionalização, à *cultura*, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990, capítulo III, grifos nossos)

No parágrafo seguinte, salienta a preferência na formulação, execução e destinação de recursos públicos para projetos destinados à proteção dos direitos da criança e do adolescente. É importante destacar que no art. 16 define o direito à liberdade a partir dos seguintes aspectos:

Art. 16. [...]:

I – *ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários*, ressalvadas as restrições legais;
 II – opinião e expressão;
 III – crença e culto religioso;
 IV – *brincar, praticar esportes e divertir-se*;
 V – participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
 VI – participar da vida política, na forma da lei; (BRASIL, 1990, grifos meus)

O processo de democratização nacional repercute nas ações da administração municipal de Belo Horizonte. Ainda segundo Maciel (1999), em 1993 começaram a ser elaboradas as novas propostas de política urbana para a cidade, num processo longo de reflexão sobre o futuro do município, tendo como resultado o Plano Diretor e a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano do Município, promulgada em agosto de 1996.

Nesse plano procurou-se propor alternativas para o crescimento sustentado da cidade, buscando formas de viabilizar o desenvolvimento do seu potencial

econômico e promovendo a geração de emprego e renda na cidade, democratizando, resgatando e valorizando os espaços e tempos de sociabilidade, tornando-a flexível ao dinamismo do desenvolvimento urbano e proporcionando a otimização da qualidade do ambiente urbano natural e construído. (MACIEL, 1999, p. 127)

A partir de 1993, ano que marca o início da administração democrática popular, os moradores de Belo Horizonte, através do Orçamento Participativo (OP), começaram a definir parte dos investimentos públicos a serem realizados na cidade. (Disponível em: <[http://portal1/pbh.gov.br/orcamento_participativo/participação em BH](http://portal1/pbh.gov.br/orcamento_participativo/participacao_em_BH)> Acesso em: 19 set. 2006)

Neste mesmo ano, foi publicada a Lei Orgânica da Assistência (LOAS) (BRASIL, 1993) que estabeleceu a participação da população na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. Tem como objetivo o enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, o provimento de condições para atender às contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. (BRASIL, 1993). O público-alvo da Assistência, segundo a LOAS, é constituído, dentre outros, por crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. Para isso, estabeleceu que a Assistência seja o setor público era responsável pela criação de programas de amparo a essas populações.

Desde 1994, o Orçamento Participativo (OP) se propôs convergir as prioridades relativas às intervenções sociais e urbanas e, a partir de 2003, priorizou as áreas de maior vulnerabilidade, em consonância com as demais políticas sociais da administração municipal. Esse mecanismo, utilizado até os dias de hoje, pode ser considerado parte da cultura urbana da cidade. A cada dois anos, os moradores são convidados pela Prefeitura e pelas lideranças comunitárias a participar das discussões sobre os investimentos públicos urbanos (BELO HORIZONTE, 2003).

Como resultado da luta de alguns de seus moradores que pressionavam o Poder Público no sentido de trazer melhorias ao local, no primeiro ano de aplicação da metodologia do OP foram aprovadas as obras de urbanização das ruas Adutora, Jerimum e Vereador Antônio Menezes. Inês, moradora da Praça, coleciona diversos documentos que contam um pouco da história da pressão exercida pelos moradores para que o local fosse urbanizado. A rotatória da Rua Jerimum recebeu, naquele momento, o plantio de algumas árvores, pavimentação parcial,

bancos em alvenaria e uma placa da inauguração. Essa obra trouxe para os moradores, segundo relatos, melhorias relativas ao acesso, pois anteriormente era “tudo mato”, e para se chegar à parte asfaltada da Praça alguns moradores lembram que era necessário pisar no barro e, conseqüentemente, enfrentar problemas no acesso de socorro aos casos de doenças.

Em 1995, a Secretaria Municipal de Esportes realizou o Seminário *O Lúdico e as Políticas Públicas: realidade e perspectiva*, quando as relações entre a educação e lazer foram explicitadas em vários textos constantes de seu relatório, inclusive no texto de abertura do prefeito na época. Diversos autores anunciaram o lúdico como instrumento político-pedagógico básico para as construções de relações humanizadas e democráticas e destacaram a importância do lazer como veículo e objeto de educação que devem ser contemplados pelas políticas públicas.

Até o final da década de 1990 a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, mantinha o Programa de Creches como única ação relativa à criança pequena. A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 1996) ocorreram profundas modificações na área da educação infantil. Instituiu-se, no país, um grande período de transição em que assistimos ao deslocamento do gerenciamento das creches da Assistência Social para a Educação. A partir desse momento, a Assistência Social passou a redefinir seu papel, estabelecendo como diferenciação das funções atribuídas à Assistência o sujeito destinatário dessas políticas. Os demais setores do Estado devem prestar serviços a todos os cidadãos, independentemente da situação econômica, o que não é o caso da Assistência. O campo da Assistência Social é definido pela exclusão social, geralmente associado a uma precária situação socioeconômica.

O *Seminário Política Social do Município para a Criança Pequena: formulando novas ações* realizado em 2000, teve como objetivos contribuir para a definição de uma política municipal para crianças pequenas em Belo Horizonte, discutir o papel da assistência social no atendimento à criança na faixa entre 0 e 6 anos e sua interface com a política de creches e demais políticas municipais, sugerir programas, projetos e serviços para a política de assistência social para crianças pequenas na cidade. Foram, então, estabelecidas duas posições consensuais para a formulação de uma política municipal da Assistência para a criança pequena: 1) os direitos da criança pequena: não é razoável pensar em crianças portadoras de direitos vivendo em famílias excluídas da sociedade, portanto, as novas ações para criança

pequena incluem ações para a inserção das famílias; 2) inclusão social seria uma prioridade orientadora e integradora das políticas públicas. Na proposta para a nova atuação da Secretaria foi criado o programa “Criança Pequena”, focalizando as crianças até 6 anos e suas famílias. Para esse programa, propôs-se o chamado *Kit Criança*, envolvendo ações voltadas para o lazer, tais como facilitar o acesso a brinquedos, por meio de brinquedotecas, oficinas de brincadeiras, instalação de *playgrounds* ou áreas de lazer. Para o programa de melhoria de abrigos foram propostas ações de adequação do espaço físico para o atendimento de crianças pequenas e compra de brinquedos e equipamentos, “garantindo um ambiente estimulador, solidário e acolhedor” (BELO HORIZONTE, 2000, p. 45). A proposta do projeto “ao ar livre”, apresentado à Prefeitura em 2000, encontrou ambiente propício ao seu desenvolvimento e muitas de suas propostas foram incorporadas no projeto “Se essa praça fosse minha”, descrito a seguir.

Em 2002, a administração municipal, na gestão do Prefeito Célio de Castro, elaborou um programa de políticas públicas centrado na inclusão, chamado “BH Cidadania”, tendo como eixos estruturantes a descentralização, a intersetorialidade, a territorialidade e a participação popular – os mesmos princípios que condicionaram a Reforma Administrativa da Prefeitura de Belo Horizonte (BELO HORIZONTE, 2003). Segundo Prefeitura, para a ação considerada como experiência “piloto” o “BH Cidadania” foi implantado nas áreas de maior vulnerabilidade em cada Regional da cidade. A definição dos locais que deviam ser implantados baseou-se em indicadores sociais, tais como Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) (1994), Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) (2000) e Índice de Vulnerabilidade à Saúde (Setores Censitários). Esses índices cruzaram indicadores econômicos, sociais, culturais, ambientais e localização geográfica dos serviços públicos acessíveis, na tentativa de hierarquizar a situação de pobreza das populações residentes em Belo Horizonte, abrangendo “três dimensões socioespaciais que participam das relações de vida da sociedade: econômica, social e ambiental-urbana” (BELO HORIZONTE, 2003, p. 7). Ainda segundo a Prefeitura, o programa trabalhou a partir de cinco eixos estratégicos: direito à educação, direito à saúde, inclusão produtiva, transferência de renda e socialidade. Algumas famílias que moram nas Vilas Independência, Regional Barreiro e algumas na Vila Senhor dos Passos, localizada na Regional Noroeste, por serem classificadas na Classe I no Mapa das áreas prioritárias para inclusão social e urbana, foram selecionadas para o Programa BH Cidadania (cf. FIG. 10 e 11).

Posteriormente, as vilas Santa Rosa (Regional Pampulha), vila Apolônia (Regional Venda Nova) e o bairro Paulo VI (Regional Nordeste) foram selecionados para o Programa.

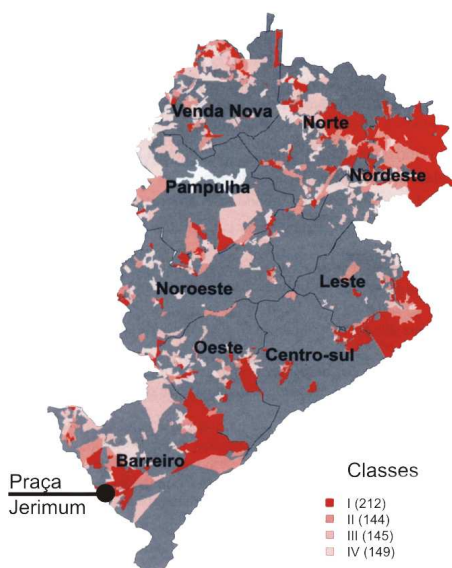


Figura 10: Mapa das áreas prioritárias para a inclusão social.
 Fonte: Base cartográfica, PRODABEL.
 (adaptado pelo autor)

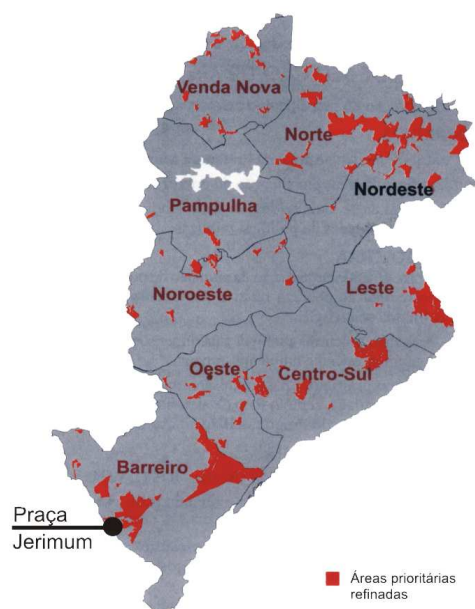


Figura 11: Mapa das áreas prioritárias refinadas para a inclusão social.
 Fonte: Base cartográfica, PRODABEL.
 (adaptado pelo autor)

Dentre algumas atividades, a Secretaria Municipal de Assistência Social propôs para o “BH Cidadania” a criação de um Núcleo de Apoio à Família (NAF) em cada regional da cidade, com o objetivo de mediar as relações entre a Secretaria e a comunidade mediante a identificação das famílias, encaminhamento de demandas, realização de atividades de socialização etc. Já o Programa *Criança Pequena*, da Secretaria de Assistência Social propôs duas ações para o *BH Cidadania*: **Casas de brincar**, modalidade de brinquedoteca em que a criança utiliza o espaço para brincar com acompanhamento de um adulto da família ou responsável; e **Se essa praça fosse minha**, criação de espaços públicos de lazer e convivência ao ar livre por meio de metodologia de participação comunitária. O foco das ações é a criança até 6 anos, e esses dois programas trabalham numa perspectiva de constituir e construir espaços e equipamentos públicos para esse grupo etário, mediante o fomento da brincadeira e da convivência entre pares e com outros grupos etários. Uma das principais preocupações desses programas está relacionada à violência sofrida pelas crianças, em que os pais são apontados estatisticamente como os principais agressores. Ao criar e fomentar o uso de espaços públicos por esses grupos, esse programas, por um lado, estimulam o desenvolvimento da cultura infantil, mas, por outro, colocam a criança mais visível e mais passível de controle.

O projeto “Se essa praça fosse minha” [...] busca o fomento e criação de espaços públicos, ao ar livre, para convivência familiar e comunitária em áreas pobres, na periferia da cidade, através da revitalização ou adequação de um espaço físico ou praça já existente, focado nas necessidades das crianças pequenas. (BELO HORIZONTE, 2002, p. 23)

A Secretaria de Assistência Social estabeleceu, então, parceria com a Associação Municipal de Assistência Social (AMAS) para que, por intermédio de seu Departamento de Engenharia, fornecesse mão-de-obra técnica para a construção das áreas de convivência que deviam ser construídas de acordo com o projeto “Se essa praça fosse minha”. O departamento possuía experiência anterior em reforma e construção de creches públicas. A Pastoral dos Negros, instituição que desenvolve programas assistenciais em vilas da cidade, aderiu ao projeto. Como resultado de experiências anteriores perante a Secretaria de Assistência Social, em especial a experiência no Abrigo Granja de Freitas, inseri-me na equipe. A Regional Barreiro foi a responsável pela indicação de possíveis locais onde o projeto “Se essa praça fosse minha” pudesse ser implantado. Apesar de não estar situada na Vila Independência, mas, sim, na sua entrada, a Praça Jerimum era a opção viável para se atingir o público selecionado. A partir daí, entrei em contato com a comunidade moradora do entorno da Praça.

A produção da Praça Jerimum

No período analisado neste estudo, a Rua Jerimum recebeu duas reformas. A primeira, resultado do OP e inaugurada em 1994, previu a urbanização do trecho da rua, ou seja, o asfaltamento, a criação de passeios e, no final dela, uma rotatória circular. A segunda, inserida já no projeto “Se essa praça fosse minha”, do programa *BH Cidadania*, a transforma em Praça.

Quando, em 2002, visitei o local com a equipe que participaria dos trabalhos, a configuração do espaço era a de um pequeno quarteirão de 33 metros de comprimento. Ao final dele encontrava-se uma pequena rotatória de aproximadamente 5 metros de raio, onde havia dois bancos, em forma de poliedros de alvenaria (chamados de “túmulos” pelos moradores), um canteiro, algumas árvores e uma placa de inauguração. Sua topografia era um pouco inclinada e os passeios em frente às casas eram, em alguns pontos, de dimensões generosas, mas inclinados em alguns pontos. O acesso a algumas casas era por meio de escadas.



Figura 12: Foto da Rua Jerimum, 2002.
Fonte: PBH.

Foram realizadas algumas reuniões, das quais não participei, com a finalidade de esclarecer os moradores do entorno sobre o projeto “Se essa praça fosse minha”. Por intermédio do NAF,

foi agendada a primeira oficina de sugestões para o projeto, que aconteceu na casa da família de Paulinho e Silvia, localizada na parte circular da área. Crianças, jovens e adultos foram convidados a participar. Compareceram aproximadamente 30 pessoas das diversas faixas etárias. A dinâmica da reunião pode ser descrita da seguinte forma:

- 1) Apresentação do projeto “Se essa praça fosse minha”, bem como dos seus objetivos e finalidades.
- 2) Apresentação de exemplos de algumas áreas de lazer destinadas a crianças.
- 3) Divisão do grupo em crianças e adultos.
- 4) Proposta de dinâmica para jovens e adultos:
 - trabalho organizado em grupos de três a cinco pessoas;
 - solicitação para que escrevessem, desenhassem e/ou usassem o recurso da colagem para dar sugestões para o projeto da praça, bem como que escrevessem os nomes dos moradores das casas ao redor da área;
 - solicitação para que respondessem a um questionário (seis foram respondidos em condições que não acompanhei).
 - material usado: cópias da planta baixa e elevação das casas com os muros existentes na praça; cópias de fotos de exemplos de brinquedos para o possível uso em trabalho de colagem e lápis.
- 5) Proposta de dinâmica para crianças:
 - solicitação para que desenhassem e/ou usassem o recurso da colagem para dar sugestões para o projeto da praça;
 - material usado: folhas em branco, cópias contendo fotos de exemplos de brinquedos para possível uso em trabalho de colagem, lápis de cor.
- 6) Apresentação oral dos resultados pelos autores. Abertura ao debate.



Figura 13: Oficina de Sugestões: crianças desenham.
Fonte: PBH.



Figura 14: Desenho realizado por Renata de 9 anos.



Figura 15: Oficina de Sugestões: apresentação de proposta formulada.
Fonte: PBH/ Elise Ferreira.

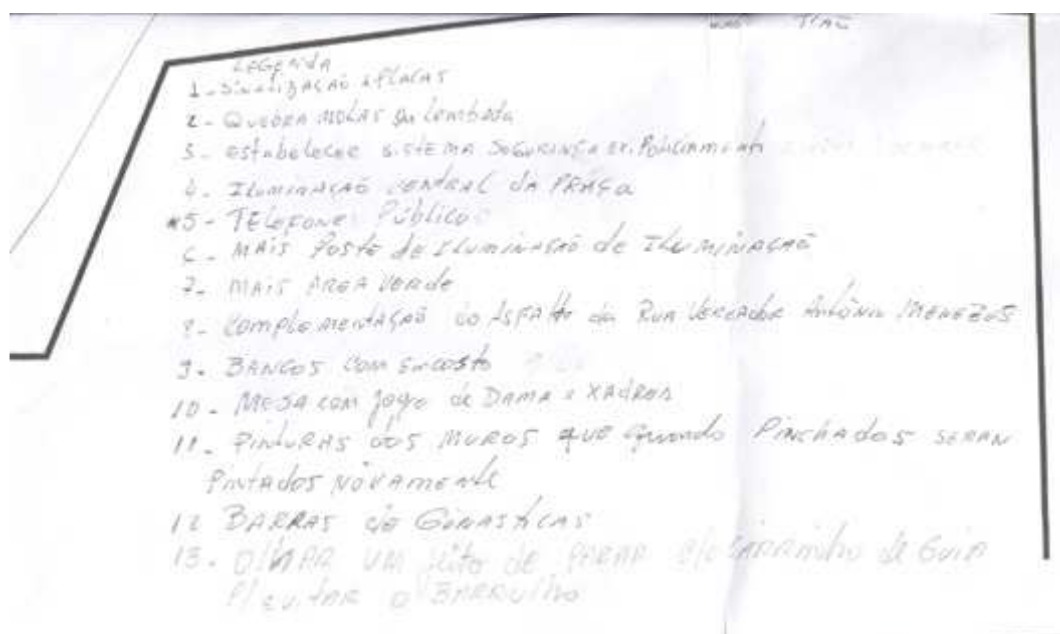


Figura 16: Conteúdo de proposta formulada uma dupla de jovens.
Fonte: PBH.

Os resultados me foram entregues. Enquanto lia os questionários, olhava os desenhos e entrava em contato com as idéias daquelas pessoas. Foram solicitados equipamentos para todas as faixas etárias, tais como bancos para os mais idosos, pista de caminhada e brinquedos. Os adultos sugeriram que os meninos deixassem de jogar bola ali, pois o espaço não era adequado e os portões eram usados como traves do gol. Alegaram que a Prefeitura estava construindo outra quadra nos arredores. Os jovens pediram barras de ginástica e rampa para abdominais. As crianças desenharam os brinquedos que gostariam que fossem construídos, bem como sugeriram outras propostas. Tal como em diversos contextos urbanos, a casinha e o escorregador são os brinquedos mais lembrados. Está presente na fala e na maioria dos desenhos infantis que contêm sugestões para a Praça. Alguns dos significados atribuídos a esses brinquedos e aos desenhos infantis são temas de análises posteriores nesta escrita.

TABELA 1: SÍNTESE DAS SUGESTÕES

PROPOSTAS	NÚMERO DE VEZES EM QUE APARECEM
1) Lúdicas	
Balanço	1
Bola	1
Borrachão	2
Brinquedo	2
Carrinho	2
Casinha	10
Cobra	1
Elefante	1
Escorregador	4
Mesas para jogos	2
Passa-passa	1
2) Esportivas	
Barras de ginástica	2
3) Relativas à infra-estrutura	
Área verde	1
Banco	1
Banco com encosto	2
Iluminação	4
Lixeira	2
Pintar meio-fio	1
Pintar muro	3
Quebra-molas	4
Sinalização	2
Telefone público	3

Fonte: Dados compilados pelo autor.

Elaborei um estudo preliminar. Os passeios e a rua propriamente dita, além da rotatória, foram considerados área de lazer. A obra de urbanização anterior à transformação do local em praça transformou-o em retorno dos automóveis. No entanto, como a circulação de automóveis ali é relativamente pequena, foi possível o tratamento de todo o espaço como espaço de lazer, incluindo as caixas de rua e os passeios. Onde foi possível, propus a ampliação das dimensões do passeio. O acesso de automóvel seria garantido. A prioridade, porém, foi dada ao uso dos moradores como área de convívio. Seriam instalados quebra-molas para redução de velocidade, além de sinalização específica dizendo ser espaço destinado a crianças. Para a rua foi proposta uma sinalização para caminhada, que marcaria a metragem percorrida e obstáculos, para evitar que os meninos jogassem bola. Foram instalados na Praça mesas para jogos, bancos, barras de ginástica, brinquedos, iluminação, área verde, recuperação das fachadas e a confecção de painel de mosaicos de cerâmica colorida com desenhos de crianças. Foram utilizados pneus reciclados como anteparo/brinquedo/banco. Na rotatória, propus a colocação de piso em borracha reciclada de esteira industrial, cercada por arquibancada de mosaicos, e seu centro receberia brinquedo em alvenaria. O tratamento das fachadas seria por meio de paisagismo, ou seja, o plantio de heras, e, onde possível, seriam criados pequenos jardins em frente aos muros. As primeiras idéias foram apresentadas por meio de transparências em nosso segundo encontro, realizado no começo de uma noite, na casa de Silvia e Paulinho, moradores da Praça.

Tentando acatar a solicitação dos moradores, projetei uma casinha com escorregador. No entanto, parti do pressuposto de que, por ser um espaço público, não deveria configurar um espaço fechado, ou seja, o acesso visual deveria ser mantido. Segurança? A experiência do Abrigo Granja de Freitas, onde colocamos uma casinha com manilhas, nos fez refletir. Fomos informados de que estavam ocorrendo atos sexuais em seu interior. Pudor? Fiquei convencido de que a visibilidade seria importante para garantir a segurança. Fiz uma casinha aberta. Parti do conceito de casa como abrigo contra as intempéries. E fiz só o telhado. Aproveitei a inclinação do telhado como escador e escorregador. Volto a analisar este equipamento em seguida.

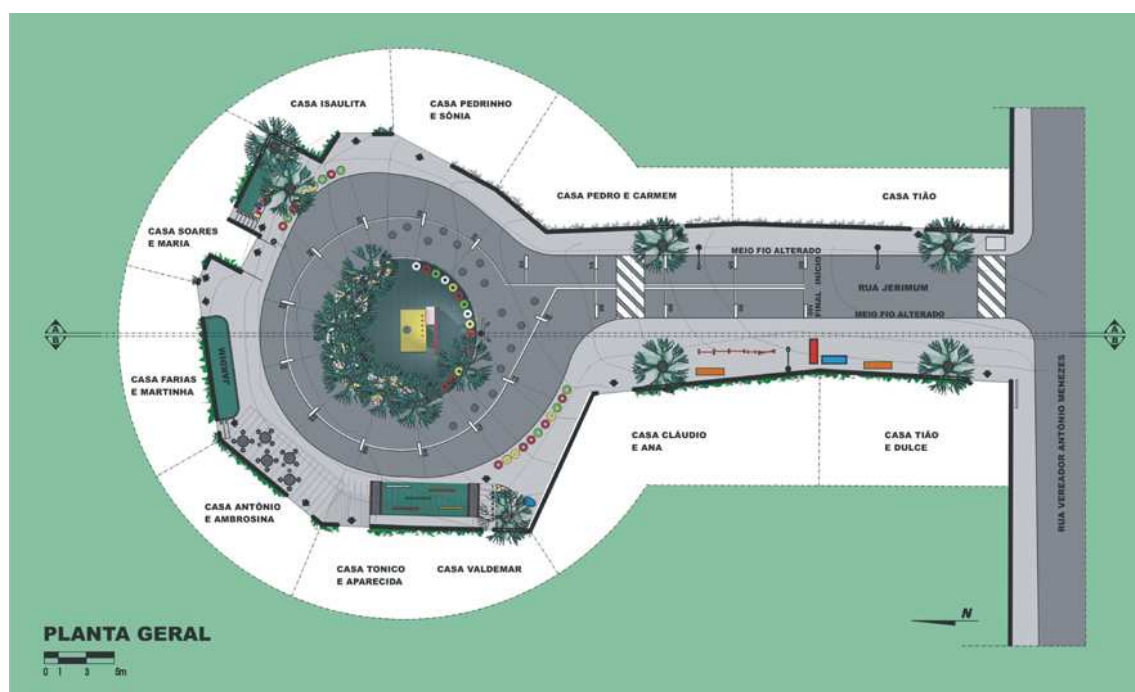


Figura 17: Planta do projeto arquitetônico apresentada aos moradores em reunião.
 Fonte: Realizado pelo autor com a colaboração dos arquitetos Cláudio Ribeiro e Fernanda Guimarães.

O debate foi aberto e foram apresentadas as seguintes ponderações: em primeiro lugar, o Sr. Álvaro não gostaria que o passeio em frente à casa dele fosse utilizado para a instalação de qualquer equipamento. A pérgula e as mesinhas propostas deveriam sair dali. Fui informado de que Sr. Álvaro é religioso, que sua religião não aprova jogos e que utilizava o passeio para lavar seu carro. Esse pode ser considerado um exemplo das influências exercidas pela cultura nas relações com os usos dos espaços, especialmente os de lazer coletivo. A esfera privada, nesse caso, invade o espaço público, criando uma faixa de transição entre a casa e a rua.

O departamento de engenharia da AMAS estudou o projeto e fez uma avaliação de sua viabilidade técnica e financeira. O projeto foi alterado para atender às demandas de alteração da comunidade e de viabilizá-la tecnicamente.

Começou a obra. Inicialmente tinham receio de que a obra não fosse realizada, que era mais uma manobra “política eleitoreira”. Fiz algumas visitas ao local e, sempre que ia, alguns detalhes do projeto tinham sido alterados sem a abertura de discussão. Ainda durante a execução, foram solicitadas alterações. Um dos moradores não deixou que seu muro fosse pintado. A borracha para o piso (reutilização de material industrial) deu problemas. Segundo informações oriundas dos técnicos responsáveis pela obra, de maneira geral, os moradores não queriam que fossem plantadas heras nos muros. O piso em ladrilho hidráulico foi substituído por piso cimentado. Estavam previstos dois meses para finalizá-la, mas durante sua execução ela ficou paralisada por um período aproximado de um mês, o que fez com que a população desconfiasse das ações oriundas de órgãos públicos. Achavam que não a terminaríamos.

Em seguida, foi proposta a oficina de mosaicos para as crianças e para os adolescentes. A adesão dos jovens foi pequena, pois, segundo funcionários da Prefeitura, a eles já haviam sido ofertadas várias oficinas. Aconteceu no Núcleo de Assistência à Família (NAF), da Regional Barreiro, e foi aberta também aos adultos. Participaram 25 pessoas, entre adultos e crianças de ambos os sexos. Foram propostos dois tipos de mosaicos: de cerâmica e de tampinhas de garrafa de plástico tipo *pet*, que seriam conseguidas por meio de campanha de coleta, o que não ocorreu. Foram compradas na fábrica que as produz. Segundo dados da Secretaria de Assistência, as crianças criaram um painel em cerâmica com o desenho de vários tipos de brinquedos e os adultos criaram um jardim de flores em tampinhas de plástico. Há dúvida se os mosaicos de cerâmica foram mesmo realizados por crianças, pois não foi encontrada

nenhuma foto com crianças. Além do mais, o resultado dos desenhos é muito homogêneo, e a coordenadora do NAF, em entrevista informal, disse que não houve participação de crianças na oficina de mosaicos. Uma jovem moradora tinha o nome gravado abaixo do mosaico. Perguntei-lhe, então, a ela qual dos desenhos tinha realizado, ela disse que não lembrava e que muitos daqueles desenhos não foram feitos por eles. Segundo ela, os desenhos vieram prontos, e eles somente preencheram com cerâmica.



Figura 18: Foto de oficina de mosaicos.
Fonte: PBH.

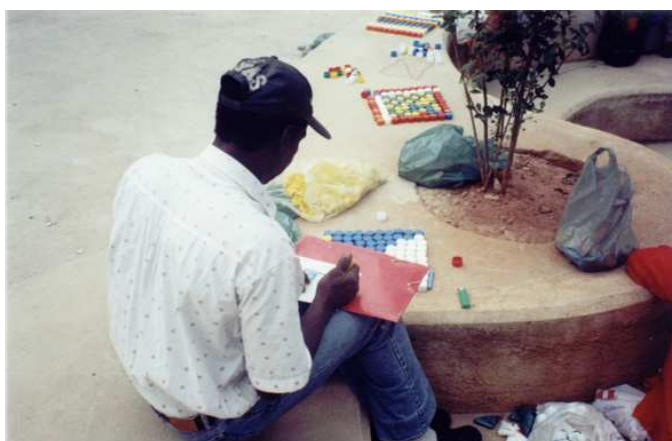


Figura 19: Foto de oficina de mosaicos.
Fonte: PBH.

Por fim, entre maio e junho de 2003, a Praça Jerimum foi entregue à comunidade, porém faltavam alguns detalhes, tais como o telefone público, as lixeiras, a iluminação. O telefone público foi colocado logo após a entrega. As lixeiras e a iluminação ficaram a cargo da Regional Barreiro, porém, como a Prefeitura estava em litúgio com a Cemig, órgão responsável pela iluminação pública da cidade, foi impedida sua instalação. Uma forma de pressão que os moradores encontram para que fossem resolvidas as pendências foi a recusa em aceitar a realização de festa de inauguração. Mas, depois de alguns meses, a comunidade cedeu, e a festa aconteceu. Autoridades, discursos, placa. Teatro de fantoches, *rap*, cama elástica, já em setembro de 2003. A placa existente anteriormente foi relocada e uma nova placa, marcando essa nova reforma, foi descerrada. Assim foi inaugurada a Praça Jerimum.



Figura 21: Praça Jerimum no evento de inauguração em setembro 2003.

Quais seriam os sentidos atribuídos à Praça?

Entre a cidade e a favela, um *pedaço*

A Praça Jerimum não se situa na favela, mas, sim, no fim do asfalto, nos limites. Encontram-se, ali, diferentes níveis de inclusão social entre os frequentadores do local. Ao chegar pela Rua Vereador Antônio Menezes, tem-se, por um lado, a cidade formal, onde se pode observar o traçado geométrico das ruas, e do outro o improvisado, a cidade informal, com seus becos e escadas. A maioria das casas imediatamente ao redor da Praça possui um número razoável de cômodos, são pintadas e todas muradas, características pouco comuns nas favelas, como analisou Gouvêa (1990, p. 106) em seu estudo:

Tais benfeitorias revelam a estratificação interna e é nas margens, onde a favela se encontra com a cidade, que se concentram, beneficiando os moradores mais próximos. Os que habitam o topo, as entranhas, já não contam com as mesmas condições. A favela constitui, portanto não um espaço uniforme, mas cheio de matizes, diferenciações e contrastes que traduzem sua complexidade.

O que é considerado neste estudo como Praça Jerimum é a área que se inicia na Rua Vereador Antônio Menezes e vai até o seu final, incluindo os passeios e uma rotatória. Essa definição não coincide com as fontes oficiais, pois, como foi dito, oficialmente a Praça não existe: existe apenas a Rua Jerimum. São 954 m² de área não edificada, rodeada por edificações residenciais. Essa demarcação foi definida pela área de intervenção do projeto “Se essa praça fosse minha” e, tal como esse programa, o objeto de análise é limitado pelos muros das casas. Um *pedaço* entre o público e o privado, onde a sociabilidade entre vizinhos acontece: meio casa, meio rua (MAGNANI, 2000).



Figura 22: Em dezembro de 2005 meninos jogam bola no centro da Praça, de onde se avista a favela.

Ao analisar o mapa da Lei n. 7.166 de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo (n. 7.166) (BELO HORIZONTE, 1996, fl. 62) fica claro que a Praça está situada nos limites entre o Bairro Independência, a Vila Independência e o Bairro Petrópolis (cf. Figura 23). O lado esquerdo de quem entra na Praça e a parte circular são classificadas por esse mapa como Zona de Adensamento Restrito (ZAR-2). A parte direita de quem entra é classificada como Zona de Especial Interesse Social (ZEIS-1). Para as regiões classificadas como ZAR a ocupação é desestimulada, em razão de ausência ou deficiência de infra-estrutura de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário, de precariedade ou saturação da articulação viária interna ou externa, ou de adversidade das condições topográficas. Já as ZEIS são as regiões nas quais há interesse público em ordenar a ocupação por meio de urbanização e regularização fundiária, ou em implantar ou complementar programas habitacionais de interesse social, e que se sujeitam a critérios especiais de parcelamento, ocupação e uso do solo. Essa distinção ocorre também com Rua Vereador Antônio Menezes, que dá acesso ao local: do lado direito de quem entra é ZEIS e do esquerdo é ZAR. Esse mapa sofreu alteração em 2000, e uma dessas modificações foi o aparecimento do Bairro Petrópolis (BELO HORIZONTE, 1996).

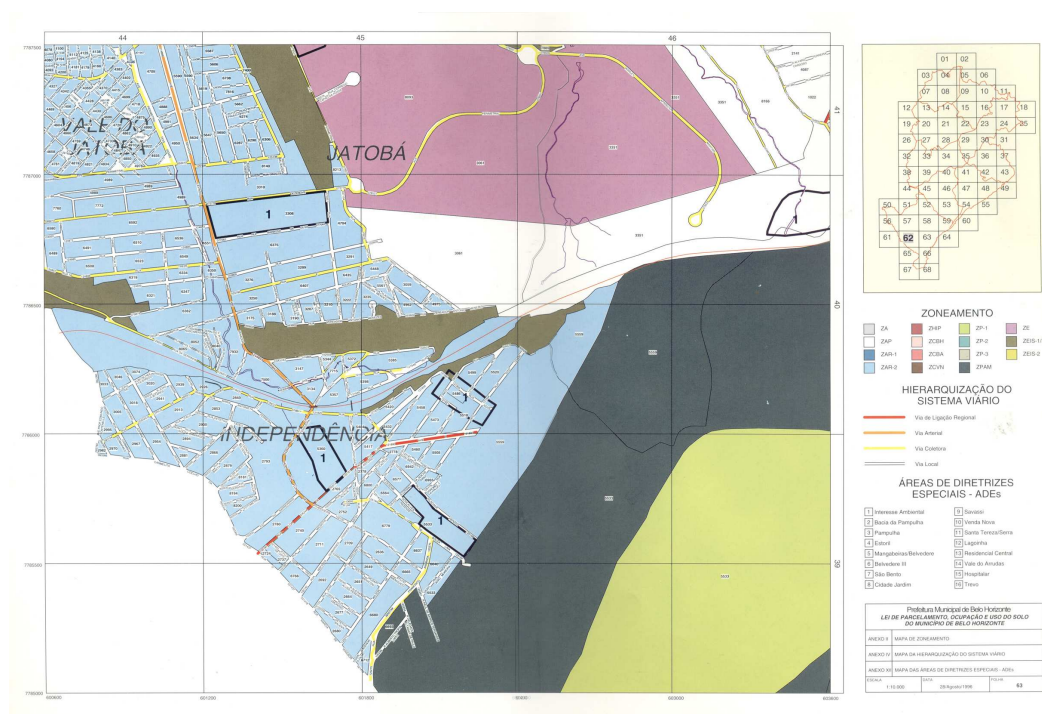


Figura 23: Mapa Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), 1996, n. 62.
 Fonte: PBH.

O acesso pode ser feito pela Avenida Senador Levindo Coelho, atravessando o Vale do Jatobá e a Vila Independência, para, então, acessar a Rua Vereador Antônio Menezes, onde a Rua Jerimum se inicia. A Rua Vereador Antônio Menezes termina logo após a esquina com a Jerimum, e a partir daí o acesso é possível apenas para pedestres, por meio de uma escadaria. Para quem chega de automóvel ou caminhão, a única opção de retorno é pela Rua Jerimum, rua pequena, em ligeiro aclive e de apenas um quarteirão. Possui aproximadamente 60 metros de comprimento, incluindo uma pequena rotatória entre 10 ou 11 metros de diâmetro. Sua largura não é constante, o que indica a falta de planejamento inicial. Ao longo da rua, encontram-se 11 residências.

Os grupos observados na pesquisa são constituídos por aqueles que utilizam a Praça como opção para seus tempos livres, ou seja, são principalmente os moradores da Praça e seus parentes, os moradores do bairro e das favelas ao seu redor. No entanto, não encontramos ali nenhum usuário morador de áreas mais centrais e provenientes das camadas médias da população, o que reflete uma ocupação historicamente estratificada do espaço urbano. Pelas suas dimensões e localização específica, recebe apenas os moradores do entorno, não se configurando como espaço de lazer regional, mas, sim, local.

Todas as casas localizadas na Praça são muradas e possuem portões, na sua maioria grandes, possibilitando o acesso de veículos, características pouco encontradas nas favelas, até mesmo aquelas ao seu redor, o que revela realidades econômicas e sociais distintas na região. Os muros das casas possuem a mesma cor de tinta cerâmica, meio avermelhada, com exceção de uma casa. Parte do muro que a cerca recebeu um revestimento em mosaico de cerâmica colorida, realizada em oficina com a comunidade. A temática do mosaico é a dos brinquedos. A outra face do muro havia sido reformada e pintada com a mesma tinta anterior. Os moradores não aceitaram a proposta do projeto de plantar heras em todos eles. Temiam a umidade dizendo que “daria bicho”. Todos os portões são dessa mesma cor, porém um pouco mais clara. A presença homogênea de uma única cor para os muros e portões reflete a opção do arquiteto pela estética do ambiente em vez de pelo realce às identidades individuais.

Seus passeios são largos e, em alguns pontos, inclinados. São de cimento pintado da mesma cor. Algumas casas se situam em nível superior ao do meio-fio, onde existem escadas de acesso com corrimãos executados em aço inox, material nobre e resistente. Nos passeios existem alguns equipamentos de ginástica, bancos, duas arquibancadas revestidas em retalhos

de cerâmica colorida, duas mesas com tabuleiros, brinquedos, algumas árvores, um poste de iluminação e o telefone público. Em termos de brinquedos, temos nos passeios um conjunto composto por dois escorregadores de alvenaria e cimento natado, um escalador de alvenaria, três anéis de concreto e duas seqüências de pneus empilhados, concretados e pintados. Todos eles são bastante coloridos.

A área central circular não é grande: possui 11 metros de diâmetro, totalizando 95 m² quadrados. O piso é de borracha quadriculada e a arquibancada, de formato sinuoso, é em mosaico de tampinhas plásticas de refrigerante, igualmente realizado em oficina com a comunidade. A temática escolhida para esse mosaico foi um jardim. Possui ainda algumas árvores, uma seqüência de pneus e um equipamento central que, neste estudo, chamo aleatoriamente de brinquedão. Uma das árvores é mais antiga e mais desenvolvida: a castanheira. As outras parecem recém-plantadas. A caixa de rua, ou seja, o espaço asfaltado para uso dos veículos, recebeu pintura que sinaliza as distâncias percorridas em metros, sugerindo uma caminhada em pista de *cooper*. Não foram instalados os quebra-molas constantes do projeto.

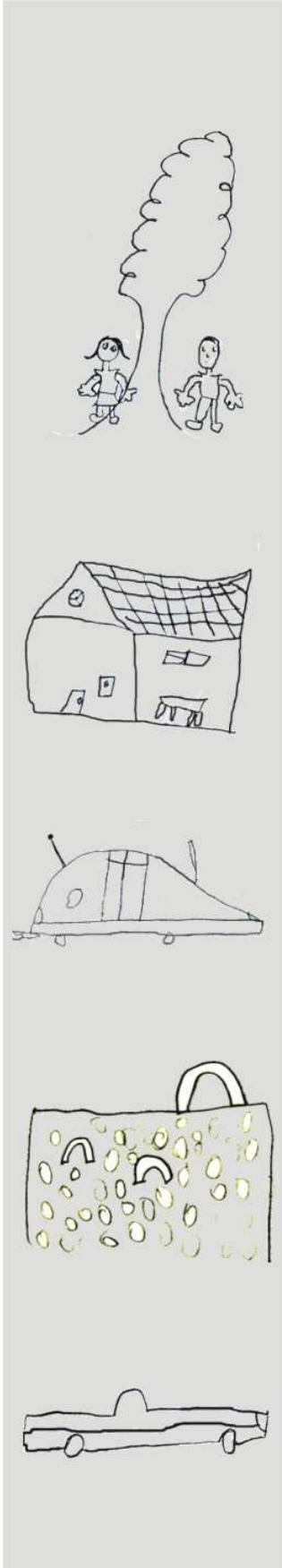


Figura 24: Foto da arquibancada com mosaicos de tampinhas tipo ‘pet’.
Fonte: PBH.

Um único morador não autorizou a pintura de seu muro. Sua casa fica na esquina da Praça com a Rua Vereador Antônio Menezes, onde fica sua entrada principal, que foi pichada. Seu muro não foi nem mesmo rebocado. Segundo relatos da coordenadora do NAF, esse morador tinha a intenção de transformar a garagem em comércio e se autorizasse a pintura poderia se comprometer com o coletivo. No entanto, esse morador até então não havia transformado sua casa em comércio. Em uma conversa informal, foi chamado de “metido” por uma moradora e seu filho de *boyzinho* por um jovem. Poderíamos especular se as relações descompromissadas desse morador com a vizinhança, representadas pela falta de compromisso com o coletivo, criaram condições para a pichação de seu muro.

Até então, somente uma residência havia recebido uso não residencial, segundo os documentos e informações acessadas. Uma moradora abriu uma escola infantil em sua casa, logo após o final das obras, em abril de 2003. Em julho desse mesmo ano, já era possível observar uma faixa anunciando-a. Na festa de inauguração, seu muro apresentava pintura de personagens infantis. Segundo ela, a reforma da Praça não foi o fator principal de sua empreitada, mas, como havia trabalhado em instituição de educação infantil, possuía essa intenção mesmo antes da reforma. De qualquer maneira, fica difícil não estabelecer a relação entre a reforma da Praça, os equipamentos voltados para a infância e o investimento dessa moradora em educação infantil naquele momento. Não durou muito tempo e, no início da observação, a escola já estava fechada.

5 NO CAMPO



Desço do mapa

Para ler a paisagem não basta uma ‘visão de sobrevôo’, é necessário, segundo Péguy (1957), uma visão de baixo, de dentro da paisagem e em movimento (MERLEAU-PONTY, 1945 *apud* MACEDO, 2005, p. 2)

Conhecia a Praça Jerimum como arquiteto. Como pesquisador, meu olhar se transforma e a Praça já não é mais a mesma. As apropriações dos sujeitos a modificaram e a modificam ainda. Durante o percurso até o local a paisagem se transforma diversas vezes. As dimensões das avenidas e das áreas verdes ao seu redor dão a sensação de que se está numa rodovia. Espaço vazio de edificações e de pessoas. Tempo suficiente para imaginar como seria a entrada naquele campo familiar para o profissional e estranho ao universo do pesquisador.

Logo à frente reaparecem os edifícios, agora em alturas e volumes bem menores que os do centro. O céu fica maior, e aqui é possível notar o movimento de seus habitantes. A poluição visual dos anúncios publicitários diminui e a pichação se torna um elemento mais presente. Mais próximo do destino, o movimento de pessoas aumenta. Homens, mulheres, jovens e crianças encontram, no canteiro central da avenida, larga e plana, um lugar de encontro e de lazer. Mais adiante, a rua se transforma em um centro comercial movimentado, com escola, supermercado, polícia, quadra e até um parque infantil. Assim é o Vale do Jatobá, passagem obrigatória para quem tem os bairros Petrópolis, Independência e as vilas ao redor como destino. Muitas pessoas na rua, nenhum edifício alto. Um pouco mais adiante a avenida se transforma em rua com apenas uma pista para cada lado, sinuosa e em aclive. O comércio é mais espaçado e, como consequência, o movimento de pessoas diminui. A igreja da esquina sinaliza a esquerda a tomar. Residências aqui se misturam com o novo centro comercial, onde é o ponto do ônibus. Ao ultrapassá-lo, o bairro se torna essencialmente residencial, com alguns botecos, em geral nas esquinas. Para adentrar os becos que dão acesso às vilas, é necessário seguir a pé. É um local arborizado, no entanto poucos imóveis recebem acabamento nas fachadas.

Se, por um lado, é possível observar diferenças visíveis na paisagem construída, a serra do curral, principal referência natural da cidade, continua ali, tal como a vemos de diversos

outros ângulos da cidade.¹ Como uma fortaleza intransponível, limita o movimento e concentra seus moradores. Apesar de elemento comum aos habitantes de Belo Horizonte, no entanto, “[...] há distâncias culturais nítidas internas ao meio urbano em que vivemos, permitindo ao nativo fazer pesquisas antropológicas com grupos diferentes do seu, embora possam estar basicamente próximos” (VELHO, 1980, p. 16).

No caso da Praça Jerimum, não sou um pesquisador desinteressado. As relações anteriormente estabelecidas deveriam ser refeitas. Como profissional da arquitetura, ocupava o lugar do conhecimento, da técnica, que tentava traduzir no espaço os desejos da comunidade. Como representante do Poder Público, para alguns trazia a “boa nova”, para outros, conflitos de interesse. A pesquisa acadêmica permite estranhar o arquiteto e estabelecer distância da prática profissional para, então, questioná-la. A atuação profissional passa a ser objeto da pesquisa. O método etnográfico possibilita-me lidar com tal estranhamento. De profissional passo a pesquisador e pesquisado. Durante o exercício profissional, são raras as oportunidades para se refletir sobre a atuação. Na maioria das vezes, o contratante dita os parâmetros principais que devem ser considerados nos projetos. Não foi exatamente o que ocorreu nesse caso, pois foi uma decisão pessoal trabalhar com as camadas populares na perspectiva da participação comunitária para a produção de espaços coletivos. No entanto, como contratado da Prefeitura, esta ditava as regras e dava o tom da intervenção. Ao retornar ao local com objetivos de pesquisa, não cheguei ali como um desconhecido. A experiência como arquiteto da Praça definiu meus olhares da pesquisa. Um dos objetivos do estudo acadêmico seria “[...] refazer uma área de domínio profissional, propondo novos conceitos, examinando os resultados do que era antes apresentado como verdade” (SANTOS, 1980, p. 15).

Para a produção da Praça, aproximei-me do objeto de trabalho por meio de mapas e documentos, mediados por informações oficiais, originados dos órgãos públicos ou em encontros organizados com pauta definida. As fontes utilizadas foram essencialmente imagens gráficas (mapas e fotos), além de alguns contatos com a comunidade. A pesquisa é o momento de aproximação com o sujeito, do contato com o real, com sua cultura. Esse relato é

¹ Apesar de fazer parte da mesma formação geológica da serra do Curral, o que é possível ver do local é atualmente chamada de serra do Rola-Moça, no entanto, historicamente, foi chamada aí também de serra do Curral.

o resultado da observação *in loco* e de entrevistas com usuários do espaço. Poderia, então, descrever da seguinte forma a sensação de entrar no campo: a descida do mapa.

Certamente, se quisermos simplesmente olhar as práticas lúdicas da infância (da rua e da escola) do mais alto dos prédios, é pouco provável que encontremos pluralidade e heterogeneidade de movimentos. É desses limites, que tradicionalmente vêm condicionando a produção científica, que nos fala Certeau (1994). Para ele, do alto, só é possível ver o homogêneo, o uniforme e o poder que, embutido nas estruturas sociais, comanda e controla a ação dos sujeitos. (FARIA; ROSA, 2000, p. 48)

Para os moradores, meu papel não ficou claro. Num primeiro momento, apresentei-me como arquiteto, depois disse que estava realizando uma pesquisa para a Universidade e fiquei brincando na Praça com as crianças, conversando com as pessoas. Os significados que me atribuíram são diversos. Alguns adultos estranharam o fato de eu ficar ali conversando com seus filhos, afinal eu era um estranho. Outros relacionaram meu papel ao de guardião daquele espaço, pois conheciam meu envolvimento com a Praça. Outros ainda me responsabilizaram “por aquilo”. Jovens trouxeram suas críticas, sugestões e reivindicações para a Praça, colocando-me no papel de representante das instituições públicas. Para as crianças, creio que represento papéis múltiplos, muitos deles indecifráveis.

A entrada no campo

Ao chegar ao campo como pesquisador pela primeira vez, numa terça-feira fria de abril, encontrei poucas pessoas pela Praça. Receava que a Praça não estivesse sendo usada ou que ela não significasse uma mudança para o cotidiano dos usuários. Poderia, inclusive, ser alvo de críticas e provavelmente seria, pois obviamente existiam conflitos. As primeiras observações realizadas em dias de semana em tempos considerados úteis poderiam indicar conclusões que o projeto não tinha dado certo, que as pessoas não usavam aquele espaço. O espaço parecia morto, ou, segundo Viñao Frago (2001), não tinha conformado um lugar.

No entanto, chamou-me a atenção o estado de sua conservação. A Praça estava limpa e não foram encontrados sinais claros de depredação ou de pichação na região da intervenção (o que não ocorria ao seu redor). De forma geral, ficou clara a necessidade de manutenção, em especial dos elementos pintados, tais como piso cimentado e os pneus; as tampinhas do mosaico estavam ressecadas, desbotadas e quebradas; as barras de ginástica estavam quebradas (desde a fase da obra constatamos que não haviam sido bem construídas); algumas placas de borracha do piso e do brinquedo estavam soltas; as placas metálicas das duas inaugurações não estavam ali. Outro detalhe é destaque: o tronco da árvore maior, a castanheira, estava enrolada com arame farpado. Nesse momento não foi possível entender as razões.

Uma moradora que eu já conhecia veio ao meu encontro e, ao explicar o que faria ali, me deu boas-vindas. Contou que a Praça era bem usada, principalmente nos finais de semana e nos horários de saída das crianças da escola. Conversamos um pouco sobre a Praça, sobre as crianças, sobre sua família e sobre trabalho. Disse que se revezam na limpeza da Praça e que, logo que ficou pronta, alguns jovens disseram que iam pichá-la. No entanto, foram convencidos por alguns adultos, incluindo ela, a não pichá-la.

Fui descobrindo que havia muitas diferenças dentro do que, simplisticamente, designava por um nome só. Era como se estivesse ajustando o foco de uma câmara e começando a distinguir detalhes no que, visto à distância, podia ser descrito com o recurso a uma só cor, a uma só forma e uma só textura. [...] De observador de padrões e arranjos dos espaços públicos e privados e de candidato a interventor nas suas formas de produção e consumo, fui me transmutando em observador das inter-relações sociais e das redes de significados. (SANTOS, 1980, p. 42)

As dimensões reduzidas da Praça impediam que eu observasse sem ser visto. A visibilidade era possível até mesmo de dentro das casas, apesar da existência dos muros. Lancei mão dos contatos estabelecidos no momento da construção do espaço como estratégia de entrada no campo. Procurei uma das pessoas que mais participaram do processo em sua casa: Sílvia me recebeu com café. Contou que ela e uma vizinha haviam limpado a Praça no último fim de semana e que, com o frio, o local ficaria vazio e que somente nos finais de semana eu encontraria pessoas. Disse que estava tudo bem na Praça e que ... *a vila aqui, este pedacinho aqui é muito tranquilo* (Diário de Campo, 21/6/2005).

Aos poucos, fui alterando os horários da observação, de acordo com as indicações dos moradores informantes. Constatei que nos tempos livres a Praça é, sim, utilizada como opção de espaço para o encontro e o lazer. Num domingo, foram encontradas várias pessoas ali em atividades lúdicas e esportivas ou para um simples bate-papo. Adultos conversavam sentados nas calçadas, jogavam queimada e peteca. Meninos jogavam futebol e brincavam de “porradinha”. Essa brincadeira, também chamada de “lutinha” pelas crianças, será objeto de análise posterior. Outras crianças escalavam e escorregavam no brinquedão, localizado no centro da Praça. As mesinhas eram utilizadas por meninas para leitura. Levavam para o local uma bola e alguns objetos que se transformaram em brinquedos. Apresentei-me a todas as pessoas que encontrei e expliquei o que estava fazendo. Alguns já moravam ali no momento da obra, e até se lembravam de mim. Pareciam entender minhas intenções, mas em momentos posteriores alguns voltaram a perguntar sobre meus objetivos, fizeram críticas ao projeto, sugeriram e reivindicaram. Tendo em vista que o meu papel inicial foi construído como o de um profissional que proporia intervenções ao espaço, ficava difícil compreender agora o que pesquisava sentado na pracinha, anotando tudo e brincando com as crianças.

Se minha entrada no campo esbarrou em obstáculos, ser aceito no mundo das crianças foi um desafio, visto que as diferenças entre pesquisador e pesquisado eram óbvias e podiam estar imbuídas de relações de poder. Segundo Corsaro (2005), ao discutir a realização de pesquisas com crianças, alguns autores (RIZZO *et al.*, 1992), consideram que o estabelecimento do *status* de membro, a partir de uma perspectiva de dentro, é um dos principais objetivos do método interpretativo. Acrescenta, ainda, que alguns etnógrafos de crianças (MANDELL, 1988) consideram ser desejável a total aceitação e a participação do pesquisador no universo infantil. Outros (FINE; SANDSTORM, 1988), no entanto afirmam que certas diferenças, tais

como o tamanho físico, o fato de pertencer a outro grupo geracional e social não são superáveis.

[...] como o antropólogo vai enfrentar seus limites de homem de uma cultura ou de uma classe, segmento ou grupo social. Seja como participante do todo mais abrangente, seja como membro de uma das partes, sua visão do mundo estará marcada e, de alguma maneira, comprometida. Que tipo de trabalho é possível nestas condições? Quão confiável é o tipo de conhecimento obtido dentro deste quadro? (MAGNANI, 2000, p. 17)

Num final de semana, encontrei um significativo grupo de crianças e expliquei-lhes o que estava fazendo. Dois deles, que participaram das oficinas de sugestões, me reconheceram. Alguns são primos que moram ao redor dali e outros freqüentam o local nos finais de semana ao visitar a família. Brincavam no “brinquedão”. Duas meninas brincavam com revistas e cadernos em uma das mesinhas. Fiz perguntas, anotei todos os nomes com as idades em meu caderno, se moravam perto dali e suas relações de parentesco. Disseram que iam sempre ali, em especial nos finais de semana. Ao dizerem que os meninos quebravam tudo, pareciam incorporar o discurso adulto, mas, como observei anteriormente, não vi muitas coisas quebradas.

No momento seguinte, pediram meu caderno para desenhar. Ocorreu aí um imprevisto: meu diário de campo foi apropriado pelas crianças, ou seja, tornou-se objeto disputado e desejado por muitos meninos, e meninas e o requisitavam sempre que eu estava ali. No entanto, os meninos mais velhos não participaram dessa atividade, podendo ser observado na atividade um recorte etário. As mesinhas proporcionavam condições favoráveis à atividade. Com o tempo, passei a organizar o acesso ao caderno, preferindo disponibilizá-lo nos momentos antes da minha saída do campo e propondo que desenhassem a Praça. Talvez as dimensões reduzidas do caderno (14,5 x 14,5 cm) e sua forma quadrada tenham colaborado para que isso acontecesse, pois, de certa forma, estabeleceu relações com a escala dimensional das crianças. No caso estudado, as crianças sentavam-se nos bancos, usavam minha lapiseira e cada um desenhava numa folha do caderno apoiado na mesa de jogos. Um a um. Aos poucos, meu caderno tornou-se o brinquedo que trazia, usava, emprestava, trocava e tornava-se fonte da pesquisa. *É algo que gostam de fazer: brincar e desenhar.* (Frase do pesquisador em Diário de Campo, 1/8/2005). Tornou-se um meio de interação entre as crianças e o pesquisador. Faziam questão de deixar suas marcas e, assim, alteraram os caminhos da pesquisa. Os desenhos passaram a ser fonte para este estudo.

Reiterando o que foi dito, poderia afirmar que no processo de produção/apropriação da Praça Jerimum, o recurso do desenho apareceu de forma instigante e diversificada. Desde a seleção inicial do local, os mapas foram utilizados como instrumento; num segundo momento, as crianças deram sugestões para o projeto da Praça por meio de desenhos. Posteriormente, o arquiteto desenhou suas idéias e, finalmente, na observação realizada com o intuito de coletar dados para este estudo, as crianças se apropriaram do diário de campo e o transformaram em instrumento de troca com o pesquisador e a pesquisa.

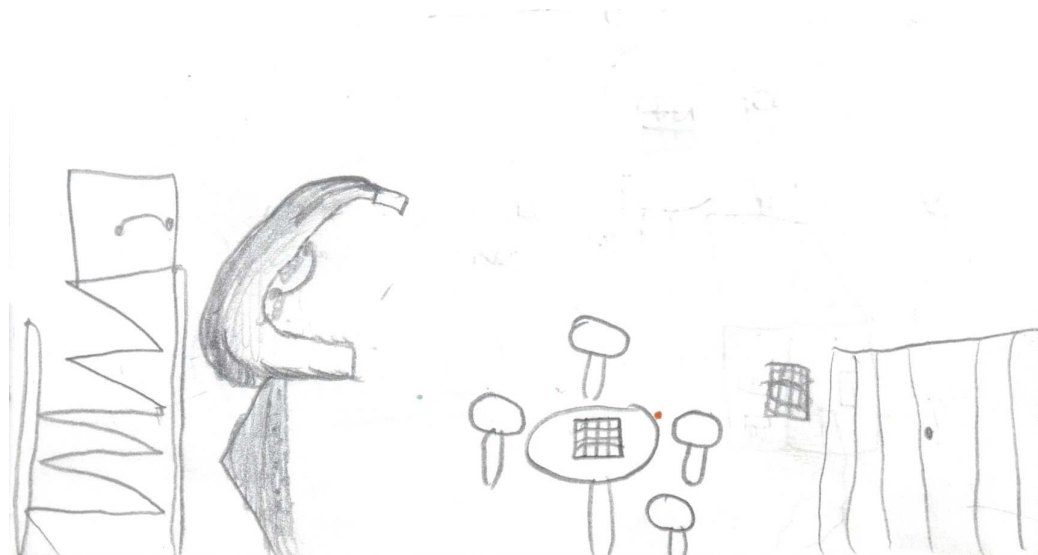


Figura 25: Desenho de Rafael, 8 anos, em junho de 2005.

O autor deste desenho não mora ao redor da Praça, mas um pouco acima, o que significa numa posição mais identificada com o bairro, não com a vila. Vem visitar a avó aos domingos com seus pais e seu irmão mais velho, Paco. Ali encontra alguns primos e brincam na Praça. Este desenho foi realizado no primeiro dia em que se apropriaram do caderno sem que lhes fosse pedido que desenhassem o espaço. Mas como nossas conversas giravam em torno da temática da Praça, isso pode ter influenciado no seu desenho. Ao desenhar a Praça, Rafael escolheu um ângulo: entre o portão da casa de sua tia e a escada de entrada da casa de sua avó, o que pode representar o universo dominical dessa criança. Esse local é onde o telefone público e as mesinhas com o banco longo e a árvore configuram um espaço de convivência sombreado. Alguns desses elementos são apropriados pelas crianças como brinquedos: o telefone público, além de atrair diversas pessoas para o local, serve de brinquedo para os meninos, e o guarda-corpo da escada é usado como barras paralelas.

Aos poucos, comecei identificar os usuários daquele espaço e fui me tornando cada dia mais próximo, até que já nos conhecíamos pelos nomes. As ocorrências e os diálogos resultantes das conversas informais foram registradas no Diário de Campo. Passei a identificar os diferentes usos, diferentes sujeitos, relacionados aos tempos do trabalho, da escola, tempos livres, local de moradia, gênero e faixa etária. Havia aquele grupo de moradores do entorno próximo que utilizavam a Praça para brincadeiras cotidianas. Nos dias da semana algumas crianças pequenas eram acompanhadas pelas mães ou por irmãos, especialmente nos meios das manhãs. A partir de seis anos, as crianças adquiriam alguma autonomia no espaço e brincavam na Praça, principalmente, nos finais de tarde ao voltarem da escola. Brincavam ali sozinhas, e o espaço se tornou essencialmente infantil. Estas são os sujeitos da pesquisa: as crianças que brincavam na Praça Jerimum.

Com o objetivo de me aproximar das crianças, de conhecer suas culturas ou de voltar um pouco no tempo, tornei-me mais um entre aqueles que brincavam. Acreditava ser importante refazer minhas noções dos significados de brincar na rua, visto que fui também uma criança que utilizou o espaço urbano público dessa cidade para a brincadeira. Entrei na brincadeira (com o meu caderno). Algumas vezes participava das brincadeiras e em outros momentos apenas observava. Percebia que a minha simples presença na brincadeira alterava as formas de brincar ou era imprópria a minha inserção, como na “porradinha”. A diferença de tamanho impossibilitava meu acesso. Tentei, em alguns momentos, parecer invisível, para que a brincadeira acontecesse com a mínima interferência, o que era impossível, visto que as dimensões da Praça tornam marcante a presença de qualquer um. Ficava sentado um pouco afastado e anotava os fatos. Como diria Corsaro (2005), assumi postura de “adulto atípico”. Nem pai, nem professor, mas um adulto que pretendia estar ali com elas, conversando, participando de suas brincadeiras, de seu cotidiano. Em todo o período da observação, não presenciei adultos brincando com as crianças. Às vezes participavam de jogos esportivos, tais como peteca, no entanto, sem a presença infantil. Acompanhavam as crianças menores e em raros momentos tentavam organizar a brincadeira. Aos poucos as crianças passaram a me convidar para brincar. Isso não acontecia com nenhum outro adulto ali. Seria um sinal de que fui aceito por elas? Começam a me chamar de “Grandão”.

Em alguns momentos, as crianças confundiam meu papel com o papel de um recriador, solicitando que não só participasse, mas que também sugerisse e conduzisse a brincadeira.

Atendiam a comandos, pediam sugestões e sugeriam. Às vezes não brincava, só observava, escrevia, fotografava ou filmava.

Fotografias e filmes, apesar de importantes ferramentas para a pesquisa, interferem de maneira fundamental nas formas de brincar, por isso foram utilizados apenas em alguns momentos. As crianças passaram a brincar com a máquina, de forma que esta se tornou mais um brinquedo que o pesquisador trouxe e que estabeleceu um diálogo com a pesquisa por meio da máquina. Pediam que fossem fotografados e queriam ver as fotos. Lancei mão da técnica utilizada por Sebastião Salgado, descrita na Introdução de *Retratos de Crianças no Êxodo* publicado em 2000. O fotógrafo conta que em todo lugar que trabalhava era cercado por crianças pedindo que fossem fotografadas, até que ele teve uma idéia e lhes propôs: “Vou ficar sentado aqui. Se vocês quiserem que eu tire fotos de vocês, façam uma fila. Eu tiro as fotos e depois vocês podem ir brincar” (SALGADO, 2000, p. 7). Segundo Salgado, a estratégia funcionou e o que inicialmente não tinha fins de publicação acabou se tornando um livro. No meu caso, fiz o que o fotógrafo sugeriu, ou seja, nos primeiros momentos da observação fotografei tudo o que pediam na tentativa de suprir a demanda e obter, posteriormente, registros espontâneos das atividades. Nas fotografias, é possível identificar os grupos que brincam, formados com base em recortes geracionais e especialmente de gênero e as relações que estabelecem com os mais velhos, com a brincadeira e com os elementos do ambiente.



Figura 26: Meninos disputam para aparecer na fotografia em dezembro de 2005.

Os tempos

Visto que a Praça não apresenta utilização uniforme, era necessário entender os seus tempos para compreender como seus espaços são apropriados pelos sujeitos que a utilizam. Além disso, era importante identificar os usuários para definir os sujeitos da pesquisa. Na tentativa de perceber as regularidades dos usos do espaço e da sua vida social relacionados aos diversos tempos variei os horários da observação. Os moradores antecipavam corretamente o que encontraria em cada horário. Inicialmente, estive no local nos horários tidos como úteis, ou seja, do trabalho ou da escola. Em seguida, comecei a freqüentá-la nos finais de tarde e começo da noite. Posteriormente, nos finais de semana, durante o dia e até tarde da noite, quando previa encontrar especialmente os jovens. O objetivo era traçar uma panorâmica geral de usos relacionados aos diversos atores para, então, focar na cultura lúdica infantil. Queria entender as transformações sofridas pelo espaço a partir de sua utilização. Os usos previstos e os não previstos. Quais as relações estabelecidas entre os diferentes sujeitos, nos tempos-espaços da Praça, seus equipamentos e, em especial, se a Praça teria se configurado com espaço coletivo de lazer ou ainda mais: se o local é identificado com a infância.

Nos tempos tidos como úteis (dias de semana durante o dia), a Praça é especialmente local de passagem: daqueles que saíam para comprar algo para a casa, crianças e jovens em direção à escola, jovens e adultos indo ou voltando do trabalho. Foram encontradas ali, nesses horários, poucas pessoas utilizando a Praça como espaço próprio do lazer. Um ou outro jovem com uma ou outra criança conversavam sentados na arquibancada, brincavam, até que algum membro mais velho da família o solicitava para alguma atividade. Sempre que sobrava um tempinho (e onde sobrava um espacinho), os meninos aproveitavam para jogar bola, predominantemente o futebol. A presença de homem adulto nessa atividade não foi observada. O telefone público é um equipamento que atrai principalmente os adultos ao local, que o utilizam para fazer e receber chamadas. No entanto, esse equipamento não é utilizado apenas para conversas: as crianças o utilizam em suas brincadeiras. Para aqueles que não estão trabalhando de forma remunerada, esse é o tempo destinado a atividades domésticas, entre elas pequenas obras de melhoria e manutenção das moradias, quando a Praça é utilizada como canteiro de obras, ou seja, local onde é armazenado o material de construção. Poderia afirmar que é um tipo de atividade que constitui parte da sociabilidade masculina, pois os envolvidos nessas atividades, em sua maioria, são homens de todas as faixas etárias. Ali na Praça trocam experiências, emprestam ferramentas e “preparam a massa”. Durante o período

em que freqüentei o local, diversas obras aconteceram e em algumas situações foram observadas crianças participando de atividades de reforma das casas, tais como carregando areia em carrinhos de mão, a pedido de parentes ou vizinhos, que lhes pagam uns trocados.

Ainda nos dias de semana, os finais de tarde e o início da noite concentram o maior movimento. Os usuários foram identificados com a proximidade das moradias, pois quem usava primordialmente esse espaço nesses tempos eram moradores da Praça ou seus vizinhos imediatos. A maioria se conhece e fica fácil identificá-los. Crianças voltam da escola e aproveitam o tempo livre para encontrar-se com os amigos e brincar. É possível reconhecer as crianças que moram por perto e utilizam mais assiduamente o local. A sociabilidade infantil é construída a partir da vizinhança e o tempo/espaço livre representa a possibilidade do encontro entre pares muitas vezes sem a interferência do adulto. Em sua maioria, conhecem uns aos outros, tanto as crianças como os jovens e adultos. Para os adultos, é o horário de chegar do trabalho e de ir para a igreja. Grande parte dos moradores do entorno é evangélica e nesses horários circulam com a Bíblia debaixo do braço. Em algumas oportunidades, as crianças acompanham os adultos aos cultos. Alguns jovens e adultos, especialmente do sexo feminino, trocam idéias enquanto observam o movimento, sentados nas calçadas largas localizadas no início da rua em frente às suas casas. Não ficam no centro da Praça, preferem sentar-se nos passeios a utilizar os bancos. Outros preferem conversar sentados nos bancos e até trepados no “brinquedão”, acompanhados pelas crianças. Ao anoitecer, a Praça vai-se esvaziando. A iluminação é escassa e sempre esfria um pouco. Mães chamam crianças e pedem para entrar. Mas nem todos vão. Alguns permanecem ali até depois das oito horas da noite.



Figura 27: Crianças à noite na Praça, deitam no piso e se aconchegam.
Novembro de 2005.

Nos finais de semana e feriados, a Praça recebe um público mais diversificado. Se nos dias de semana a maioria de seus usuários é de moradores do entorno imediato, nesses dias vêm pessoas de mais longe. Muitos deles não são conhecidos pelos próprios moradores. Nesses horários encontramos famílias com crianças, até mesmo adultos do sexo masculino, observando seus filhos durante a brincadeira, o que não acontece em nenhum outro tempo. A Praça fica mais cheia de pessoas, especialmente crianças, que a utilizam para a brincadeira. Nos dias de calor, isso acontece, principalmente, assim que o sol começa a se pôr. É possível encontrar jovens e adultos participando de atividades esportivas ou num simples bate-papo. Em alguns casos, enquanto adultos visitam familiares em suas casas, as crianças brincam na Praça com os primos. O espaço é suporte para relações entre pares de crianças da mesma família, entremeadas pelas relações construídas a partir da proximidade das moradias. Os usuários não estão socialmente inseridos de forma homogênea, o que gera conflitos com os moradores da favela ou de suas proximidades. Alguns, por não morarem ali e, portanto, não pertencerem a certos grupos que brincam, desconhecem os códigos do local, não se sentem incluídos e estabelecem relações de preconceito contra os moradores quando os chamam de pivetes ou favelados. Suas famílias reforçam esse discurso e tentam selecionar as companhias de seus pequenos nas brincadeiras, o que reflete a heterogeneidade dos grupos que formam as camadas populares, gerando conflitos que se expressam em representações sociais em torno das diferentes condições de inclusão social.

O movimento dos carros é pequeno e se intensifica nos finais de semana e ao aproximar-se o horário do almoço (pois saem para buscar mantimentos) e na hora do culto. Tal movimento não é capaz de coibir os usos dos espaços pelos usuários. As crianças e as famílias circulam entre a rua, o centro da Praça e os passeios com relativa desenvoltura e os utilizam para o lazer. No período observado e nos relatos dos moradores não surgiram questões relativas a problemas de atropelamento.

Ao aproximar-se a noite, observava os jovens mais presentes na cena. Era possível escutar música alta e jovens meninas dançando no passeio em frente às residências. Segundo informações dos próprios moradores, a maioria jovens, esse grupo etário pouco utiliza a Praça; no entanto, tarde da noite os adultos dizem que os jovens freqüentam a Praça, consomem drogas e namoram ali. Uma jovem denominou o local próximo ao telefone público, onde existe um banco, como “Cantinho do Amor”.

Após observar a Praça nos mais variados tempos, tentando identificar as regularidades nos usos, concentrei-me nos tempos do lazer, voltando, assim, ao meu foco principal. O período da observação passou também pelas férias escolares de julho, quando os usos foram marcadamente infantis, sem a presença adulta.

Ao recortar minha pesquisa pelos usos que fazem da Praça e suas formas de lazer, meus sujeitos não são apenas os moradores da Praça, mas também aqueles que moram nas vilas e bairros ao redor, o que apresenta distinção nas formas que se inserem socialmente. Alguns têm origem rural e vieram morar ali para ficarem próximos da família, conformando laços de parentesco constituídos por membros de mais de duas gerações. As crianças mais novas recebem cuidados dos pais, da irmã ou do irmão mais velho, do tio ou da tia, do avô ou avó e até de primos. Outros se mudaram para o local à procura de oportunidade de trabalho. Muitos deles constituem redes de sociabilidades relacionadas à religião.

A maioria das famílias que mora na Praça, apesar de estar numa região onde a vulnerabilidade social é alta, aparenta condições socioeconômicas melhores do que as que moram nas vilas. As casas possuem vários cômodos, são rebocadas, pintadas, muradas e estão radialmente voltadas para a Praça, o que garante acesso visual em duplo sentido. Alguns membros possuem automóveis próprios e vários possuem empregos fixos. Todos se conhecem e conhecem os usuários assíduos do local. As famílias que moram nas vilas parecem sofrer mais com a falta de condições financeiras, suas casas são pequenas, sem pintura e são implantadas exatamente no alinhamento do lote, ou seja, não apresentam recuos, grades ou muros divisórios.

Após a descrição genérica dos usos da Praça Jerimum, parto para uma análise mais detalhada de suas apropriações. Visto que seus usos não são definidos pelas relações familiares, mas, sim, pela relação entre pares, optei por privilegiar as categorias geracionais. Serão inicialmente analisados os usos cotidianos que as diversas faixas etárias fazem do espaço para, em seguida, focar a criança.

Retomando o conceito de geração (SARMENTO, 2005), é importante destacar que a divisão etária é arbitrária, visto que a infância é uma construção humana ocidental.² Segundo o autor, poderíamos aceitar que a infância vai até os dezoito anos. Ele lembra que para algumas tribos

² Em curso ministrado por Manuel Sarmiento em abril de 2006, na Faculdade de Educação da UFMG.

brasileiras uma criança deixa de ser criança quando gera outra criança. Embora esta pesquisa tenha o foco na infância, fica difícil isolar essa categoria etária quando se analisa o espaço urbano coletivo. O grupo determinado como sujeito deste trabalho foi, portanto, definido segundo a presença na Praça, facilmente identificável pela frequência assídua. No entanto, existem distinções: um grupo frequenta a Praça todos (ou quase) os dias da semana, enquanto outros estão ali principalmente nos feriados e finais de semana. Isso ocorre com os três grupos geracionais analisados a seguir.

Nos espaços privados, as relações são marcadas, principalmente, pelos vínculos familiares, ou seja, muitos dos moradores são parentes dos vizinhos. No entanto, como dito, o espaço coletivo, a Praça, é o lugar essencialmente das relações entre pares.

As famílias

A Praça escolhida para esta pesquisa parece ser um desses lugares que DaMatta (1991) descreve em suas análises a respeito das relações entre rua e casa.³ O cotidiano de seus usuários é a extensão de suas casas, uns mais, outros menos, dependendo de fatores tais como a existência de crianças na família, a proximidade com o local e a inserção familiar nos grupos religiosos. Na tentativa de dar visibilidade à apropriação infantil, as análises relativas ao gênero dos adultos se restringem às relações de seus moradores com a infância e ao cotidiano infantil. Se a proposta de privilegiar as crianças na reforma não partiu dos moradores, mas, sim, da instituição pública, esta premissa não foi questionada nas reuniões em que discutimos o projeto. Elas já brincavam ali, e a importância do “brincar” para o desenvolvimento infantil parecia consenso entre os moradores e, sendo assim, há necessidade de espaço. Alguns adultos que responderam a um questionário elaborado pela Prefeitura no momento de seu planejamento, destacaram os aspectos positivos de se ter um espaço público com brinquedos: propiciar maior desenvolvimento das crianças, desenvolver a criatividade, fortalecer as amizades, relaxar e distrair; bem como os aspectos negativos: fazer “coisa errada” e jogar bola.⁴ É interessante analisar as relações que esses moradores estabelecem entre o “brincar” e o desenvolvimento infantil – em especial de suas sociabilidades – e a importância que conferem ao seu caráter aleatório, de gratuidade.

Por outro lado, as crianças que brincam ali estão sujeitas ao maior controle de suas atividades. A autoridade patriarcal e geracional pode estar nas origens das relações de poder que se estabelecem nos usos dos espaços e seus equipamentos. Ao tentar controlar as atividades, estabelece-se um conflito de ordem geracional, em que jovens e crianças acabam perdendo. Um exemplo do conflito adulto-criança é a relação estabelecida com a castanheira, principal árvore localizada no centro da Praça. Paulinho, com o objetivo de garantir seu desenvolvimento, enrolou arame farpado no seu tronco para que as crianças não subam, ou seja, ele considera que esse uso infantil a prejudica e que os meninos quebram tudo, opinião compartilhada por alguns. Mesmo assim, as crianças conseguem subir ali, e a árvore segue se desenvolvendo. Para algumas crianças, é o melhor brinquedo do local, e esse morador é considerado chato ou aquele que queria ser “o dono da Praça”. Dá ordens e estabelece regras

³ Cf. Capítulo 2.

⁴ Dados fornecidos por representantes do Programa *Criança Pequena*, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, como síntese das respostas para o questionário.

para as crianças, ao mesmo tempo em que imprime ações relativas à sua manutenção e gestão. No entanto, respeitam sua autoridade e quando se sentem apertados soltam a frase: *Se você fizer isso, eu chamo o fulano*. Independentemente do controle relativo às crianças exercido por Paulinho, talvez a existência dessa figura seja importante.



Figura 28: Foto de criança nos galhos da castanheira, apesar da colocação de arame farpado na tentativa de coibir este uso. Novembro de 2005.

Observei a presença de relações ambíguas com elementos da natureza: as crianças quebravam as folhas das árvores, enquanto os adultos tentavam protegê-las das crianças, mas, por outro lado, queriam plantá-las, domesticá-las e cortá-las. D. Miriam pensou em tirar a árvore em frente à sua casa e Ronaldo, seu vizinho, apoiou a idéia, argumentando que a árvore *tampa a casa*. Janaína, 7 anos, faz discurso educativo, provavelmente escolar: *As árvores são amigas do homem e que não se deve cortá-las* (Diário de Campo, 15/10/2005). Outros significados atribuídos às árvores pelos moradores: traz sombra e bichos.

A família de Paulinho e Silvia contou uma história peculiar sobre o lugar. Mudaram-se para o local, pois já tinham um lote ao lado da casa dos pais dele. Hoje têm quatro filhas, situação econômica aparentemente estável e representam uma referência para os vizinhos, pois, além de estabelecerem ponte com as instituições públicas, a casa é movimentada. Fui convidado diversas vezes para entrar e tomar um café. É possível abrir o portão apenas puxando uma cordinha, e a porta fica constantemente aberta. Do centro da Praça é possível observar em

parte o que acontece lá dentro. Em ocasião festiva de comemoração do casamento de uma das filhas, a mãe disse que só convidou a família, mas todos que encontrei no local tinham sido convidados. Ela está sempre por ali, por conta dos afazeres domésticos, na casa e na Praça. Ele é mais difícil de encontrar. Tem uma empresa de terraplenagem e é responsável pelo sustento familiar. A Praça, nesse sentido, parece uma extensão da casa, do espaço privado. Varrem, cuidam e usam-na com frequência, especialmente a mulher, para o bate-papo com vizinhos. O papel de autoridade masculina na esfera privada é transportado para o espaço público, o que se confirma pelo respeito impresso pelas crianças usuárias, como dito acima. Entre as filhas, somente a mais nova, Gisele, de 15 anos, a utiliza especialmente para o namoro e o encontro com amigos, como se verá na entrevista a seguir.

No entanto, cabe aqui uma análise particular. Apesar de geralmente as crianças ocuparem posição hierárquica inferior, não se pode deixar de considerar que o lugar foi e é construído para ela e com ela, o que altera sua posição social. O uso do espaço para a brincadeira, de certa forma, foi institucionalizado e hoje é inquestionável. A Praça é o lugar das brincadeiras, o lugar da infância. No entanto, muitos moradores relacionam os usuários da Praça, em especial as crianças, com sua depredação. Afirmam que quebram tudo, não cuidam, etc. A Praça, apesar de apresentar elementos que necessitam de manutenção, não foi vítima clara da ação da violência contra os equipamentos públicos. Quando questionados sobre os elementos quebrados por eles, os moradores citaram o piso de borracha que estava descolando, o que pode ser resultado do uso normal e as barras de ginástica quebradas, o que era previsto, pois foram mal executadas. Até mesmo algumas crianças incorporam esse discurso, configurando uma reprodução da referência adultocêntrica. Ferreira (2006, p. 185) destaca a ocorrência do adultocentrismo reproduzido pelas crianças, uma vez que

[...] este tipo de situação levanta a questão do interesse e do modo como as crianças, nas suas relações sociais e na tentativa de dar corpo aos seus objectivos, se apóiam na representação dominante do adulto como alguém com poder e a usam para exercer e legitimar o seu poder junto de outras crianças.

Interessante observar que, fisicamente, os adultos situam-se ao seu redor, pois são poucos os momentos que utilizam o centro da Praça. No entanto, observam os acontecimentos de perto, pois sua conformação geométrica (de forma circular) possibilita que seja observada de dentro da maioria das casas. Os moradores assumem a postura de guardiões do espaço público sem privatizá-lo. Se por um lado essa atitude representa o compromisso de assumi-la como espaço

coletivo e não como espaço de ninguém (atitude comum nos centros urbanos), por outro eles tentam controlar as atividades das crianças e dos jovens.

Jogamos o lixo em nossa calçada pelas portas e janelas; não obedecemos às regras de trânsito, somos até mesmo capazes de depredar a coisa comum, utilizando aquele célebre argumento segundo o qual tudo que fica de fora da casa é um ‘problema de governo’. (DAMATTA, 1991, p. 23)

Na Praça Jerimum é diferente. Os moradores cuidam da Praça, não a deixam suja e, mesmo que a utilizem como canteiro de obras para armazenar materiais como areia, brita, não permanecem ali por muito tempo. A sua limpeza é, muitas vezes, realizada pelos moradores, pois o serviço de varrição não é regular. A estrutura remanescente das barras de ginástica quebradas permaneceu no local até o momento que concluíram que já não seria possível recuperá-las. Retiraram, então, as peças e plantaram nova árvore em seu lugar. Em uma ocasião, fui informado por moradores sobre o destino dos elementos que foram retirados dali. Algumas placas de borracha e os pedaços das barras de ginástica estariam, segundo os próprios moradores, guardados nas suas residências, aguardando oportunidade de ações de manutenção.

De maneira geral, consideram boas as relações entre vizinhos, ajudam uns aos outros, dizem que existem conflitos, mas são amigos. Os significados conferidos sobre o lugar onde vivem são controversos. Silvia, apesar de tecer comentários positivos relativos ao lugar onde mora, diz que preferiria morar num apartamento.

Aqui é bom demais. (Silvia, em 21/6/2006)

[...] o trabalhador quando trabalha nos bairros ricos não tinham água para beber. Não abriam os portões. Quando trabalhava nas favelas trabalhava feliz. (Otávio, 57 anos e que trabalha com instalações hidráulicas em conversa informal em 5/7/2005)

Morar perto da favela é difícil; você não sabe, você não mora. (Emerson, 27 anos, em 14/07/2005)

Aqui não tem lugar para os meninos brincar. Só lá no Vale (do Jatobá). (pai que acompanhava filho brincando na Praça em 14/07/2005)

É... é um lugar bom pra se criar filhos, pelo menos, é... nessa rua, é bom pra se criar filhos. Não tem risco de se machucar, de atropelamento, a criança pode brincar à vontade, a rua não oferece risco. (Inês, em 10/12/2005)

A violência está próxima, mas não chega ali. A ausência de “malandros” no local pode estar relacionada, dentre outros fatores, à configuração geométrica da Praça, que lhes dificulta a fuga. Um morador relacionou essa ausência com a presença majoritária de evangélicos no local e acrescentou que, para se protegerem de furtos, fecham as janelas e portas das casas, deixam as luzes acesas e, de preferência, fica sempre alguém em casa.

[...] a vila aqui, este pedacinho aqui é muito tranqüilo. [...] Nós temos sorte, aqui eles (os bandidos) não vêm. (Silvia, em 21/6/2006)

[...] É um lugar muito bom de morar, tranqüilo, não ocorre, não tem ocorrido muita violência aqui no local, graças a Deus, né? (Inês, em 10/12/2005)

A sensação de segurança percebida tanto pelos moradores quanto pelos visitantes é importante ser avaliada pela ótica do planejamento urbano. A geometria circular da Praça Jerimum, resultado de sua função de rotatória para automóveis, poderia explicar a sensação de segurança local. A disposição radial das residências ao seu redor, além da topografia local que sugeriu a implantação de várias delas em nível superior ao da Praça, garante visibilidade quase que total para os que estão nas casas, mas no sentido inverso, apesar de ocorrer, é parcial. Outra possibilidade de análise seria sua escala reduzida e sua inserção naquele bairro, visto que não é um local de passagem da maioria dos que vivem por perto, o que resulta na configuração de grupos de usuários em número suficiente que permite aos moradores conhecer os mais assíduos e identificar facilmente os estranhos. Esses fatores dialogam com a corrente contemporânea do planejamento que propõe a vigilância natural para a promoção de espaços urbanos seguros (MARANHÃO; SANTOS; SIQUEIRA, 2004).

O recorte geracional voltado para a infância sugere ações relativas à proteção das crianças usuárias, o que pode coibir o uso do espaço para atividades ilegais ou condenáveis para os parâmetros da moral. Se a presença da religião no local é também uma das possibilidades de análise, confesso que não possuo elementos suficientes para analisar. A participação da comunidade no processo de construção poderia ter reforçado a identidade dos moradores com o espaço público ou fomentado os laços comunitários, garantindo sensação de segurança. O cuidado que imprimem ao lugar pode ser uma pista para se chegar a uma conclusão positiva.

As atividades de lazer apresentam distinção clara a partir do pertencimento relativo às faixas etárias. A participação adulta nas brincadeiras é bastante restrita. No entanto, as crianças

menores estão sempre acompanhadas por alguém mais velho da família, mesmo que a diferença etária seja relativamente pequena. Em raros momentos é possível observar adultos ditando regras às brincadeiras, interferindo nas relações entre pares. Para os moradores do entorno imediato, o acompanhamento de suas crianças fica mais fácil. Apesar de deixarem os pequenos praticamente livres em suas atividades, estão por perto acompanhando os acontecimentos. De tempos em tempos, aparecem ali para ver o que está acontecendo. Já as crianças que moram um pouco mais longe, muitas vezes, brincam sem a interferência dos familiares, no entanto não deixam de receber os cuidados dos vizinhos, como fica claro quando observamos o fornecimento de água potável para as crianças.



Figura 29: Foto em que morador estabelece boas relações com os pequenos usuários. Outubro de 2005.

Os homens, de forma geral, não utilizam a Praça para atividades de lazer próprias desse grupo, nem mesmo para bate-papos informais. Dizem que usavam com frequência as barras de ginástica, mas, como sua estrutura balançava, deixavam apenas para os menores. Destaco, no entanto, a sociabilidade adulta masculina que ocorre, como já dito, em atividades de reforma e manutenção das residências, quando a Praça é cenário de troca de informações e de ferramentas. Numa dessas ocasiões, em entrevista informal com um senhor que mora na Praça, ele disse que caminha diariamente ao redor da Praça. Dá duas voltas, do início ao fim, todos os dias bem cedo. Contou que se senta para conversar com os vizinhos e que os considera “gente boa”. No entanto, em minha observação, não presenciei essas cenas. Ele disse que a Praça aproximou as pessoas e que contribuiu com a saúde dos moradores, pois,

anteriormente, era necessário subir com os doentes até “lá em cima”. Contou que trabalha como porteiro em edifício localizado na zona central da cidade e que logo que chega vai para a igreja, permanecendo ali por algumas horas, o que o impede de utilizar mais o espaço.

Alguns relacionam a reforma da Praça com as melhorias nas casas, observando que esse fato fez com que as pessoas se animassem com as reformas. É possível observar melhorias em várias daquelas situadas ao seu redor, e quando os muros são reformados escolhem a mesma cor de tinta para pintá-los, mantendo a unidade do conjunto. Segundo Lerner (2004), pequenas intervenções urbanísticas podem recuperar e revitalizar “áreas doentes” de uma cidade. É o que chama de “acupuntura urbana”. O autor explica que o planejamento urbano é um processo que, mesmo na melhor das hipóteses, não pode produzir mudanças imediatas, mas, às vezes, pode representar uma faísca que aciona uma seqüência de ações.

Francisco, que também trabalhava em obra na sua residência, no entanto, disse que quase ninguém, quase nenhuma criança, vai à Praça,... *mas eu tenho que falar bem (da Praça) para vocês fazerem mais*, disse. Contou que quando há meninos ao redor não deixa a filha brincar ali, o que constatei pela pouquíssima presença da menina no local, apesar de morar ao redor da Praça. Seu discurso é marcado pela contradição relativa ao significado daquele lugar para ele e para sua família. Talvez desejasse que fizessem mais obras, mas faz críticas à Praça, ao seu uso, ao projeto. O que fica claro, ao comentar que deveria falar bem do local, é que seu discurso é dirigido especificamente ao pesquisador/representante dos órgãos municipais que atuam ali. O duplo papel que represento interfere em seu discurso, tal como deve interferir nos depoimentos de vários outros usuários da Praça. Portanto, é necessário relativizar esses discursos, em especial aqueles que traçam comentários elogiosos ao lugar.

O intenso uso de bebida alcoólica distingue os representantes do gênero masculino adulto de outros grupos sociais ali presentes. Durante a observação, foi possível encontrar alguns homens bêbados passando pelo local, às vezes até cambaleando. São diversos os casos de ingestão de bebida alcoólica por homens relatados de forma crítica pelas mulheres.

Certa ocasião em que conversava com algumas crianças na Praça, Júlio, o pai de duas delas, me acusou de estar bêbado. Não mora ali, vem aos fins de semana visitar a sua mãe, D. Miriam. Parece que não lhe agradava a minha presença no local e muito menos a relação que estabelecia com seus filhos. Talvez desconfiasse das minhas reais intenções, afinal, era um

estranho no espaço público com características familiares onde a maioria se conhece ou reconhece os motivos que as pessoas são levadas até ali. No meu caso, é muito provável que não estava claro para ele ou talvez eu representasse alguma ameaça. Logo depois do ocorrido reuniu a mulher e as crianças e foram embora. Decidi ir também, e no caminho encontrei-os e pedi-lhes desculpas. Imaginei que talvez não tivesse tido sua permissão para entrar naquele “pedaço”. No dia seguinte, D. Miriam e outras mulheres me pediram desculpas pelo ocorrido e afirmaram que quando Júlio bebe fala besteiras. Apesar do constrangimento e receios iniciais, provocados pela situação de confronto, penso que talvez esse pai estivesse preocupado com os riscos que seus filhos estavam correndo e agiu no sentido de protegê-las. Talvez, apenas com a ingestão de álcool se sentisse capaz de se expressar, pois eu, como representante do Poder Público ou da Universidade ou de outra camada social, Júlio poderia fazer com que se sentisse em posição de desvantagem. Por outro lado, senti-me protegido pelas mulheres, pois foram enfáticas na reprovação do morador, até mesmo sua mãe.

A figura paterna aparece mais como símbolo de autoridade do que como companheiro nas atividades do lazer. Quando chegam à área, as crianças que brincam na Praça imediatamente os acompanham em direção às suas casas. Apenas em alguns domingos encontrei pais acompanhando seus filhos nos brinquedos, assim mesmo permaneciam sentados ali por pouco tempo. Consideram a Praça um espaço de lazer próprio da infância, e nesses dias alguns vêm de longe.

Enquanto o homem fica responsável por “colocar as coisas dentro de casa”, o papel feminino na família é relacionado às atividades domésticas, tais como cuidar das crianças, cozinhar, lavar e arrumar. Para algumas mulheres, o homem é tido como chefe ou mesmo aquele que pode “chamar a atenção” caso não lhe agrade algo na casa. Muitas delas não trabalham fora de casa, e quando isso acontece desempenham profissões relacionadas às atividades domésticas. Portanto, elas estão mais presentes na Praça. Além de acompanharem as crianças de maneira mais assídua, utilizam-na como suporte para o encontro entre vizinhas. Nos dias de semana é possível encontrá-las acompanhando seus filhos pequenos nos brinquedos, utilizando o telefone público ou simplesmente passando de uma casa a outra. O final da tarde e o início da noite são, dentre outros usos, o tempo-espaço da sociabilidade feminina, do encontro e do bate-papo informal, o que nos finais de semana acontece principalmente a partir do meio da tarde. Preferem sentar-se nas calçadas a utilizar os bancos e, em especial, escolhem o local onde a Praça se encontra com a Rua Vereador Antônio Menezes, de onde é

possível acompanhar os transeuntes subindo ou descendo o morro. Além disso, é nesse local que a sombra começa a se formar. Além daí, não existem muitos locais com sombra. Um deles fica no centro da Praça, usado em geral pelos adultos somente quando acompanham as crianças nos brinquedos ou ao lado do telefone público, local usado mais especificamente quando o utilizam. Aos domingos, algumas participam de atividades esportivas, tais como peteca e queimada. Sugerem até mesmo a organização de campeonatos. As que moram um pouco mais longe reúnem grupos de crianças para os levarem até os brinquedos e em algumas situações foram observadas participando da brincadeira. Algumas mulheres da mesma família preferem sentar-se na calçada em frente à própria casa, encostadas no muro. A criança pequena da família não fica sozinha ali. Saem muito de carro, sempre com um homem ao volante, e não as vi conversar com os outros moradores.



Figura 30: Foto de mulheres sentadas em frente à moradia. Outubro de 2005.

O NAF foi citado por várias mulheres, pois atua na sociabilidade feminina, em atividades relativas ao cuidado corporal, tais como ginástica e dança, além do “chá de mulheres”, encontro destinado a bate-papos informais. No entanto, não realizam atividades no local. Segundo a responsável, os outros serviços da área social estão muito ligados, com exceção da Praça, e tentou explicar essa distância ou esquecimento da sua existência pelo não-envolvimento do NAF desde o início. Quando foi inaugurado, a obra da Praça estava em processo adiantado, mas seus funcionários não sabiam: *O NAF se viu de fora* (coordenadora do NAF em 28/6/2005). Visto que uma de suas funções é o incremento das relações familiares e a Praça é um dos equipamentos criados pela Prefeitura com esses objetivos, fica ainda difícil entender a lógica. Como consequência, temos um espaço sem a presença do Poder Público no incremento dos seus usos, possibilitando maior autonomia na construção das atividades de lazer, de forma gratuita.

A presença (ou ausência) jovem

A juventude não deve ser considerada como categoria estática, portanto, para tratar dessa questão, faz-se necessária, inicialmente, a análise das noções construídas pela sociedade. Segundo León (2005), a idéia de juventude pode partir de algumas referências, como uma faixa etária, um período da vida, um contingente populacional, uma categoria social ou uma geração. Usualmente, no Brasil, quando os psicólogos fazem referência aos processos que marcam essa fase da vida, usam o termo *adolescência*, e quando sociólogos, demógrafos e historiadores se referem à categoria social como segmento da população, como geração no contexto histórico, ou como atores no espaço público, o termo mais usado é *juventude*. Na esfera dos direitos, o ECA de 1990 tornou-se importante referência para a sociedade brasileira, significando avanço na compreensão sobre as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, em que são estabelecidos os direitos da adolescência, compreendida como a faixa etária que vai dos 12 aos 18 anos de idade, quando então se atinge a maioridade legal (LEÓN, 2005). No entanto,

A noção mais geral e usual do termo juventude, se refere a uma faixa de idade, um período de vida, em que se completa o desenvolvimento físico do indivíduo e ocorre uma série de transformações psicológicas e sociais, quando este abandona a infância para processar sua entrada no mundo adulto. No entanto, a noção de juventude é socialmente variável. A definição do tempo de duração, dos conteúdos e significados sociais desses processos se modificam de sociedade para sociedade e, na mesma sociedade, ao longo do tempo e através de suas divisões internas. Além disso, é somente em algumas formações sociais que a juventude configura-se como um período destacado, ou seja, aparece como uma categoria com visibilidade social. (ABRAMO, 1994, *apud* ABRAMO; LEÓN, 2005, p. 13)

Rua (1998, *apud* CARRANO; SPÓSITO, 2003) constata que as políticas setoriais – educação, saúde e trabalho –, sobretudo na esfera federal, não contemplavam ações voltadas para o jovem de maneira particular. No final da década de 1990 e início da década atual, “iniciativas públicas são observadas, algumas envolvendo parcerias com instituições da sociedade civil e as várias instâncias do Poder Executivo são mobilizadas, tanto o nível federal, como o estadual e o municipal” (CARRANO; SPÓSITO, 2006, p. 17).

Para Spósito (2003), a condição juvenil deve ser analisada tanto a partir de sua inserção no mundo escolar como no mundo do trabalho. Em pesquisa realizada em 1999 pela Fundação Perseu Abramo com jovens residentes em nove regiões metropolitanas, se por um lado a

ocupação é vista como meio para a própria formação profissional e para a continuidade da educação escolar, “o trabalho também permite a estes jovens a possibilidade de experimentar a condição juvenil em esferas como a da sociabilidade, do lazer, da cultura e do consumo” (SPÓSITO, 2003, p. 23). Acrescenta que as maiores preocupações apontadas pelos jovens pesquisados se relacionam a temas ligados ao desemprego, à violência e a drogas, e ressalta que a juventude é mais vítima do que protagonista da violência e seu crescimento nos últimos anos, relacionado ao narcotráfico, pois a taxa de mortalidade juvenil tem crescido, ao contrário da média nacional, que vem caindo nos últimos anos.

Já segundo Novaes e Mello (*apud* SPÓSITO, 2003), os jovens pobres são os mais penalizados pela ausência de formas públicas de lazer, entre elas a circulação pelas ruas. Em estudo realizado na cidade do Rio de Janeiro, as autoras verificaram que a rua foi apontada pelos jovens como *locus* de maior perigo. Para os jovens pesquisados pela Fundação Perseu Abramo, o lazer consiste, sobretudo, em sair com os amigos, assistir à televisão e ir a danceterias, bares e restaurantes. A pesquisa sobre o Indicador Nacional de Analfabetismo Funcional (INAF), em 2003, aponta que mais da metade dos jovens entre 15 e 24 anos nunca vai ao cinema ou ao teatro. Os shows são mais acessíveis aos jovens (INAF, 2003 *apud* SPÓSITO, 2003, p. 24).

Em pesquisa realizada em Belo Horizonte, Dayrell (2005) constata que a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 não gerou efeitos imediatos nas políticas públicas voltadas para a juventude, uma vez que somente alguns dos projetos tiveram início entre 1990 e 1997.

Somente em meados de 2003 o Congresso Nacional mobilizou-se em torno da questão da juventude: criou o Grupo Especial de Políticas Públicas da Juventude, induziu a realização de conferências estaduais e promoveu uma Conferência Nacional, realizada em setembro de 2004. Da mesma forma, em fevereiro de 2005 foi criada a Secretaria Nacional da Juventude, ligada à Secretaria Geral da Presidência, com a perspectiva de articular e implementar as políticas para a juventude no País (DAYRELL, 2005, p.20).

Segundo o autor, o Censo de 2000 constatou que na região metropolitana de Belo Horizonte existiam 857.099 jovens na faixa etária entre 14 e 24 anos, correspondendo a 20,50% da população, e destes quase 80% não fazem parte de quaisquer grupos de sociabilidade. Destaca a existência, na região, de 57 projetos voltados para esse grupo, que na sua maioria atendem o público morador das redondezas onde acontece, quase sempre nas periferias da cidade.

Na sua maioria, eles aparecem formulados utilizando o prefixo RE: reinserção, reintegração social, resgate social ou da cidadania, ressocialização, etc. Tais objetivos apontam para ações de caráter compensatório ou corretivo. A ênfase é dada na solução de problemas, e não em potencializar o que os jovens podem trazer de possíveis soluções para a sociedade. O jovem não é visto como recurso. [...] Nos objetivos dos projetos, a questão do estímulo à participação ou o fortalecimento da organização juvenil é pouco presente. Um dos poucos casos é o Projeto Agente Jovem, no qual é explicitada a preocupação com a participação dos jovens. (DAYRELL, 2005, p. 27-28)

Visto que a Praça foi produzida por adultos com a infância, torna-se relevante analisar o lugar que os jovens ocupam atualmente na Praça. A maioria dos jovens usuários ou moradores do entorno já participou ou participa do *Programa Agente Jovem*, um projeto da Secretaria Municipal de Assistência Social dirigido aos jovens entre 15 e 18 anos de baixa renda familiar que recebem um benefício financeiro mensal. O objetivo é estimular os jovens a elaborar projetos de vida pessoal e comunitária. No “Núcleo Jovem”, espaço destinado ao programa, instalado em imóvel ao lado do NAF Barreiro, são desenvolvidas atividades culturais, esportivas, educativas, de direitos à cidadania, além de ser referência para atividades de lazer, tais como caminhadas no Parque do Rola-Moça que alguns jovens mencionam em conversas informais. Para a realização das atividades, o programa estabelece parcerias com ONGs, Ministérios da Assistência Social e da Justiça, Secretarias Municipais de Cultura, Esportes e Abastecimento, empresas, Associação Profissionalizante do Menor e grupos de referência local. Portanto, tal como Dayrell aponta (2005), esse programa considera a juventude agente importante para as desejadas transformações sociais.

Passear na serra do Rola-Moça pareceu ser uma das atividades de lazer preferidas desse grupo, o que revela maior mobilidade no meio urbano, que se expande ao atingirem essa faixa etária e ultrapassam os limites do “pedaço”. Guta, 16 anos, mora na entrada da Praça e é muito presente no local. Participa do “Núcleo Jovem” e algumas crianças a chamam de “dona da Praça” pela sua postura de cuidados com o espaço: tenta impedir as crianças de quebrar os galhos das árvores. Participou das atividades de sua produção e apontou vários elementos que foram solicitados e que não foram realizados, tais como a iluminação, os olhos-de-gato e a casinha. Fez críticas ao “brinquedão” e sugeriu várias atividades para o local. Afirmou que os meninos quebraram tudo e tentava impedi-los. Quando perguntei o que quebraram, apontou para o piso de borracha, que estava descolando. No entanto, disse que os jovens iam pouco ali, que as crianças iam mais. Quando perguntei se os jovens freqüentavam o local à noite, ela disse que sim, nomeou o lugar das mesas de “Cantinho do amor”, mas acrescentou que

namorar na frente das crianças é dar mau exemplo (Diário de Campo, 2/11/2006), o que revela uma atitude de proteção da infância. Encontrei nesse local uma inscrição realizada de forma bem discreta:

Kleiton 100% amor.

Num sábado, no começo da noite, escutei uma música em som muito alto e percebi que ela estava dançando com uma amiga em frente à sua casa, cuja porta estava aberta. Segundo elas, não acontecem festas na região e mesmo que houvesse, as mães não as deixariam sair. Somente de casa para a escola, de lá para o “Núcleo Jovem” e voltam. Nunca saem das redondezas, apenas com o grupo do “Núcleo Jovem” que faz esporadicamente passeios pelo Parque Estadual da serra do Rola-Moça. Ao passar um carro de polícia, as duas aprovam sua presença ali, pois, segundo elas, *aparecem pessoas desconhecidas e cheiram ali*, o que poderia revelar que além de conhecerem a maioria das pessoas que usam a Praça, relacionam o problema das drogas com os desconhecidos. Segundo um morador de aproximadamente 55 anos, tais sujeitos não incomodam se não forem incomodados.

Busquei o grupo jovem. Fiz certo esforço para encontrá-los, pois, realmente era rara a presença da juventude no local. Alguns deles definem a Praça assim: *Ali não tem nada pra fazer, só para crianças*. Segundo vários moradores, entre eles jovens, a Praça está relacionada à identidade juvenil em horários avançados das noites. Estive nesses horários no local, mas não os encontrei. Entretanto, durante os dias da semana, encontrei-os acompanhado as crianças menores na brincadeira, relação bastante comum entre irmãos, pois muitos dos irmãos observados são responsáveis pelos cuidados e proteção dos mais novos, mesmo que a diferença etária não seja grande.

É importante lembrar que no processo de produção da Praça aconteceu um movimento de afastamento dos jovens dali, pois a presença deles não era bem vista por alguns moradores, que alegavam que utilizavam os portões como gols. Os adultos da comunidade nos solicitaram que criássemos obstáculos que impedissem o jogo com bola, e o NAF foi incumbido da negociação para que não jogassem mais ali. Segundo sua coordenadora, a negociação com os jovens não trazia outra possibilidade nem mesmo de outra quadra: era “sair ou sair”. No entanto, não é isso o que diz um casal de namorados em entrevista transcrita a seguir. Apesar de ter sido proibido jogar bola, eles continuam jogando, mas os portões

foram deixados de lado. Usam a parte reta da Praça e já não causam transtornos. Um jovem de 19 anos que utilizava a Praça contou que na época da reforma foi negociada a construção de uma quadra, que não queriam parar de jogar e que chegaram a fazer um abaixo-assinado para que a reforma não ocorresse. A entrevista de Hélio e sua namorada Gisele, de 15 anos, explica melhor estas relações:

Hélio: – [...] *o pessoal da prefeitura até hoje, falou que ia fazer uma quadra aqui...*

Gisele: – *Aqui não tem jeito não, como que eles vão fazer uma quadra aqui?*

Hélio: – *Não, mas tinha reivindicado, tinha esse lote aqui na época, e eles falou, a prefeitura falou: “ não, faz uma quadra aqui, nesse lote aqui pros meninos brincar”. Nós brincava todo dia, quando não tinha aula, nós acordava umas sete horas da manhã e vinha pra cá jogar bola, lá.*

Gisele: – *E quando não era bola, era aqueles carrinhos de rolimã.*

Entrevistador: – E isso incomodava vocês que moravam aqui?

Gisele: – *Muito.*

Entrevistador: – É mesmo?

Gisele: – *Toda hora eles vinha aqui em casa pedir pra pegar bola. Toda hora, de cinco em cinco minutos eles tavam aqui.*

Entrevistador: – Mas você sabia que incomodava?

Hélio: – *Se nós sabia?*

Entrevistador: – É.

Hélio: – *Sabia! (risos). Mas não tinha outro jeito. Não tinha outra diversão pra nós, nossa diversão era jogar bola o dia inteiro!*

[...]

Hélio: – *Na época que foi fazer esse pracinha, ela falou que ia fazer uma praça, uma quadra em outro lugar.*

Gisele: – *Foi, eu lembro também disso.*

Entrevistador: – Não fez não?

Hélio: – *Não, [...]*

(Entrevista com Gisele, 15 anos, que mora na Praça, e seu namorado, Hélio, 19 anos, morador da favela em 22/1/2006)

O depoimento do morador nos mostra o uso da então Rua Jerimum para o jogo por um jovem que tinha aproximadamente 16 anos na época. Quando a obra foi executada, esse jovem não aprovou o resultado, pois, segundo ele, *era a única diversão que nós tinha era brincar de bola na Praça*, mas acha que foi bom para os pequenos. Já segundo sua namorada, *aqui só ficava malandro aqui, nessa pracinha*, revelando uma visão negativa da presença jovem especialmente masculina. A meu ver, sua posição contrária à obra não era consenso nem mesmo entre os jovens e foi derrotada nas reuniões com a comunidade, pois muitos deles participaram das discussões e aprovaram as propostas do grupo e o projeto. É interessante lembrar que, logo que a obra terminou, alguns jovens ameaçaram pichá-la, no entanto foram demovidos da idéia pelos moradores, fato que revela o conflito geracional na apropriação do

espaço e mais uma negativa para a participação dos jovens no local. “Sendo um universo assimétrico, o conflito dá-se em relações que o jovem tende a levar desvantagem, dada a hegemonia do mundo adulto” (SARTI, 1999, p. 103).

É possível, no entanto pinçar a presença jovem em algumas atividades de lazer que acontecem ali: jovens do sexo masculino se misturam às crianças no futebol e na “porradinha”, que analisarei a seguir, e elas na peteca, música e dança com adultas. Segundo alguns jovens, as barras eram sim utilizadas por eles, mas quebraram. O espaço é usado como lugar do encontro, do bate-papo entre pares e em alguns momentos acompanham as crianças nos brinquedos. Usam os equipamentos, tais como os bancos e a arquibancada, como apoio para a conversa. O “brinquedão” é também usado, pois foram observados conversando “empoleirados” na sua parte superior, onde me convidaram algumas vezes para subir. A bicicleta é bastante freqüente no local, identificado como lazer jovem ou infantil masculino.

Presenciei um diálogo na Praça que pode ajudar a compreensão do papel social de uma jovem, moradora da favela. Sua mãe havia morrido fazia alguns dias e seu pai não morava com eles. Chegou ali a sua irmã mais velha que também já não mora na região: *Não gosto de vir aqui*, disse e iniciou um conflito com a irmã, exigindo que a jovem assumisse o papel de dona de casa, pois era a mais velha que ainda morava com os irmãos.

– *É bom procê, você treina. A pior coisa que tem é quando seu marido chama a sua atenção – diz a mais velha...*

A jovem havia dito que estudava a tarde toda e que seu pai andava dizendo que não estava certo aquilo, pois já tinha passado. A irmã mais velha cobra mais tempo para a casa:

– *Hoje é diferente. Pagou, passou. Está muito mais fácil. A prova é de dupla. Antigamente tínhamos que comer os cadernos.*

De certa forma reforça o discurso do pai. Diz que, como está de namorado novo, deveria assumir a cozinha para treinar. A jovem, depois de muita falação, diz, de cabeça muito baixa:

– *Desde meio-dia que estou fazendo um trabalho, meu pai achando ruim. Agora que saio um pouco vem você. Porque você está falando isto na frente de todo mundo? (Diário de Campo, 28/10/2005)*

O diálogo nos apresenta de forma direta a cobrança de todos os lados sofrida pelos jovens. Escola, família e até o namoro passam a ser motivo para conflito. O papel feminino ainda

relacionado às tarefas domésticas parece confundir ainda mais a cabeça daqueles que tentam escapar da exclusão social. Entre os problemas da escola, das drogas, do trabalho em tarefas socialmente desvalorizadas ou sem remuneração, o que fazer? Infelizmente não podem mais “brincar”.

O caso da Praça Jerimum é um exemplo de política pública que, ao privilegiar alguns grupos, exclui outros. A definição dos usos dos espaços é muitas vezes resultado do conflito geracional relacionado à sua apropriação. No entanto, as oportunidades de lazer para as crianças tanto quanto para a juventude esbarram nos limites espaciais que os diversos interesses definem numa metrópole como Belo Horizonte. A falta de espaços de lazer, especialmente públicos, acessíveis às camadas populares, é uma reivindicação constante proveniente desses grupos.

Crianças na praça

Na análise das relações que as crianças estabeleciam com o espaço da Praça, fundamento minha compreensão do tempo geracional da infância, como historicamente relacionado ao brincar (BROUGÈRE, 1997; KISHIMOTO, 1993) e entendo a atividade lúdica infantil como uma forma de apropriação do espaço e de seus equipamentos. No intuito de compreender como ocorre tal processo e se a partir de tal apropriação a Praça se torna o lugar da infância, observei e analisei as atividades que as crianças escolheram, em especial no tempo livre, nas relações entre pares.

O cenário do brincar define seus significados. Estudos que tomam a escola como espaço de investigação destacam que aí a brincadeira muitas vezes é vista como recurso pedagógico (WAJSKOP, 1995), mediada pelo adulto, assumindo significados socioculturais distintos daqueles em que o recorte é o tempo-espaço (mais ou menos) livre.

É importante observar que as famílias e crianças usuárias da Praça Jerimum priorizam as atividades de lazer em detrimento de outras ações e por meio de suas práticas lúdicas modificam a Praça. Ao ocupar o espaço e imprimir ao lugar uma identidade relacionada ao grupo infantil, os jogos e as brincadeiras ocupam a maior parte do tempo-espaço disponível.

Os dados coletados apontam para uma grande diversidade de brincadeiras, desde brincadeiras de faz-de-conta esportivas ou que “desafiam o corpo” (NUNES, 2000), formas de seleção (FERNANDES, 1979), jogos e brincadeiras tradicionais, relacionadas à música e algumas que se posicionam no limite entre brincadeira e trabalho, chamada por Nunes (2000) de “brincar de fazer coisas de verdade”.

Diante da grande quantidade de brincadeiras, apenas algumas delas serão objeto de análise mais detalhada. A escolha partiu do papel que cada uma delas desempenha nas redes de sociabilidade infantis relacionando-as às categorias geracionais, de gênero, tempo-espaço, e os meios utilizados para tal, tal como os brinquedos.

Brincadeiras observadas na Praça Jerimum:

Acrobacias

Adedanha

Adivinhas (o que é, o que é...)

Adoleta

(brincadeira de mãos e música)

adoleta, le petit petit póla

le café com chocolat

adoleta, puxa o rabo do tatu

quem saiu foi tu

barra, berra, birra, borra, burra (o).

Ajudar em obras

Apostar corrida

Brincadeiras de Roda

Cabra-cega

Cantar

• música sobre uso racional da água

• música sobre reciclagem

• música da serpente:

Essa é a história da serpente/ que desceu o morro/ para
procurar um pedaço do seu rabo/ e você é um pedaço do
meu rabãooo.

Casinha

Cavalinho

Circuitos

Com Quem

com quem será, com quem será,
com quem será que “fulano” vai casar
louro, moreno, careca, cabeludo, rei
ladrão, polícia, capitão, anão
estrelinha 1, estrelinha 2, estrelinha 3
vamos todos de uma vez.

que casa ele(a) vai ter
casa, apartamento, chiqueiro ou banheiro
casa, apartamento, chiqueiro ou banheiro
estrelinha 1, estrelinha 2, estrelinha 3
vamos todos de uma vez.

que carro ele vai ter
fusca, carroça, limusine
fusca, carroça, limusine
estrelinha 1, estrelinha 2, estrelinha 3
vamos todos de uma vez.

(no final da cantoria cada participante coloca um número
de dedos e estes são contados e as criança são contadas até
aquele número. A que cair no número final é selecionada)

Contar os pneus

Damas

Dança / Música

Funk carioca (“Um tapinha não dói”, “Boladona”)

Pagode

dança do chinelo

“quando o vento sopra forte”

Dedos iguais

Desenhar e colorir

Desenhar no diário de campo

Desenhar o corpo do amigo no piso

Dois ou um

Elefante colorido

Escolinha
 Esconde-esconde
 Estátua ou “congelar”.
 Futebol
 Garrafão venenoso
 Ginkana
 Jogos com as mãos
 Macaco disse...
 Mico (cartas):
 Não pode pisar...
 (no azul, no vermelho, no laranja, no verde)
 Par ou ímpar
 Passa-anel
 Passa-anel
 Pedir
 Pega fruta
 Pega-pegas ou *pegador*
 Pique-alto
 Pique-cola
 Polícia-ladrão
 Porradinha
 Pula-carniça
 Pular de um pé só.
 Queimada ou Queimadinha do meio
 Quem fala *ai* sai
 Quem te tira, qual o seu bem?
 Relojinho
 Ser fotografado e filmado
 Sereia/ tubarão
 Soltar *pipa* ou *papagaio*
 Tapão
 Tim Tim Castelo

Tim, tim castelo, mal assombrado/ tim, tim o rato, passou
 do lado/ coitadinha, da princesinha... Tim, tim mauéee,
 balança os pés/ tim, tim mauéee assim, balança os pés
 assim!

Tim Tim Calcinha
 (versão escatológica)

Tim, tim, calcinha, bem furadinha/ tim, tim calcinha assim,
 bem furadinha assim/ tim, tim!

Tim, tim cueca, bem fedorenta/ tim, tim cueca assim, bem
 fedorenta assim/ tim, tim!

Varrer o passeio
 Vivo/morto

Fonte: Dados consolidados pelo autor.

Na Praça Jerimum, instituições públicas relacionadas à assistência social, à família, à escola, à igreja, planejadores urbanos, pesquisadores, fatores históricos e as configurações da sociedade contemporânea interferem nas formas de brincar local. No entanto, a maioria das atividades realizadas ali são essencialmente escolhas infantis, num diálogo estabelecido entre crianças e com o mundo adulto.

O fato de a Praça ter sido selecionada pela Secretaria Municipal de Assistência para receber intervenção torna possível observar a via de mão dupla – infância/políticas públicas – presente na sua produção/apropriação. No intuito de garantir o direito infantil ao lazer e à brincadeira, o Poder Público propôs que a Praça seja o espaço para tal atividade destinado aos moradores da região. Por outro lado, a comunidade participou desse movimento de busca de melhorias para o local e confirmou a “vocação” para o lazer que o espaço sugere. Se, por um lado, o programa “Se essa praça fosse minha” realizou as obras, nos momentos posteriores à reforma, o Poder Público municipal não realizou nenhuma ação relativa ao seu uso, nem mesmo à sua manutenção, deixando a cargo dos moradores essa tarefa. Até mesmo o serviço de varrição é intermitente. No entanto, se por um lado, a presença de projetos voltados para o lazer comunitário poderia resultar num maior número de pessoas atingidas, por outro poderia afetar o caráter de gratuidade que as atividades ocorrem, em especial as infantis.

A intervenção mais direta nas atividades infantis tem origem especialmente nas instâncias familiares, escola e religião, especialmente se analisarmos que tais institui  es limitam o tempo disponível para a brincadeira. A instância da família estabelece um diálogo direto com os usuários da Praça, pois participa de forma ativa no cotidiano infantil local. Os ritos religiosos ocupam um grande tempo da maioria dos moradores da Praça e tais atividades, muitas vezes, contam com a participa  o infantil.

Além do controle do tempo, a escola está presente no local visto que tal universo altera diretamente as práticas, os jogos, as brincadeiras e os desenhos infantis. Cito o exemplo de duas can  es cantadas por Gabriel, 8 anos, cujas letras relacionam-se aos problemas atuais de ordem ambiental e que, provavelmente, são provenientes da institui  o: uma can  o sobre reciclagem e outra sobre o uso racional da   gua. No entanto, essas crianças não reproduzem essas brincadeiras como as receberam, pois acontece um processo de apropria  o, de recria  o desses elementos culturais. A can  o “Tim-tim castelo” cantada por Joana e Nádia,

ambas de 9 anos, recebe, além da versão tradicional, uma versão escatológica (cf. quadro de brincadeiras).

Numa esfera mais ampla, foram observadas, ainda, influências históricas e das mídias, o que resultou num conjunto de brincadeiras que dialogaram com a cultura adulta, por meio das escolhas, das criações e das recriações infantis. Foi possível encontrar elementos que ligam essas crianças a culturas bem antigas, tal como a cabra-cega, cultivada pelos romanos desde o século III a.C. (MAGALHÃES; PONTES, 2003), ou aos grupos étnicos que compõem a raiz do povo brasileiro, ou seja, com os portugueses as brincadeiras de roda (FERNANDES, 1979), com os negros a capoeira que fundamenta a “porradinha” e à cultura infantil encontrada em diversos contextos, tendo como exemplo a brincadeira de casinha (NUNES, 2000; FERNANDES, 1979; FERREIRA, 2004).

Como exemplo das influências das mídias, cito o processo de aprendizagem de construção de alguns brinquedos fabricados por crianças, observados na televisão, e levados à Praça.

No intuito de compreender o que seria o brincar para as crianças que usam a Praça Jerimum, retorno à questão da autonomia infantil. Nas discussões atuais sobre o espaço social da infância, empreendidas em especial no contexto europeu, aparecem de forma freqüente as questões de exclusão das crianças com relação ao mundo dos adultos e que destacam a infância como a fase de vida que mais sofre o controle deste (NUNES, 2000).

Os usos dos espaços públicos pelas crianças se distinguem a partir da inserção social de tais sujeitos. No âmbito brasileiro contemporâneo, as crianças das camadas médias e altas quase não possuem autonomia em tais usos, enquanto as indígenas (NUNES, 2000) e as das camadas populares (DEBORTOLI, 1995; GOUVÊA, 1990; LIMA, 1989) exploram o espaço de forma mais autônoma. Tendo em vista que tais usos modificam os espaços planejados e os torna lugar, a noção de infância adotada neste estudo parte da idéia da criança como ator social, produtora de cultura e de lugares.

Na Praça Jerimum, algumas famílias relacionam a brincadeira ao desejado desenvolvimento infantil e entendem a Praça como o espaço da brincadeira, enquanto outras relacionam a Praça ao perigo, ao indesejado para as crianças, resultando em espaços/tempos definidos pelos adultos para esta atividade. A hegemonia adulta sobre as crianças resulta no controle das

atividades lúdicas infantis, “estimulando-as, negando-as, excluindo-as ou limitando-as”. (SUTTON-SMITH, 2001, p. 49, tradução nossa). A tentativa de dominação adulta é histórica. Em estudos sobre a história psicológica infantil, Cahan *et al.* (1993) utiliza o termo “*imperial*” *practices* (práticas “imperialistas” – tradução nossa) dos adultos com relação às crianças e cita diversas pesquisas em que esse conflito é descrito desde meados do século XIX.

Foram observados diversos níveis de autonomia das crianças em suas atividades, relacionados às faixas etárias, ao gênero, às distintas formas de inserção cultural e à proximidade de suas moradias com a Praça. Assim é que os grupos de crianças não se mostraram homogêneos e suas formas de brincar se distinguiram de acordo com diferenças socialmente produzidas.

Pequenas e maiores

Se classificadas de acordo com as faixas etárias, distinguimos dois grupos: crianças pequenas, de 2 a 6 anos, e crianças maiores, de 7 a 12 anos. As crianças menores do que essas não foram observadas na Praça.

O brincar das crianças pequenas se estabelece, principalmente, com alguém mais velho, mãe, pai, irmão, irmã ou outro membro da família ou da vizinhança. As crianças apresentam menos autonomia, identificadas especialmente com o espaço da casa, não com o espaço público. As relações com as maiores se estabelecem de maneira hierárquica e os usos dos espaços e de seus equipamentos são definidos e controlados por elas ou, ainda, por pessoas mais velhas. “Aqui pode, aqui não pode”, “Este brinquedo não é para você”, “Devagar” e “Cuidado” são frases que escutamos dos seus acompanhantes, que cumprem a função de protegê-las, mediando a ação. As pequenas parecem às vezes “bibelôs” nas mãos das crianças mais velhas, em especial as meninas, que os consideram como “filhinhos” nas brincadeiras de casinha. Os pequenos obedecem, fazem de tudo para participar. Historicamente, isso não era privilégio do Brasil. “Brincava-se com crianças pequenas como se brincava com animaizinhos de estimação” (DEL PRIORE, 2000, p. 96).

Os tempos em que usam a Praça são diferentes dos tempos das crianças maiores. O tempo livre é maior e mais flexível, oportunizando a brincadeira na companhia de adultos. Durante os dias, algumas mães as levam para brincar ali e as acompanham nos equipamentos. Em algumas situações sobem e descem nos escorregadores com seus filhos nos colos. Não os deixam brincar sozinhos. Quando não estão com algum adulto, têm pelo menos um irmão mais velho brincando também. Como rito de passagem, quando se aproximam dos 5 ou 6 anos, é-lhes permitido entrar nas brincadeiras dos mais velhos, mas não participam na escolha de seus papéis na brincadeira. As maiores, muitas vezes, colocam-nos em posição de reserva, de “carta-branca” ou participam apenas quando falta um elemento para formar um dos times, ou seja, sua ação e sua palavra devem ser validadas pelas maiores.



Figura 31: Foto de menino, 5 anos, ao dar uma cambalhota no piso central da Praça revestido em borracha. Outubro de 2005.

Nos desenhos, podemos encontrar expressões particulares das crianças pequenas. O desenho na Praça se apresenta de forma lúdica e espontânea e envolve a constituição de regras pelas próprias crianças. Como atividade não prevista pelo pesquisador e, no entanto, proposta (e quase que imposta) pelas crianças, suas regras foram construídas pelos grupos que se formaram em torno dessa atividade. Usavam apenas minha lapiseira e meu caderno como recursos, portanto, desenhavam individualmente e formavam filas. O fato de não ter tirado fotos dessas situações pode refletir a desconsideração inicial desses eventos como fontes para a pesquisa, no entanto o desenho ganhou espaço na pesquisa e constituiu fonte de análise. Nessa atividade, as crianças disputam o espaço de igual para igual com as maiores, que reservam no desenho um espaço próprio para as pequenas. Quando um desenha, os outros esperam e, apesar de pressionarem para que terminem, o tempo de cada um é respeitado. No entanto, como existe uma fila, o tempo para cada um é restrito, o que resulta em desenhos muitas vezes bem sintéticos, sem detalhes ou inacabados. Para o que desenha, é um tempo de dedicação e concentração. Parece que não se preocupam com o resultado final, mas valorizam o fato de desenharem, reconhecem ali um espaço próprio, se sentem incluídos. Tal como na brincadeira, a prioridade é dada à atividade em detrimento de qualquer outra que possa interferir naquela ação, excetuando-se apenas os momentos em que são chamados pela mãe,

pai ou responsável. Nesse caso, abandonam imediatamente o que estão fazendo e atendem ao chamado.

Dentre os diversos desenhos resultantes de atividades realizadas pelas crianças e entendendo tal produção como forma de comunicação entre as crianças e a pesquisa, o espaço, privilegio aqui os desenhos que dialogam com tal temática, visto que tais análises podem nos dizer sobre a apropriação do espaço pelas crianças.

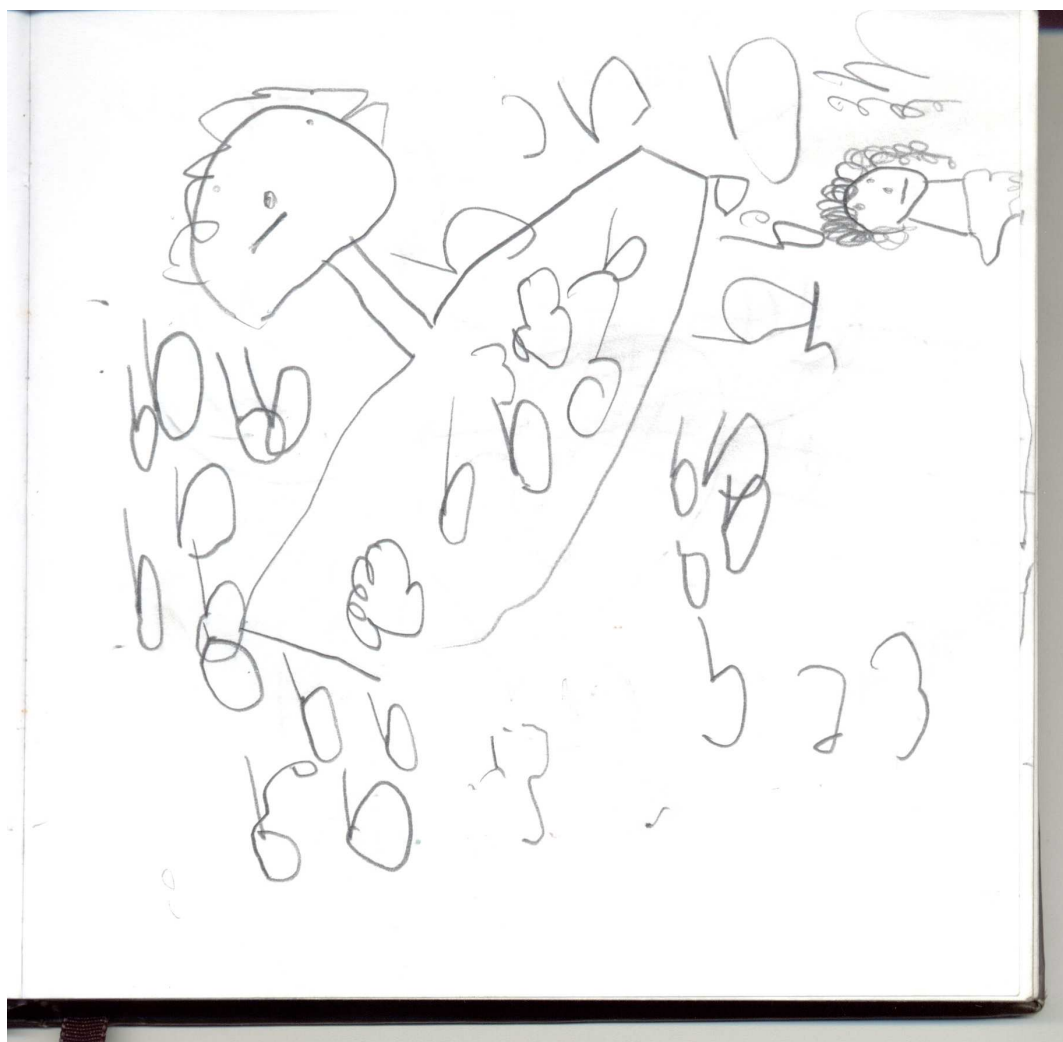


Figura 32: Desenho realizado por Inês, 3 anos, em junho de 2005.

Neste desenho, a menina escolhe desenhar os que brincam e estão ao redor da mesa, tal como a autora. Dessa maneira, descreve a cena que ocorre naquele momento, um instante. Inês, 3 anos é irmã de Gilberto, 7 anos, que estava presente na atividade. A menina só foi observada

na Praça na companhia do irmão. Não moram na Praça, mas a utilizam nos finais de semana, quando vão visitar os avós, Sílvia e Paulo. Poderia dizer que dialoga com a pesquisa, ao desenhar a ação, escrever letras e números utilizando a mesinha da Praça como suporte, e o faz reiteradamente, característica de sua geração. O movimento repetitivo faz parte de sua ação, que se aproxima de uma experiência lúdica em que treina e apura seus movimentos corporais.

Já para as crianças maiores, brincar possui outro significado. É o meio de interação, especialmente entre pares. O local é apropriado para o lazer principalmente por estes grupos e seus usos são determinados principalmente pela liberdade de escolha. Brincar faz parte das culturas produzidas pelas crianças em diálogo com os demais grupos que utilizam o lugar, que ocupam e se apropriam do espaço, resignificando-o. O caráter coletivo é característica a se destacar na ação infantil que se expressa numa sociabilidade própria: os grupos de pares, relação diferenciada daquela com os adultos (GOUVÊA, 2002).

É na Praça que se desenvolve a rede de sociabilidades infantis entre vizinhos, distintas daquelas originadas na escola, na família ou em outra instância. A Praça é cenário para a troca de conhecimentos e compartilhamento de experiências entre pares, com mais velhos e mais novos, num diálogo intergeracional e intrageracional. Alguns desses grupos estabelecem com o lugar uma relação de identidade, ou seja, é ali que se encontram, que brincam, portanto constituem grupos que se distinguem das crianças que utilizam o espaço de forma menos assídua. São as crianças da Praça, onde a categoria espacial os caracteriza. Para Ferreira (2004), brincar implica envolvimento mútuo e requer interação verbal e não-verbal e é considerado social, livre e auto-referencial ao indivíduo, sendo necessária a abertura ao outro para facilitar a comunicação. Portanto, torna-se um contexto social “em que as crianças aprendem como interagir” (p. 90), a dialogar: uma oportunidade para se fazer e encontrar amigos.

No começo os meninos eram como bichos do mato, não conversavam com ninguém. Viviam presos dentro de casa. Agora eles brincam com as crianças. (Relato de Inês sobre um grupo de irmãos que frequenta a Praça – Diário de Campo, 19/10/2005)

Tal como nas diversas instâncias em que as crianças estão inseridas, a luta pela dominação e pelo poder está presente. A hierarquia geracional e a hegemonia adulta ficam claras: o poder adulto prevalece, até mesmo em relação aos idosos. Os jovens são superiores na hierarquia

relativa às crianças maiores e estas exercem influência visível sobre as mais novas, resultado do jogo de poder que se estabelece colocando faixas etárias em conflito, até mesmo nas brincadeiras. Nádia (12 anos), a mais velha de um grupo que brinca, bate nos mais novos,

[...] me chama de grandão, me desafia e me provoca. Incita as outras crianças a me desafiarem. Solicita-me, pergunta e diz qual a próxima brincadeira, quando começar, quando terminar, divide os times, exclui e inclui as crianças. (Registro do pesquisador no diário de campo, 14/10/2005)

Não apenas a idade define hierarquias nas brincadeiras, mas também a habilidade do jogador ou jogadora, característica endossada pelo grupo. A melhor desenhista e o mais habilidoso acrobata são respeitados pelos demais. Na “porradinha”, os mais hábeis são respeitados e requisitados. O mais velho fica contra todos, dita as regras e ensina os mais novos a suportar a dor, ao impedir que chorem. Quando eu fotografava, as crianças sugeriam que focalizasse o menino tido como mais hábil. Solicitaram-no que mostrasse suas habilidades. No entanto, a meu ver, são todos muito hábeis.

Uma menina de aproximadamente 10 anos que mora ao redor na Praça era proibida de brincar quando os meninos estavam ali. Francisco, seu pai, não autorizava a brincadeira livre, da mesma forma que não autorizou a colocação de mesas de jogos em seu passeio, visto que sua crença religiosa não permitia. “Diz que educa a menina controlando as companhias. Quando tem meninos não a deixa brincar”. (Registro do pesquisador no diário de campo, 4/10/2005). Questões de gênero e religiosas podem estar por detrás dessas colocações do pai dessa menina. Ela foi vista raramente durante a observação, o que pode estar relacionado ao estranhamento causado pela presença do pesquisador no espaço.

Os brinquedos e o lugar

A presença de brinquedos na Praça estabelece uma relação direta do espaço com os usuários da faixa etária infantil, ao indicar o lugar como espaço da infância. A presença de tais objetos interfere nas atividades dos usuários ao mediar a ação deles. No entanto, os brinquedos ali são provenientes de distintas origens, e é a partir daí que os classifico. Para Brougère (2004), a análise do brinquedo requer sua decomposição em dois aspectos: o material e o simbólico.

- **Brinquedos construídos pelas crianças ou objetos do cotidiano apropriados pelas crianças para as brincadeiras**

As crianças não são somente consumidoras de brinquedos, mas também os produzem. Tudo pode virar brinquedo nas mãos delas e os objetos adquirem significados distintos dos usuais. Tal prática é essencialmente de apropriação e pode funcionar como resistência aos interesses consumistas da indústria. Para Kincheloe e Steinberg (2001) o poder da indústria do entretenimento, além de produzir prazer nas crianças, reprime a produção de artefatos domésticos, na perspectiva do consumo industrializado. No entanto, as crianças utilizam a imaginação e a capacidade lúdica para produzir novos significados para tais objetos.

Historicamente, os brinquedos e brincadeiras se originaram de objetos, práticas ou rituais deixados pelos adultos e são apropriados pela cultura infantil, atravessando tempos e espaços (FERNANDES, 1979; KISHIMOTO, 1993). A pipa, papagaio, arraia, raia, quadrado ou pandorga (ATZINGEN, 2001) é um exemplo “clássico” e bastante presente na Praça. Usado em especial pelos meninos e apenas no inverno, época que ocorrem os ventos na região.

Introduzida no Maranhão pelos portugueses no século XVI, a pipa parece ter procedência oriental. Originárias de longínquos tempos, foram usadas primitivamente pelos adultos, com fins práticos, em estratégias militares e, com o passar dos séculos, transformaram-se em brinquedos infantis. (KISHIMOTO, 1993, p. 18)

Segundo a autora, os portugueses trouxeram o papagaio de papel do Oriente, onde é bastante popular há tempos, por todas as classes sociais, bem como por adultos. Há notícias de que, ao chegar ao Brasil, a pipa “foi usada por sentinelas, no Quilombo dos Palmares, também como sinalizadora de perigos.” (ATZINGEN, 2001, p. 99).

De artefato adulto militar a artefato da cultura lúdica infantil ocorre um deslocamento simbólico transmitido por meio da oralidade, por personagens anônimos. Apesar de atualmente ser produzido de forma industrial, predomina no Brasil a manufatura artesanal pelas crianças. É um dos brinquedos mais populares, e ao redor dele se reúnem pessoas de todas as idades e em distintos contextos sociais. A brincadeira se inicia na sua construção, e tal processo envolve a transmissão de conhecimentos do pai ou do mais velho para o mais novo. A atividade prossegue ao soltá-lo ao vento, ação individual e que pode ser ou não acompanhada por observadores ou por outros meninos que soltam os próprios papagaios.

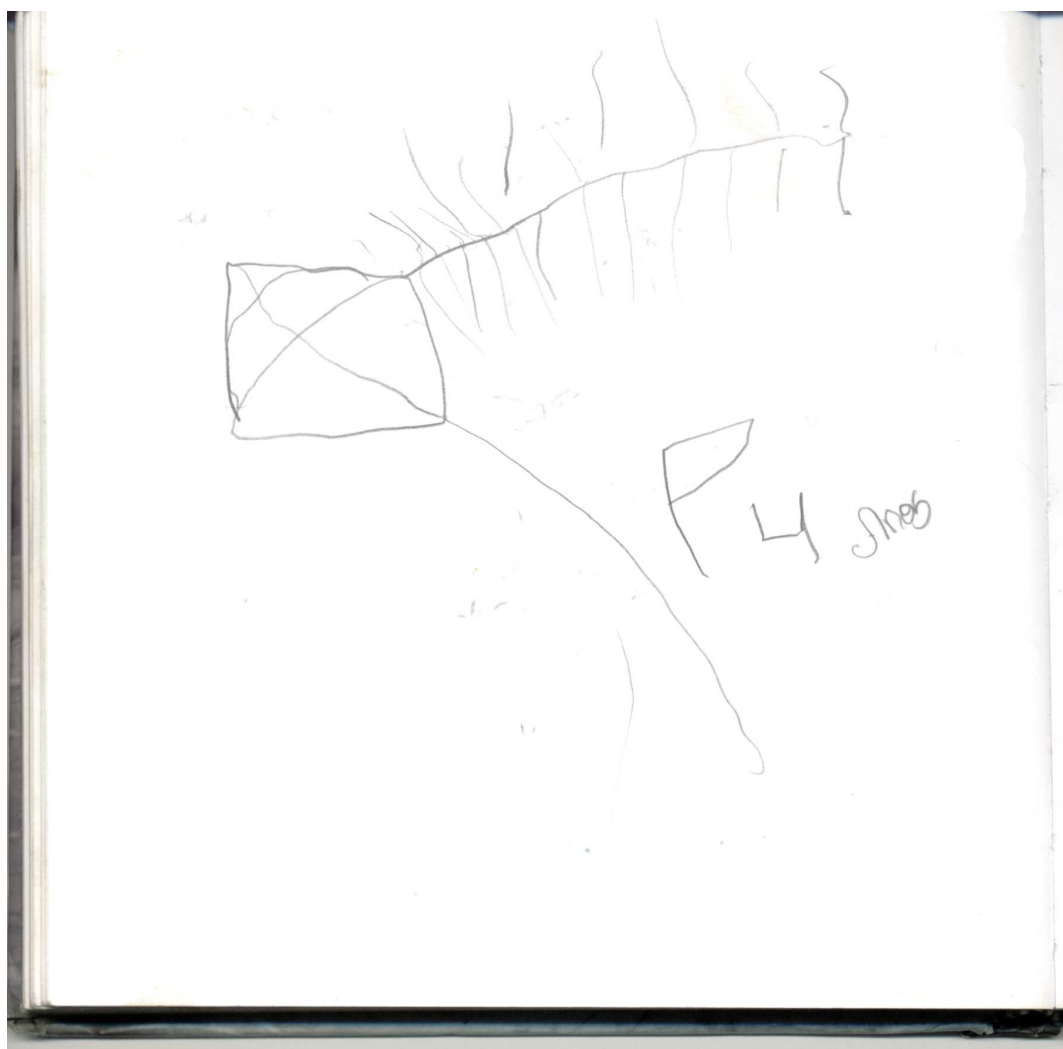


Figura 33: Desenho realizado por Renato, 4 anos, em agosto de 2005.

Ao ser solicitado para desenhar a Praça, Renato, 4 anos, desenhou uma pipa, provavelmente, o brinquedo com o qual mais gosta de brincar na Praça. Tal representação sugere uma identificação infantil entre a Praça e o brinquedo, o lugar de soltar papagaio, lugar de brincar. O brinquedo tradicional aparece na Praça especialmente no inverno, ou seja, época de ano em que ocorrem os ventos necessários à atividade. Dessa forma, o desenho relaciona tempo e brincadeira, natureza e espaço.

No contexto local, foi observada a inserção de mecanismo de disputa entre os meninos, que brincam de romper o fio do papagaio do outro com o objetivo de tomar posse do brinquedo alheio, e assim é inserido o caráter coletivo à brincadeira. Tal prática pode envolver riscos para as crianças, pois para cortar o fio do outro, muitas vezes, passam cerol, mistura de cola com vidro ou mármore moído, no fio do próprio papagaio, tornando-o cortante e ocasionando acidentes. O brinquedo se torna arriscado quando solto próximo à rede elétrica, oportunizando a ocorrência de choques elétricos fortes. O risco e o perigo mostram-se, portanto, fatores presentes na atividade infantil, por meio das quais experimentam vivências que as preparam para a vida adulta⁵.

Outro brinquedo clássico manufaturado pelas crianças e observado no espaço foi o pião. Segundo Atzingen (2001), desde a Antigüidade existiam piões. Inicialmente realizados em argila, recebiam

[...] bordas decoradas com formas animais e humanas em relevo. [...] Os japoneses antigos pintavam a superfície com ricos detalhes e foram os primeiros a fazer um sulco ao redor da circunferência e produzir piões que assobiavam quando movimentados. No museu John Hopkins, em Baltimore (Estados Unidos), existe um vaso grego pintado há aproximadamente 2500 anos em que são vistas duas pessoas observando a dança de um grande pião. (ATZINGEN, 2001, p. 57)

Atualmente tal objeto é, em geral, industrializado e produzido em madeira, mas na Praça foi observado um pião construído por Luiz, 7 anos, com uma tampinha plástica de detergente e uma tampinha de metal. O menino conta que aprende a fazer os brinquedos por meio de programas infantis na televisão. Gosta de fazer brinquedos e cita o dado, o papagaio, o helicóptero de pneu, o carrinho de rolimã. Nesse sentido, as afirmações de Kincheloe e

⁵ Ao mesmo tempo em que algumas instituições promovem festivais de papagaios anualmente em Belo Horizonte, incentivando a brincadeira coletiva em espaços públicos, lançam campanhas para prevenir acidentes.

Steinberg (2001) de que as corporações de entretenimento são as atuais “professoras” se confirmam aqui.

Outros brinquedos observados: carrinho de rolimã; madeira e pregos formam uma miniatura de computador; pau de vassoura com garrafa de plástico acoplada (usada como malabares); pedaço de mangueira de borracha usada como corda; cartão telefônico vira cartas (tapão); aro de borracha; pedrinhas e pedaços de tijolos (peças do jogo de damas); areia de construção (base para acrobacias); tijolos marcam os gols; celular quebrado; joguinho no celular; caixinha de leite; garrafinha de iogurte; mangueira e copo com água e sabão para fazer bolinhas.

Todos esses brinquedos indicam um elemento importante na produção cultural das crianças, seu caráter de recriação com recurso a materiais produzidos pelos adultos e ressignificados numa atividade artesanal. Como indica Benjamin (1984, p. 101), as crianças fazem “estória dos detritos da história”.



Figura 34: Foto em aparecem crianças utilizando um pedaço de mangueira de borracha como uma corda para a brincadeira de relinho. Novembro de 2005.



Figura 35: Foto em que aparecem crianças utilizando um pedaço de mangueira de borracha para a construção de um balanço, apoiado em galho de árvore. O balanço é o brinquedo que falta na Praça segundo alguns depoimentos infantis. Novembro de 2005.

- **Brinquedos industrializados**

Segundo Atzingen (2001), até a década de 1930, somente uma parte da população infantil brasileira tinha acesso aos brinquedos industrializados, pois, até então, não existiam fábricas de brinquedos no Brasil. A maioria das crianças dessa época “brincava com bonecas de pano e carrinhos de madeira confeccionados em pequenas oficinas por costureiras e artesãos” (p. 179). Somente a partir da Segunda Guerra Mundial, com a dificuldade de importação de tais produtos, a indústria de brinquedos se desenvolveu no Brasil. O introdução do plástico na década de 1950 está associado à popularização de tais produtos. A televisão foi e ainda é uma das principais mídias divulgadoras desse mercado ao transmitir desenhos e filmes infantis em que seus personagens são materializados por meio de bonecos e de jogos (ATZINGEN, 2001).

No dia 12 de outubro, feriado religioso e Dia da Criança, foram observados muitos brinquedos industrializados trazidos pelas crianças à Praça, confirmando o significado social do brinquedo como presente (BROUGÈRE, 1997), dentre os quais: a bola, bola de tênis, velocípede, bicicleta, cartas de Pokémon (personagem de programa televisivo), raquete e bolinha, caminhão de plástico, boneca (Dodoizinha); boneca negra (ganha por menina negra), bolsa de plástico, patinete, cartas, carrinho de boneca e argolas para bolhinhas de sabão são alguns dos brinquedos observados na Praça.



Figura 36: Uma menina e um menino, no dia 12 de outubro de 2005, com seus brinquedos na Praça.

As duas crianças das fotos tinham 7 anos de idade quando essa foto foi tirada. A relação de gênero expressa no brinquedo e brincadeira fica explícita. A menina cuida da boneca como uma mãe de seu bebê, já o menino conduz o caminhãozinho, relacionando-se ao contexto masculino da rua.

Se retornarmos à história do brinquedo, a origem da boneca, possivelmente, se localiza na África e na Ásia pré-históricas, onde figuras humanas femininas tenham sido realizadas em barro como símbolos de fertilidade. Há cinco mil anos, no Egito, foi acrescentado ao significado ritualístico o significado de brinquedo infantil, quando o objeto passou a representar figuras comuns de crianças de ambos os sexos. Posteriormente, as meninas gregas passaram a brincar com bonecas, “que as acompanhavam até a época do casamento, quando eram dedicadas à Afrodite, deusa do amor e da fecundidade”. Na Idade Média, estilistas “vestiam-nas com suas criações e as enviavam para rainhas escolherem seus modelos e seus vestidos” (ATZINGEN, 2001, p. 6).

A Alemanha já se destacava na produção industrial de bonecas desde o início do século XV, quando surgiu a primeira fábrica em Nuremberg. A boneca Barbie, lançada nos Estados

Unidos na década de 1950, revolucionou o conceito de bonecas por ter fisionomia adulta, e seu sucesso mundial pode ser atribuído à variedade de figurinos e papéis sociais que incorpora. No Brasil, a boneca Suzi foi lançada na década de 1960 e marcou a infância de meninas das gerações posteriores. Segundo Atzingen (2001, p. 13), a boneca foi criada para atender aos desejos das meninas brasileiras de ganharem uma boneca “que atendesse seus desejos”. Seu corpo, mais curvo e arredondado do que o corpo da Barbie tinha como objetivo a representação do corpo feminino brasileiro, no entanto representava a elite brasileira, com seus vestidos de festas e *baby-dolls* de jérsei (ATZINGEN, 2001). Nos últimos anos, as discussões sobre a diversidade cultural e étnica da sociedade se refletem na produção de bonecas, mas a autora não se atém a esse fato. Até mesmo a Barbie, originalmente criada a partir de uma visão etnocêntrica, representando uma mulher branca e rica, recebeu outras características, como de algumas da mulher negra.

Se por um lado as bonecas representam para as meninas uma introdução de seu papel feminino na sociedade em que vivem, isso ocorre historicamente também com os bonecos destinados aos meninos. Ainda segundo Atzingen (2001, p. 6), os meninos romanos “se divertiam com bonecos de cera e argila que representavam soldados”, o que introduz ao mundo masculino infantil a perspectiva militar. Desde o século XIII são encontrados registros de soldadinhos de chumbo com os quais muitos reis brincavam. Os bonecos produzidos atualmente para meninos são representações de heróis saídos de filmes e desenhos e são chamadas de “figuras em ação”. O cenário que os contextualiza é principalmente o da luta ou da guerra e envolve uma grande variedade de acessórios, tais como armas, artefatos militares, aeronaves, carros e caminhões em escala reduzida (ATZINGEN, 2001).

Nem todas as crianças observadas no Dia da Criança na Praça Jerimum traziam seus brinquedos novos. Muitas delas não haviam recebido brinquedos e contavam que haviam ganhado sorvetes da sorveteria do bairro. É importante lembrar que o Dia da Criança foi oficializado no Brasil por meio do Decreto n. 4.867, de 5 de novembro de 1924, pelo presidente Arthur Bernardes, mas a data só se popularizou quando a indústria nacional de brinquedos passou a considerá-la uma oportunidade de incremento nas vendas.⁶ Considerando que a maioria das famílias moradoras da região é pobre, a maioria das crianças do local não recebe presentes.

⁶ Disponível em : <www.klickeducacao.com.br>. Acesso em: 15 nov. 2006.

No entanto, dentre aqueles que trouxeram seus brinquedos para o local, foi possível observar que a identidade de gênero tematizada na escolha dos brinquedos, por meio da qual os adultos sinalizam papéis sociais distintos que são aprendidos pela criança quando brincam superpõe-se à identidade étnica, por intermédio da qual o sujeito infantil constrói uma identificação com seu grupo racial.

- **Brinquedos do ambiente**

Retorno ao processo de produção da Praça como espaço de lazer coletivo. A análise desse processo traz as expectativas das crianças com relação aos brinquedos. Os desenhos infantis são fontes importantes, visto que é o meio utilizado para tal diálogo. Num primeiro momento, as crianças participaram do planejamento e construção da Praça, e seu resultado expressa o diálogo entre Poder Público (representado pelo arquiteto) e as crianças. Nas oficinas de sugestões, as crianças se expressam por meio do desenho. Representam o projeto que têm de brinquedo de Praça ou de parque infantil. Nesse momento, a casinha é, disparado, o brinquedo que mais aparece nos desenhos, seguido do escorregador e do balanço. Não só no caso relatado aqui, mas em todos os contextos em que, no meu trabalho, as crianças foram convidadas a dar sugestões sobre os brinquedos a construídos nos espaços públicos de lazer, tal situação se repetia. Neste caso, as casinhas apareceram em dez desenhos, o escorregador em quatro e o balanço aparece apenas através de uma só criança. Poderia especular que tais representações fazem parte do repertório estereotipado de desenhos ensinados nas escolas, mas, ao escolher a representação de tal objeto, creio que uma análise mais aprofundada se faz necessária.

A análise que Bachelard (1988) faz sobre representações infantis de casas ajuda na reflexão ao dialogar com o ramo da psicologia. Para o autor, “toda imagem simples revela um estado de alma. A casa, mais ainda que a paisagem, é ‘um estado de alma’. Mesmo reproduzida em seu aspecto exterior, ela fala de uma intimidade” (BACHELARD, 1988, p. 84).

E cita Balif (1949, *apud* BACHELARD, 1988, p. 84) ao considerar que o desenho de uma casa pode ser tema de um teste psicológico:

Pedir à criança para desenhar a casa é pedir-lhe para revelar o sonho mais profundo em que ela deseja abrigar sua felicidade; se for feliz, saberá encontrar a casa fechada e protegida, a casa sólida e profundamente enraizada.

Segundo o autor, o fato de ser desenhada em suas formas externas não exclui traços que designam uma força íntima:

[...] é evidente que faz calor no interior, que há fogo; um fogo tão vivo que o vemos saindo da chaminé. Quando a casa é feliz, a fumaça brinca delicadamente acima do telhado. Se a criança é infeliz, a casa traz a marca das angústias do desenhista (BALIF *apud* BACHELARD, 1988, p. 84-85).



Figura 37: Desenho realizado por Bruna, 9 anos, em oficina de sugestões para o projeto.

Ao ser solicitada que desenhe a Praça e os brinquedos que gostaria que estivessem presentes no projeto, Bruna desenha uma casa grande, duas árvores, flores, crianças, um escorregador em dia bonito em que pássaros e o sol são vistos no céu. Dentro da casinha somente meninas, na pracinha crianças pequenas, meninos e meninas. As árvores parecem vivas, floridas ou repletas de frutas. Poderia concluir que a presença do escorregador no desenho reflete sua

expectativa para a Praça e por meio do desenho dialoga com o arquiteto. A forma como representa a casa é muito parecida com a forma como os demais meninos a representaram na ocasião, no entanto foi a única que incluiu pessoas em seu interior representado.

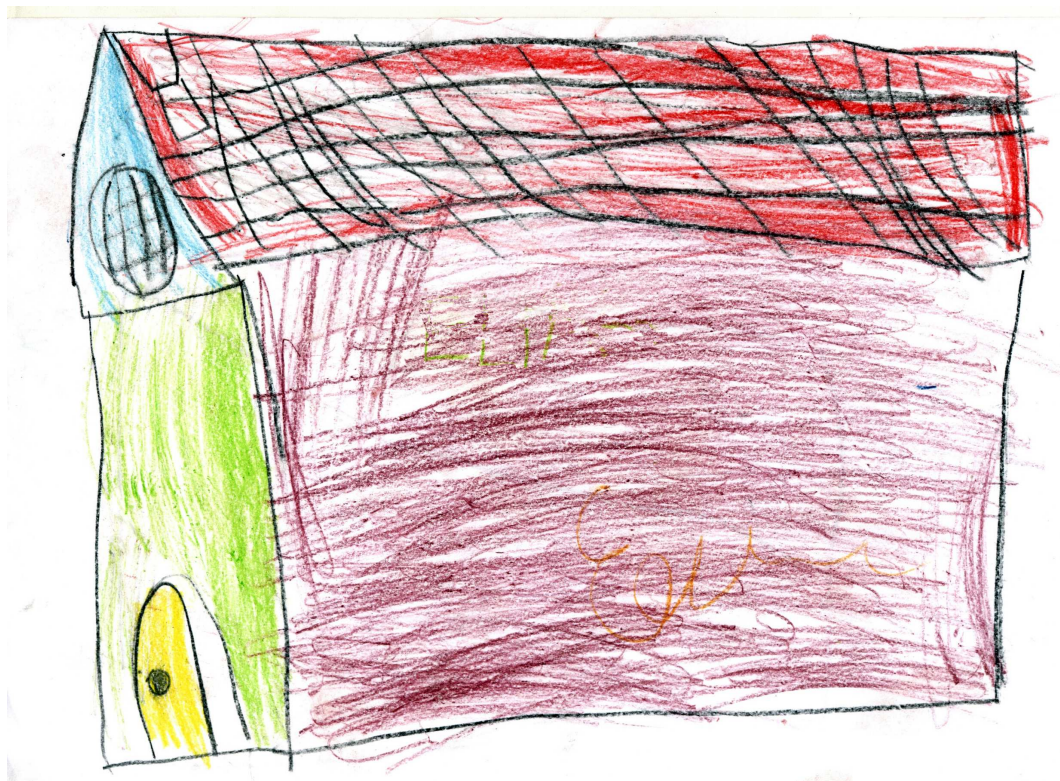


Figura 38: Eloy desenha na oficina de sugestões para o projeto quando tinha 7 anos.

Eloy, tinha 7 anos na ocasião em que desenhcou na oficina de sugestões. Atualmente tem 11 anos e é uma das crianças “da Praça”. Mora na Vila, bem próximo da Praça e estava em diversas ocasiões da observação. A casinha que desenha ocupa quase todo o papel e chama a atenção pelo seu tamanho e pelas cores. Algumas outras crianças desenharam casas assim, grandes, o que representa o diálogo entre as crianças, entre desenhos. Todas as casinhas são parecidas, tendo a porta sempre à esquerda, o mesmo formato e a maioria dos elementos em comum. Tal representação de forma homogênea pode ter raízes na escola, no entanto, a casinha de Eloy é a única que não possui janelas.

A partir da presença marcante de tal elemento é possível especular se as casinhas seriam brinquedo-brincadeira-desenhos que compõem a cultura infantil transnacional, assumindo

caráter universal. As crianças brincam de casinha, constroem e desenhavam casinhas. Fernandes (1979), Ferreira (2004), Freyre (1987) e Nunes (2000) já experimentaram pesquisá-las. Na Praça Jerimum é bastante presente nos desenhos, mas na brincadeira aconteceu em poucas ocasiões observadas, provavelmente por se tratar de atividade que requer certa privacidade para sua realização.

As casinhas, entre brinquedo, brincadeira e desenho, é o cenário para o que alguns pesquisadores classificam de “faz-de-conta”. Para Sarmento (2004) o processo de “imaginação do real” permite à criança continuar o jogo da vida em condições aceitáveis para ela.

O mundo do faz de conta faz parte da construção pela criança da sua visão do mundo e da atribuição do significado às coisas. [...] contra todos os determinismos e contra todas as pretensões de subordinação a um controle total, para uma ordem habitável. Ordem esta que se exprime no modo peculiar de organização do tempo (SARMENTO, 2004, p. 26-27).

Para Kishimoto (1997), tal brincadeira é também conhecida como simbólica, de representação de papéis ou sociodramática, e é aí que se torna mais evidente uma situação imaginária. É o contexto para a brincadeira de papai-mamãe entre os pequenos, dramatização infantil que ressignifica as relações sociais e familiares. Encontramos esses elementos em culturas diversas: no Brasil em grupos indígenas (NUNES, 2000) e urbanos (FERNANDES, 1979), assim como na Europa (FERREIRA, 2004), o que se repete na Praça Jerimum. Se a “casa” é espaço culturalmente relacionado ao feminino, e a “rua” espaço masculino (DAMATTA, 1991), a “casinha” é de todos, meninos ou meninas.



Figura 39: Desenho de Gilberto, 7 anos, em junho de 2005.

Gilberto, 7 anos, participou das oficinas de sugestões e, apesar de não morar ali, brinca na Praça aos domingos quando vem visitar seus avós, Sílvia e Paulinho. Durante a pesquisa de campo, ao ser solicitado a desenhar a Praça, realizou quatro desenhos onde aparecem claramente uma casinha e um carro comprido. Casa e rua? Em todos os seus desenhos representa a casa com parede invisível, através da qual se enxerga um móvel. A transparência da casa desenhada revela detalhe de seu interior, sua intimidade. Poderia especular que Gilberto representa, em seus desenhos, a Praça como um “pedaço” entre o privado e o público. Neste desenho aparece ainda a mesinha, entre a casa e a rua, onde se apóia para a atividade e os quatro bancos ao seu redor. Esse elemento está presente em outros desenhos de crianças e revela um pouco de seu significado, pois possibilita ou sugere a atividade que estão realizando naquele momento. Ao representar as mesas, as crianças indicam que, além das

brincadeiras, a Praça e seus equipamentos sugerem uma forma de prática lúdica imprevista: o desenho.

Apesar de ser o brinquedo mais pedido pelas crianças, a experiência do Abrigo Granja de Freitas revelou que não seria recomendável que fosse criado um equipamento que tivesse característica de espaço privado, própria da “casa”, pois poderia sugerir práticas impróprias para as crianças, tais como intimidade sexual entre adultos, como lá aconteceu. No entanto, poderia conter outras características da “casa” tais como a função de abrigo.

Em análises sobre as pinturas de ninhos e choupanas realizadas por Van Gogh, Bachelard observa que “de todas as virtudes do abrigo, o teto é aqui testemunha dominante” (BACHELARD, 1988, p. 111). E assim o “brinquedão” foi projetado: além da função de abrigo, conferida por meio de estrutura que funcionaria como uma cobertura, foram acopladas estruturas de escalador, escorregador. Poderia dizer que assim o equipamento explora características próprias da moradia, mas garante o acesso visual, mecanismo proposto pela teoria urbanística denominada “vigilância natural” (MARANHÃO; SANTOS; SIQUEIRA, 2004). Por outro lado, tal equipamento possui elementos que poderiam incentivar a construção de sociabilidades entre distintas gerações, ao criar mecanismos que possibilitam o encontro e a permanência das pessoas em sua estrutura.



Figura 40: Perspectivas apresentadas aos moradores que mostram proposta para os brinquedos da Praça, incluindo o brinquedão ao centro.

O equipamento foi projetado para o centro da Praça. A proposta era que os equipamentos fossem realizados em concreto, o que facilitaria sua manutenção. Além desse equipamento descrito, o projeto arquitetônico envolvia os seguintes brinquedos: os três conjuntos de equipamentos em pneus reciclados, o conjunto, que consiste em dois escaladores, dois escorregadores e anéis em concreto e as mesas de jogos de dama. O painel em mosaico de cerâmica e as arquibancadas em mosaico de tampinhas plásticas, apesar de não serem propriamente brinquedos, continham propostas de interação lúdica.

Os conjuntos de **pneus** foram previstos para funcionarem com objetivos distintos: brincadeira de pular inspirada na tradicional “amarelinha”, assento e obstáculo contra a invasão de automóveis. Foram pintados em cores diversas, e num dos conjuntos foram pintados números consecutivos, sugerindo a interação com a matemática.

O conjunto de escaladores e escorregadores, chamado neste estudo de **escalador**, aproveita a diferença de nível existente no local, tal como as crianças fazem de forma improvisada em morros. Realizado essencialmente em concreto tal equipamento é complementado com os anéis, elementos pré-moldados em concreto, vendidos no mercado da indústria da construção civil como uma tampa para manilha. Aqui, tais elementos foram projetados para ser instalados na vertical, e seu furo redondo deveria funcionar como um túnel ou uma passagem restrita.

As **mesinhas de damas** e seus bancos não foram desenhados especialmente para o local, mas foram adquiridas de uma indústria que fabrica elementos de marmorite, material resistente que mistura concreto e fragmentos de pedra.

Ao optar por elementos construtivos e formais não muito usuais ou dificilmente encontrados no mercado, propus que os brinquedos apenas sugerissem a brincadeira. Por isso não foram utilizados elementos figurativos e os usos previstos não eram muitos, na tentativa de proporcionar certa autonomia de usos, de impressão de significados aos objetos em tais apropriações. Tal concepção estabelece um diálogo com as teorias pedagógicas vigentes. “É alterando o significado de objetos, de situações, é criando novos significados que se desenvolve a função simbólica.” (KISHIMOTO, 1997, p. 39). Em comparação com a prioridade adulta à segurança dos brinquedos, tais equipamentos estabelecem interações preferenciais com a infância.

Os materiais usados foram escolhidos no sentido de proporcionar facilidade de manutenção, qualidade e preços acessíveis ou provenientes de processo de reutilização (tal como o piso de borracha que foi realizado de esteira industrial usada e as tampinhas de refrigerante para mosaicos).

Tabela 2: Incorporação das sugestões das crianças relativas aos brinquedos.

SUGESTÕES	NÚMERO DE VEZES QUE APARECE	CONTEMPLADO NO PROJETO? (SIM / NÃO)
Casinha	10	s
Escorregador	4	s
Borrachão	2	n
Brinquedo	2	s (para alguns n)
Carrinho	2	n
Mesas para jogos	2	s
Balanço	1	n
Bola	1	n
Cobra	1	n
Elefante	1	n (s para as crianças)

Fonte: Dados consolidados pelo autor.

Passo, então, às apropriações dos equipamentos. A atividade lúdica é a principal forma como as crianças os utilizam. O significado impresso aos equipamentos se distingue especialmente a partir da categoria geracional. Alguns usos previstos para as crianças foram observados, mas também usos imprevistos.

Dentre os previstos para o **brinquedão**, é importante observar que embora os usos tenham sido previstos, as crianças o fazem de maneiras diversas, criando novas possibilidades. Dentre elas cito a prática de subir e descer, escorregar e escalar como funções visivelmente previstas e que estruturam o equipamento. Dessa maneira o utilizam para brincadeiras do tipo pega-pega, esconde-esconde, em que significa o “pique” ou a prisão. No entanto, as crianças realizam tais atividades com “jeito próprio”. Além de escorregarem no escorregador metálico, escorregam também no plano de borracha, de frente, de costas e até de pé. O mesmo ocorre com a atividade de escalar: praticam-na de frente, de costas e também de pé. Sentem-se orgulhosos de conseguirem realizar tais atividades de pé e exibem os progressos aos adultos.

Buscam sempre novas maneiras de se movimentarem pelo equipamento. Ainda no “brinquedão”, “passar no buraco” é um desafio para as menores. Sentam-se, deitam-se e conversam com jovens e adultos.

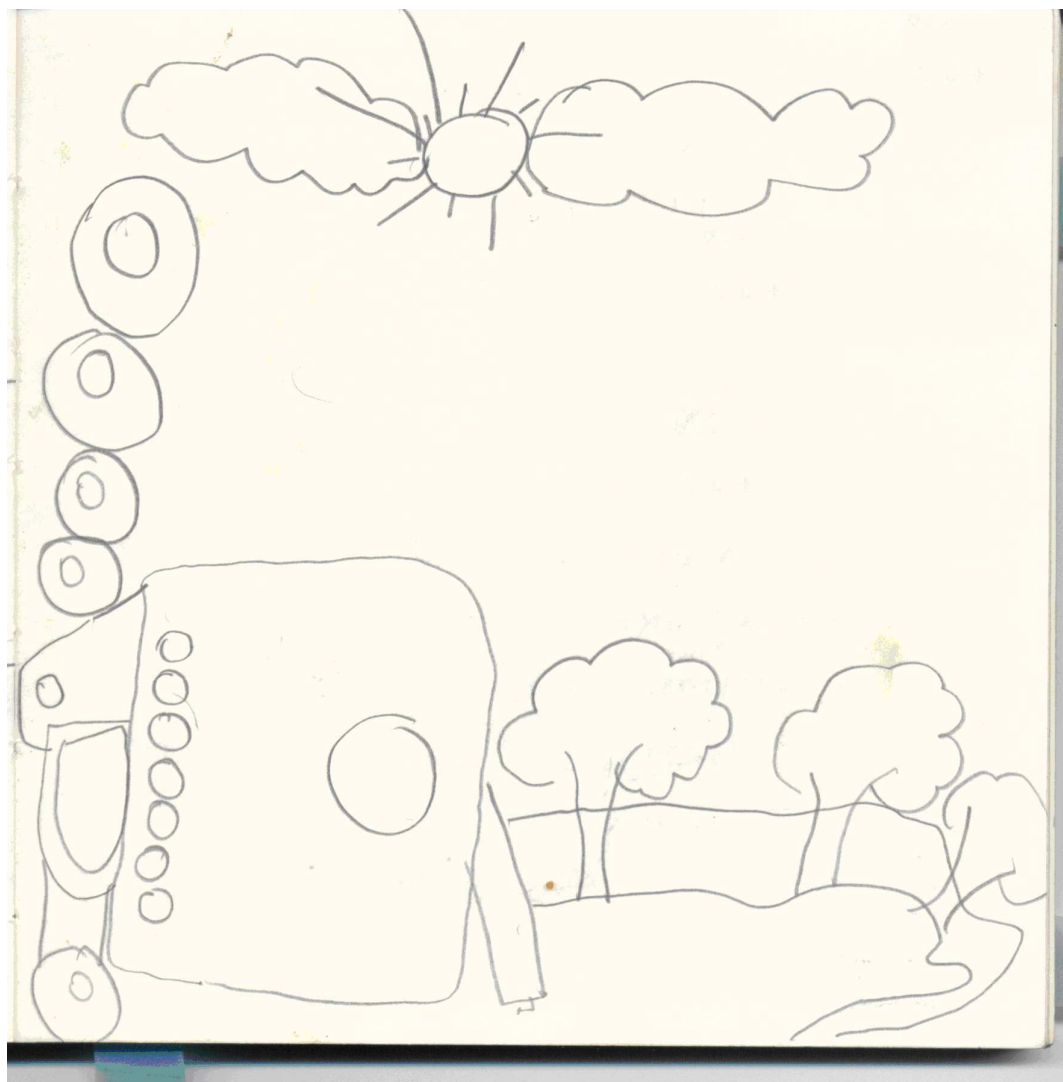


Figura 41: Desenho realizado por Sônia, em outubro de 2005, a partir da solicitação que desenhe a Praça.

O único registro da autora deste desenho é este, portanto, ela não mora por perto da Praça e nem mesmo a usa de forma regular. O retrato que faz da Praça coloca em primeiro plano alguns brinquedos, entre eles o “brinquedão”. Se considerarmos os brinquedos, objetos essencialmente infantis, tal representação associa o espaço público ao grupo geracional a que pertence. A clareza de seu desenho pode representar sua intenção de se comunicar com o pesquisador. Por outro lado, utiliza elementos estereotipados que pertencem à cultura infantil – o sol e as árvores – e dessa forma dialoga com a cultura adulta, aquela com a qual aprende a desenhar assim.

Inicialmente, não observei a brincadeira de casinha no “brinquedão”. Isso não ocorreu na maioria das ocasiões em que estava presente. Para minha surpresa, quando chovia ou quando anoitecia era que essa função aparecia, ou seja, em situações em que as crianças buscam abrigo.



Figura 42: Foto tirada ao anoitecer quando o brinquedão é usado como casinha. Novembro de 2005.

A foto revela papéis sociais na brincadeira: meninas dentro e meninos ao redor da casinha. O diálogo a seguir aconteceu quando, ao começar a choviscar, nos reunimos em baixo do

“brinquedão”. Participei como ouvinte e observador, portanto é importante relativizar os discursos das crianças.

- *É bom quando chove. Dá pra ficar ali embaixo. Dá pra brincar de casinha.*
 - *É bom pra quebrar a cara. Bom pra agarrar a mão naquele ferro ali.*
 - *Bom pra machucar, aquele buraco. Já relei as costas. É bom pra não subir na árvore.*
 - *Aquelas bolinhas é bom pra cair. Mesinha é bom pra estudar. Telefone é bom pra tampar a chuva. Pneu é bom pra sentar.*
 - *Árvore não é pra estragar.*
 - *Borracha é bom pra andar de bicicleta. É bom pra não machucar.*
 - *A pracinha não é bom pra estragar, é para brincar.*
 - ***A Pracinha é pública.***
 - *É da Prefeitura. Qualquer pessoa pode brincar.*
 - *A pracinha é bonita.*
 - *A pracinha antes era feia.*
 - *A pracinha é bom pra brincar.*
 - *A pracinha é muito boa.*
 - *Essa pracinha não é ruim, não.*
 - *A pracinha é bom pra dançar.*
 - *É boa pra pular corda.*
 - *Essas borrachas não é pra tirar.*
 - *As tampinhas não é pra estragar.*
 - *Os pneus é bom pra brincar.*
 - *Os pneus é bom pra mijar porque entra no cano.*
 - *A rua é bom pra desenhar.*
 - *A rua é bom pra brincar.*
 - *É boa pra virar (de carro).*
 - *Aquela bolinha é bom pra brincar.*
 - *A bunda do elefante é bom pra montar.*
 - *A mesinha é boa pra brincar de damas.*
 - *O passeio é bom pra andar.*
 - *O passeio é bom pra andar de patins.*
 - *Os desenhos é bom pra olhar.*
 - *A paredinha é bom pra escorregar.*
 - *A pracinha é bom pra namorar. Árvore é bom pra beijar.*
 - *O pessoal da pracinha é bom de conversar.*
 - *A escada é bom pra sentar e andar. E colocar panelinha.*
 - *A pracinha é ruim por causa deste buraco. Passa chuva.*
 - *O escalador é ruim pra quebrar o pescoço.*
 - *... isto aqui a gente bate a cabeça.*
 - *A pracinha é ruim por causa dos meninos destrói ela.*
- [Diálogo entre Nádia (9 anos), Joana (9 anos), Eloy (11 anos), Euler (5 anos), Luiz (7 anos) e Bruno (?)]

(Diário de Campo, feriado de 2/11/2005, grifo nosso)

Nesse diálogo é possível destacar alguns aspectos importantes para a análise da relação das crianças com o espaço da Praça e seus equipamentos, em especial o “brinquedão”. Esse diálogo espontâneo, mas com minha presença, foi provocado pela ocorrência da chuva, e

nesse momento o brinquedo foi usado como abrigo. Brincam com as palavras numa oralidade quase musical. Relatam os usos que fazem da Praça e seus perigos, expressos no machucar. Ao traçarem elogios à Praça e aos equipamentos, podiam estar querendo agradar ao pesquisador/arquiteto.

Passo, então, aos usos não previstos para o “brinquedão”. Os meninos utilizam sua parte inferior e entre os pilares como gol no futebol, bem como para urinar. Além disso, o equipamento para os maiores é suporte para acrobacias: pulam da parte mais alta até o chão, brincando com o perigo.



Figura 43: Foto em que aparece menino de 11 anos, pulando do brinquedão. Outubro de 2005.

Tal uso, ao gerar queda, põe em questão a qualidade do equipamento e torna o brinquedo assunto de polêmica local: para alguns adultos e jovens, as crianças preferem o escalador.

Para outros é perigoso (três crianças caíram); para outros é feio; para outros, ainda, “não serve para nada”. Sugerem abaixá-lo ou retirá-lo dali. Para Geraldo, ocupa espaço exagerado na Praça. Mônica (mãe de Luiz) diz que criança sobe em qualquer lugar e pode se machucar. Relata que seu filho havia quebrado de forma grave os dois braços em situações distintas: a primeira no futebol e a outra, brincando no sofá da casa.

Os adultos também o utilizam para outros fins. Ronaldo, tio de Gilberto, conta que já o utilizou como abrigo noturno, pois dormiu ali quando estava bêbado. Para alguns adultos, sua forma não indica ser um brinquedo.

A questão da segurança é assunto de destaque entre os adultos: é preocupação recorrente em todos os espaços projetados até o momento para crianças, sem exceção. No caso da Praça Jerimum, alguns questionam a segurança do “brinquedão” para as crianças, pois o consideram alto. Segundo informações dos próprios moradores, três crianças haviam caído desse equipamento desde sua inauguração, e um quebrou o braço (a característica de absorção de impacto do piso pode explicar esse fato).

O conflito me mobilizou no sentido de refletir se caberia nova intervenção física ali, momento em que a condição de planejador do espaço se mostrou conflitiva com a de pesquisador. Optei por tratar essa questão depois da realização da pesquisa, já que poderia interferir na relação que estabeleciam com o investigador. As irmãs Guta (16 anos) e Nádia (9), posteriormente, disseram-me que as crianças haviam aprendido a pular do “brinquedão”, que todos haviam aprendido e que agora todos pulam. Guta foi a que mais questionou o equipamento durante a pesquisa.

Todos os brinquedos são usados em brincadeiras como esconde-esconde, pega-pega, circuito, e ginkana. Estabelecem regras e objetivos próprios e razoavelmente bem definidos com base na lógica de competição coletiva. Para tal, é necessário que sejam definidos os papéis que inicialmente os jogadores ocuparão. Quem vai ser o chefe ou o pegador é uma disputa a parte. Segundo Fernandes (1979), as distribuições dos papéis sociais na brincadeira constituem um verdadeiro problema a ser resolvido no início de cada uma delas. Existem os papéis disputados e os repudiados. Tal disputa, bem como a formação de equipes, é resolvida pelas crianças, o que o autor chama de “formas de seleção”. Alguns exemplos observados: dois ou um, par ou ímpar, adedanha e dedos iguais. No entanto, esses papéis não são resolvidos de

forma totalmente neutra, através do jogo, mas ocorrem definições prévias que se relacionam, principalmente, com o poder exercido pelos mais velhos. Muitas vezes as crianças pequenas participam de forma distinta, sem interferir de forma decisiva no jogo. Ocupam o papel que chamam de “carta branca”, que pode significar uma maneira de incluir os pequenos, excluí-los ou de ensiná-los a brincar. Na maioria das situações observadas, as meninas propõem essas brincadeiras e os meninos aderem.

Especificamente no **escalador** escorregam e escalam como previsto, no entanto fazem fila para escorregarem juntos. Usam de forma imprevista a parte plana superior do equipamento como palco para encenações informais. Chamam os **anéis** de “bunda do elefante” muito provavelmente pela semelhança que esse equipamento tem com um “clássico” desenho infantil de um elefante de costas. Muitos dos desenhos realizados na Praça representam esse equipamento. Na “bunda do elefante” as crianças passam por dentro, somem aparecem, escalam e se equilibram.



Figura 44: Foto dos escaladores, escorregadores e “bundas do elefante”. Abril de 2004.

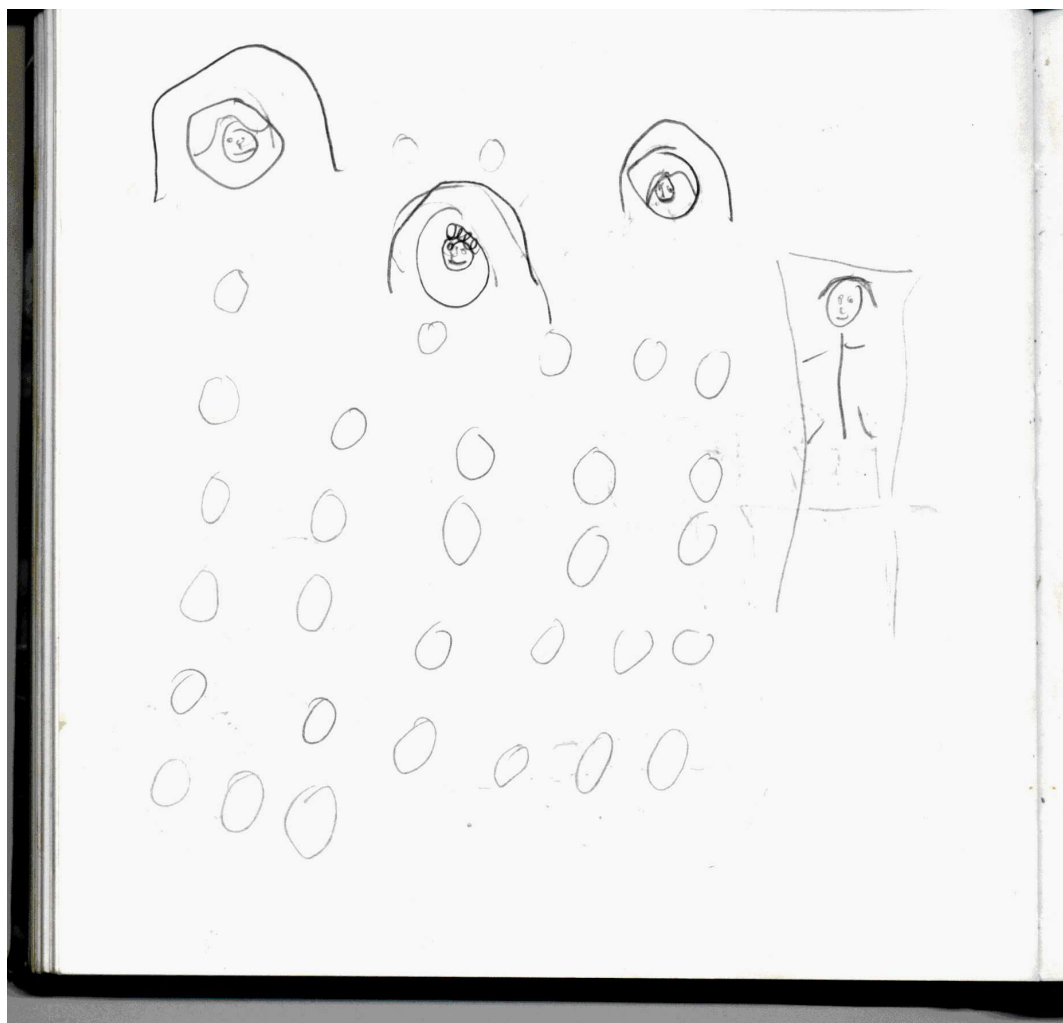


Figura 45: Desenho de Nádia, 9 anos realizado a partir da solicitação para que desenhe a Praça.
Setembro de 2005

A autora deste desenho, Nádia mora na vila bem próxima à Praça. Está sempre por ali, aproveita bem o espaço e seus equipamentos em momentos de lazer. É irmã de Guta, 16 anos, e ambas participaram do processo de elaboração da Praça. A representação que faz da Praça demonstra sua apropriação pelas crianças. Escolhe representar alguns brinquedos, dentre eles o “bunda do elefante”, e insere neles seus usuários: meninos e meninas.

Nos **pneus** brincam de pula-carniça, contam os números pintados e utilizam as cores para criar regras e brincadeiras do tipo “não pode pisar no vermelho, no verde etc.” Quando lhes perguntei sobre a idade, correram para o pneu que tem o número correspondente pintado. Utilizam a sua altura superior à do piso na brincadeira de pique-alto e para chamar os amigos.

Os jogos de damas são realizados, especialmente, embora não de forma exclusiva, pelos meninos, utilizando as **mesinhas**. Tal equipamento é suporte também para o tapão, e o mico, em que os meninos utilizam cartões telefônicos e cartas de diversos jogos. No caso do jogo de damas, pude atestar a perícia dos jogadores, pois, ao ser convidado para jogar, supus que iria vencê-los, e fui derrotado por Eloy (11 anos). Perguntei-lhes como aprenderam e disseram que foi os irmãos e os amigos na Praça os ensinaram. Além desses usos, as mesinhas são utilizadas de forma não prevista pelo grupo feminino. Levam cadernos e revistas para a Praça. Recortam, colam, escrevem, desenharam, pintam e fazem ali o “Para casa” utilizando o espaço público como extensão da moradia. Provavelmente, se as mesinhas não existissem, não teria ocorrido a apropriação do meu caderno para os desenhos durante a observação.



Figura 46: Meninos pequenos jogam tapão nas mesinhas. Dezembro de 2005.

- **Equipamentos do ambiente apropriados de forma imprevista para a brincadeira**

Embora sejam os que mais aproveitam a Praça e seus equipamentos, alguns meninos entre 10 e 11 anos, sob o comando de Geraldo (14 anos), questionam o “brinquedão” e dizem que na Praça não tem brinquedos. O jovem sugere a colocação de brinquedos de movimento (gira-gira, balancinho, etc.). “A **árvore** é o melhor brinquedo!” dizem. Tal discurso pode revelar tanto a escolha de um equipamento natural, em oposição aos industrializados, quanto uma provocação, um jogo com o profissional/pesquisador, que os produziu.

Os **guarda-corpos metálicos** das escadas viram barras para acrobacias; o **telefone público** vira brinquedo. As crianças discam um número que se inicia com 0800 e ouvem gravação no idioma japonês. Tal apropriação revela a capacidade das crianças de transformar objetos do cotidiano em brinquedo, atitude que, curiosamente, é praticada por meninos de outras regiões da cidade, exemplificando como a cultura infantil pode ser transmitida através da oralidade em contexto especificamente infantil; as **cores** presentes no espaço e nos equipamentos sugerem a brincadeira. A mais freqüente é a brincadeira “elefante colorido”, em que o pegador define uma cor e os outros só ficam “a salvo” quando se encostam nela. Para isso, utilizam especialmente os pneus e o painel em mosaico de cerâmica.



Figura 25: Desenho feito por Janaina, 7 anos, em julho de 2005.

Ao ser solicitada para desenhar a Praça, Janaína, 7 anos, tal como outras crianças, desenhou alguns equipamentos da Praça. Nesse caso, pode-se observar as mesinhas onde desenhavam e brincavam, os pneus onde pulavam, a arquibancada e o telefone público que, apesar de sua função específica, foi apropriado de maneira imprevista pelas crianças como brinquedo.



Figura 48: Nádia, 9 anos, desenha a Praça e destaca alguns de seus elementos. Outubro de 2005.

Este desenho realizado por Nádia em outubro de 2005, representa a Praça pelo mesmo ângulo que o desenho anteriormente apresentado, no entanto foram realizados em ocasiões diferentes. Nessa ocasião, as crianças foram solicitadas a desenhar a Praça, e ela escolheu representar alguns de seus equipamentos, alguns brinquedos e alguns dos equipamentos apropriados pelas crianças para a atividade lúdica. A escolha de representar os pneus e a mesinha confirma a apropriação infantil da Praça e acrescenta alguns elementos apropriados pelas crianças para a brincadeira: o telefone público e a escada com seus guarda-corpos metálicos. Traz para o desenho um elemento da literatura infantil especialmente utilizado em escolas, *A margarida friorenta*, de Fernanda Lopes de Almeida e ilustrações de Lila Figueiredo.



Figura 49: Foto de canto da Praça escolhido para ser representado pelos meninos. Abril de 2005.

O corpo e a brincadeira

Figura 50: Foto de meninas sentadas no brinquedão. Novembro de 2005.

O corpo se apresenta como suporte da alteridade, da diferença, a partir do qual se alteram os papéis sociais e, portanto, a cultura lúdica sofre os reflexos. Categoria universal das culturas infantis, o gênero se constitui em elemento definidor de redes de sociabilidades distintas em grupos etários homogêneos. O grupo observado pode ser tomado como exemplo. Enquanto as meninas dançam, os meninos “dão porrada”.

No quadro de relações sociais complexas, as categorias gênero, idade e classe social são inseparáveis das posições relativas de poder e dominância. (FERREIRA, 2004). Brincando, as crianças constroem ativamente seu papel de gênero e, tal como nos espaços sociais do adulto, é lugar de conflito. “[...] atualizam estereótipos masculinos e femininos [...]” (FERREIRA, 2004, p. 261). Para Ferreira, a “casa” é o ponto de partida para a análise da organização feminina na sociedade e, portanto na brincadeira, enquanto que o espaço dos jogos e particularmente os jogos-trabalho definem as “fronteiras exclusivas de gênero” masculino. Na

brincadeira a ordem social de gênero é “construída, negociada, afirmada, derrubada, transformada ou mantida” (p. 263).

Voltando aos conceitos de Brougère (1997, p. 81), “a brincadeira aparece como o lugar da experimentação da identidade sexual e tende, algumas vezes, a reforçar as diferenças, mesmo quando elas são parcialmente suavizadas na sociedade [...]”.

Na Praça Jerimum, o confinamento e o uso de força física são estratégias educativas utilizadas pelos adultos com relação às crianças, no intuito de discipliná-las, de controlá-las. Quando Janaina não faz o “Para casa”, sua mãe não a deixa sair. A avó de Luiz, ciente da importância que o menino confere à brincadeira na Praça utiliza deste recurso:

Eu te conserto. Você ainda está muito novo, ainda te conserto. Se você pegar uma pedra ou vir com conversa fiada, te coloco lá dentro e você fica a tarde toda. (Diário de Campo, 22/10/2005).

No contexto da pesquisa, as meninas praticam diversos jogos, tais como esconde-esconde, pega-pega, elefante colorido, queimada e cobra-cega, além das brincadeiras que envolvem música, tais como a roda e a brincadeira “de mãos”. Algumas destas foram praticadas apenas pelas meninas, na maioria das situações observadas, com a participação dos meninos, incorporados ao longo da atividade. O espaço da Praça e seus equipamentos são bastante utilizados para essas brincadeiras. Correm de um lado para o outro, sobem e descem nos pneus, escondem, aparecem, escalam e escorregam várias vezes, pulam da arquibancada. A parte plana é utilizada para a peteca, a queimada e jogos com bola, em especial o futebol dos meninos. Sentam-se em roda no piso central da Praça para o “passa-anel”. Pulam, dão cambalhotas e deitam na borracha. As formas de brincar marcam as identidades de gênero, faixa etária e condição social, e a partir dessas atividades formam redes de sociabilidades distintas, tendo a brincadeira como elemento unificador. Em alguns momentos brincam meninas contra meninos.

Para algumas meninas, a Praça Jerimum é a extensão do espaço doméstico, pois a utilizam para atividades que realizam em suas moradias e também reproduzem/interpretam nas brincadeiras algumas das tarefas cotidianas que realizam. “Brincam de fazer coisas de verdade” (Nunes, 2000) quando cuidam da limpeza da Praça, varrendo e recolhendo a sujeira.

As meninas introduzem as crianças pequenas nas brincadeiras e os tratam como “filhinhos” na brincadeira do tipo “faz-de-conta”. Reinterpretam as relações de poder oriundas dos mais velhos ao se relacionarem com os mais novos. Algumas são impedidas de brincar em certas circunstâncias e ajudam nas tarefas domésticas, tais como na lavagem da roupa e nos cuidados com os mais novos e com os idosos. A “autonomia de mobilidade no espaço” é limitada, e algumas são impedidas até mesmo de freqüentar a casa das amigas. Podem brincar no espaço público, mas não podem na casa dos amigos. Nesse aspecto, a brincadeira dessas crianças se apresenta de maneira distinta com relação ao brincar das camadas médias urbanas, que são incentivadas a brincar nos espaços privados, e não nos espaços públicos. As mães de algumas crianças da Praça dizem que temem que se percam no caminho, apesar da proximidade. Talvez não seja o principal motivo para a proibição, pois esse argumento pode ser uma estratégia adulta para não revelar os reais motivos da proibição.

A dança é atividade essencialmente feminina e nela ocorre a interação entre meninas de diversas faixas etárias, em especial as crianças e jovens. Janaína, 7 anos, se diz bailarina, apesar de não freqüentar aulas de balé, o que pode representar o imaginário infantil feminino, bem como o desejo de brincar com seu corpo. Como elemento tradicional proveniente de festas populares aparece a quadrilha, coordenada por uma mãe que ensaia os meninos e as meninas na Praça, para a apresentação em festa junina do bairro.

A influência das mídias é observada nas danças: as jovens se intercalam entre “um tapinha não dói” e “boladona”, canções contendo letra de forte apelo sexual, característica do estilo denominado *funk* carioca e o pagode, estilo que alcançou um espaço importante nas culturas de massa ao “adaptar” o tradicional ritmo brasileiro – o samba. As meninas incorporam esses elementos da cultura de massa e utilizam o desnível do piso, os pneus e as mesinhas como palco para suas apresentações, que descrevo a seguir.

Alice e Andréa, gêmeas de 10 anos, Carla 6 anos e Débora de 9 anos moram “no beco”. Eu as encontrei na Praça apenas no Dia das Crianças; não as conhecia anteriormente. O grupo parecia bem coeso e demonstrava intimidade. As quatro meninas escolheram o *funk* carioca como estilo musical e começaram a dançar na Praça.

Os bailes *funk* surgiram no Rio de Janeiro e acontecem todos os finais de semana, em discotecas espalhadas por diversos bairros da periferia da cidade, para onde vão especialmente

jovens das camadas populares. Para Viana Jr. (1987), “a existência de bailes, no Rio, dedicados ao *hip hop*, é um sinal de desobediência” à idéia de indústria cultural fonográfica hegemônica. Para tal estilo não existe estratégia de mercado, nem mesmo nos Estados Unidos, origem dele. Os jovens brasileiros o descobriram sem influência externa: “Foram buscar o *funk* eletrônico nova-iorquino por conta própria, tendo inteira responsabilidade sobre esse ato.” (VIANA JR., 1987, p. 131). O autor ressalta, no entanto, que pensar que a opção é livre seria uma ilusão ou uma ingenuidade, pois os Estados Unidos são o divulgador de novos comportamentos para o resto do mundo, resultado da sua posição na organização econômica internacional.

Mas se existe o tão denunciado imperialismo cultural norte-americano, esse é um fenômeno bem mais complexo do que rezam as cartilhas dos partidos políticos nacionalistas. O modelo de comportamento (no caso da música, não no da roupa ou da dança) do mundo *funk* carioca é uma minoria marginalizada dentro das metrópoles dos EUA, com uma longa história de luta política contra o ‘poder WASP’,⁷ que, pelo menos em tese, é quem exporta os modismos culturais para o resto do planeta. Seria também uma ingenuidade pensar que ao ‘Estado norte-americano’ interessaria impor a outros países o estilo de vida de seus ‘inimigos internos’. [...] O *hip hop* corta etapas e intermediários. A importação cultural é feita diretamente e o modelo que foi escolhido para ser ‘copiado’ não tem nada a ver com o modelo *new wave* venerado pelos roqueiros zona-sulistas. (VIANA JR., 1987, p. 131-133)

Em 1987, época desta pesquisa, a música que tocava nos bailes eram todas importadas. Atualmente, além de a maioria das músicas ser nacional, o estilo musical e seus intérpretes são muito famosos e as canções são tocadas em todo o Brasil, até mesmo em discotecas de elite das grandes metrópoles. Seus autores são jovens da periferia urbana. “Um tapinha não dói” é de autoria de Falcão Jr., e “Boladona” é Tati Quebra-Barraco quem a compôs e a interpreta. Além deles, diversos outros artistas fazem parte do grupo de músicos que compõe e canta o *funk* carioca, que tem como uma das características as letras pornográficas. Sobre Tati, o sítio eletrônico publica: “A veiculadora dos versos de sexo livre e mais que explícito afronta regras de conduta social por minuto; atinge sem controle crianças, jovens e adultos de seu gueto e de outros guetos”.⁸

Poderia especular que se por um lado o corpo é utilizado com finalidade de controle pelos que detêm o poder (FOUCAULT, 1988), os sujeitos produzem outros usos e significados. Na

⁷ Sigla para White, Anglo-Saxon, Protestant (Branco, anglo-saxônico, protestante).

⁸ Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u45177.shtml>> Acesso em 31 out 2006.

Praça, é utilizado pelas meninas para reproduzir uma identidade de gênero e dialogar com códigos do consumo. A imagem idealizada de menina (e também de moça) é distante dos gestos sensuais da dança escolhida pelas quatro meninas. Talvez seja mais próxima das “cantigas de roda” ou da tradicional quadrilha, ou até da capoeira se considerarmos apenas as atividades relacionadas à música e à dança. Ao mesmo tempo reproduzem e introjetam uma representação sexualizada do gênero feminino. As meninas apropriam-se do espaço para reproduzir elementos da cultura adulta brasileira contemporânea, no entanto fazem-no imprimindo-lhe significados próprios. A mesma dança assume diferentes significados para os adultos, para as crianças e para o pesquisador.

Corpo, brincadeira e desenho se confundem na Praça, onde as crianças expressam seus sentimentos e, por meio dos desenhos, marcam presença nas relações. Desenham a si próprios, os amigos e o ambiente onde vivem. O ambiente torna-se cenário e objeto da expressão. Retiram dele seus elementos para o desenho, assim como emprestam seus corpos para a impressão dos significados. Sem meio-termo, inteiros. Assinam autoria no lugar, fixam território, constroem suas identidades relacionadas ao grupo que o frequenta e o constrói de maneira coletiva. A Praça Jerimum é das crianças.



Figura 51: A seqüência de fotos revela a brincadeira de desenhar o corpo da amiga no asfalto com pedaços de tijolos de cerâmica. Uma, depois a outra, enquanto o menor assiste à cena com curiosidade. Marcam a Praça, se marcam e se identificam com o lugar. Novembro de 2005.

Um grupo de meninos se apresenta com autonomia de mobilidade⁹ bastante definida. Formam um grupo coeso, que está sempre junto, entre pares e escolhe atividades que o identifica na comunidade. A porradinha, o jogo de damas e o pegar traseira no caminhão são algumas delas. “Algo que se mostra comum é a formação de grupos de convivência na rua, que funcionam como uma forma de identificação e proteção. Ser de um grupo é garantir algum respeito, é apresentar-se dentro de alguma hierarquia” (DEBORTOLI, 1995, p. 85).

Estranhei inicialmente a porradinha: considerei-a violenta. Trata-se de um jogo que simula uma luta física contendo elementos de força física, criatividade e regra. Realizada especialmente entre meninos, na sua maioria entre 10 e 12 ou 13 anos, e um jovem de 14 ou 15 que se opõe aos demais. Os menores do que esses criam grupos independentes, de iniciantes. É constituída por movimentos provenientes da capoeira, do circo ou até da ginástica olímpica, dentre eles os mortais, estrelas e paradas de mão, o que realizam muito bem. Porém, quando lhes perguntei se tiveram aulas, disseram que não. Os participantes formam um grupo razoavelmente homogêneo e constante. Apenas em uma situação observei uma menina na brincadeira, mesmo assim, os outros todos eram seus irmãos. Durante o período da observação, não desenham no meu caderno.



Figura 52: Crianças pequenas participando da porradinha. Dezembro de 2005.

⁹ Cf. conceito de Carlos Neto.

Ao relativizar a consideração de ser o brinquedo de guerra prejudicial às crianças Brougère (1997, p. 87) questiona: “Como fazer para a criança entrar no nosso mundo tal como este é e não como deveria ser? A brincadeira é, sem dúvida um dos meios para situá-la diante deste mundo”.

As regras existem, mas os limites são tênues. O objetivo do jogo é impedir o movimento do oponente até que este assuma que foi vencido e peça “pinico”. Algumas vezes reclamam de dor e falta de ar, causados pelo estrangulamento. Socos, chutes e pontapés são golpes que complementam a luta. Normalmente não ultrapassam os limites, mas brincam nessa fronteira entre a luta e o jogo. Quando ultrapassam, ou seja, quando alguém reclama de dor ou falta de ar, os outros participantes chamam a atenção do companheiro e os limites voltam a ser respeitados. Permanecem longo tempo na brincadeira. Usam o “brinquedão” como suporte, como apoio para as acrobacias. Creio que a borracha estimula e propicia a brincadeira, uma vez que amortece o impacto e não arranha, além de ser citado por eles em alguns diálogos.



Figura 53: A brincadeira de porradinha registra traços provenientes da capoeira. Outubro de 2005.



Figura 54: Criança fazendo acrobacia. Outubro de 2005.



Figura 55: Criança utilizando o brinquedão para acrobacia. Novembro de 2005.

Geraldo (14 anos) e Kleiton (15) lutam contra os menores. Pode ser considerado um rito de passagem: o mais velho ensina ao mais novo a se defender, a brigar, a suportar a dor. É proibido chorar. O grupo estabelece conflitos com os adultos e reclamam do arame na árvore. Quando aparece algum menino novo, os outros o chamam inicialmente para briga, “depois ficam amigos” (Marcos, 8 anos). No entanto, os códigos do jogo não são claros para todos. Paco (11 anos), que não mora na Praça e não brinca de “porradinha”, se sente ameaçado por esse grupo, se distingue dos meninos dali, chama-os de “pivetes” e apelida Joana de “bombril”. Assim é que, se no espaço próximo, os moradores do bairro, no convívio com os moradores da favela vizinha, definem uma identidade marcada por uma situação privilegiada, em que denominam as crianças da favela de pivete.

Em sua descrição sobre meninos e meninas moradores de uma vila em Belo Horizonte, Debortoli (1995, p. 71) observa que os meninos

Permanentemente parecem afirmar que tudo aquilo que se vê e pensa das ‘crianças de favela’, particularmente, não diz respeito a elas, que com cada um é diferente. [...] As outras crianças da favela são os ‘pivetes’. Pivete é um

conceito construído socialmente: estigma imposto às crianças (principalmente às negras) oriundas das camadas populares.

Em conversa informal, contam que quase todos moram “ali mesmo”, com exceção de um deles, que mora na Rua C, local de violência, como relata o grupo. Contam que os “bandidos” não entram na Praça e que todos os reconhecem. Estabelecer ou não uma relação com eles é uma questão discutida. Questionam o “brinquedão”.

Quando pegam a traseira de caminhões, a autonomia que esses meninos vivem é alargada para além do espaço da Praça e do bairro. Vão até a Estação do Barreiro na traseira do caminhão e depois pegam carona em ônibus. No espaço da Estação, onde circulam muitas pessoas, tornam-se anônimos e ocupam papéis sociais diversos do “pedaço” onde todos os reconhecem. Ali assumem o papel de crianças pedintes, embora no diálogo sejam reticentes em reconhecer essa atividade, como se verifica no trecho da entrevista realizada na Praça (em negrito, a transcrição da fala do entrevistador):

Marcos – *Às vezes nós vai pra escola, às vezes nós sai.*

Pra onde vocês vão quando vocês saem?

Marcos – *A gente pega ônibus.*

E vai pra onde?

Marcos – *Pra estação.*

Ham?

Marcos – *Pra estação.*

Pra estação? Qual estação?

Marcos – *Do Barreiro.*

Fazer o que lá?

Marcos – *Uai, ir lá pegar carona em ônibus.*

E vai pra onde?

Marcos – *Pra onde tiver indo nós vamos.*

Mas você chega aonde?

Marcos – *A gente chega lá pela lanchonete da estação Barreiro.*

Lá tem uma lanchonete, lá? Aí vocês vão lanchar lá? É isso?

Marcos – *É. Já teve vez de ficar pedindo coisas pros outros.*

Vocês ficam pedindo coisas aos outros?

Eloy – *Da outra vez que eu fui com esses meninos...*

Vocês ficam pedindo coisas aos outros?

Eloy – *Não, a gente não pede nada não, o irmão dele pede (palavra incompreendida).*

Ah, é? Ele pede coisa aos outros lá?

Marcos – *Pede.*

Fica pedindo?

Marcos – *Ele pede, agradece e vai.*

Ah, ele pede, mas agradece e você pede e não...

Marcos – *Eu agradeço sim, mentira!*

E você, pede também Eloy, lá?

Eloy – *Não, eles pediu foi o moço da padaria, foi seu irmão.*

Marcos – *Que meu irmão!*

Eloy – *Pergunta ele depois então!* (Entrevista com Marcos e Eloy, ambos de 11 anos, em 3/12/2005, grifos nossos)

Fica a questão sobre o significado de “pedir” para essas crianças. Podemos interpretá-la como teatralização de seu lugar social de sujeito pertencente a camadas excluídas do acesso a bens de consumo. É na interação com o outro, os anônimos que freqüentam a Estação, que as crianças desenvolvem tal atividade, num espaço distinto e distante geograficamente de seu *locus*. É na interação com sujeitos em situação de consumo, em espaços de consumo (padaria e lanchonete) que as crianças tematizam seu lugar social. Lugar definido pela ambigüidade, já que, apesar de sua origem social, definida pela inserção nas camadas pobres urbanas, não são desprovidos de condição de sobrevivência, não são pedintes. A diversidade e a ambigüidade da definição do pertencimento social do indivíduo, inscrito numa complexa geografia urbana, é que as crianças parecem buscar compreender ao teatralizá-la numa atividade simbólica.

Segundo Parga (2004), ao analisar a problemática da criança moradora de rua, nas metrópoles contemporâneas, em sua conformação original, a rua é tida como um espaço adulto e público, em que ocorrem relações sociais, econômicas e políticas das quais a criança deve estar ausente. No entanto, exerce poderosa atração e fascínio sobre os pequenos. Se pensarmos que a sociedade transfere suas violências para a instância familiar, o autor questiona

[...] porque a criança foge das violências e perigos familiares, para salvar-se em um espaço social da rua, não menos violento e perigoso que o ambiente familiar e certamente menos adequado ou conveniente à sua condição infantil.¹⁰ (PARGA, 2004, p. 148, tradução nossa).

E tenta responder, ao afirmar que as crianças de rua fogem das frustrações familiares e infantis provocadas pelas relações que se estabelecem em sua própria família, para elegerem de forma autônoma outras condições de vida. Abandonando a família e se estabelecendo na rua, a criança foge de sua condição infantil amadurecendo de forma precipitada ao experimentar na rua questões próprias da vida adulta, tais como a sobrevivência. Não só vivem nas ruas, mas também sobrevivem nas ruas. Mas ressalta que a criança não abandona a casa da família quando encontra nesse grupo seu lugar como criança, como filho, mas quando

¹⁰ [...] *por qué el niño huye de las violencias y peligros familiares, para salvarse en un espacio social, el de la calle, no menos violento y peligroso que el ambiente familiar y ciertamente menos adecuado o conveniente a su condición infantil.*

esse espaço não se apresenta como família, apesar de ser constituída pelas figuras do pai e/ou mãe e irmãos (PARGA, 2004).

As crianças observadas têm com a rua outra relação. Para Parga (2004), existem diferentes níveis de *callejización infantil*. Toma emprestado de Lucchini (*apud* PARGA, 2004) as colocações relativas às dimensões desse processo: a que diz do tempo de permanência (continuada ou por intervalos) e condições de vida na rua e a outra à maior ou menor persistência de relações familiares ou o estabelecimento de novas relações sociais, e acrescenta outros sistemas de registros explicativos: os que relacionam as formas de saída da casa, ou seja, se ocorreu como resultado de expulsão brutal, por própria decisão, de forma brusca ou progressiva.

No diálogo transcrito acima, a condição conflituosa de *callejizacion* é explicitada pelos meninos. Ao não assumir o papel do pedinte, associando-o ao irmão do amigo (mais novo?), Eloy considera essa atividade de maneira negativa. No entanto, participa de atividades como pegar traseira do caminhão, citada na entrevista acima como uma brincadeira. Essas brincadeiras, tais como a porradinha, o pular do “brinquedão”, o *funk* carioca e as versões escatológicas de canções infantis poderiam ser analisadas como formas de testar os limites ao transgredirem as regras provenientes da disciplina imposta pelos adultos, ressignificando a realidade. As crianças o fazem atribuindo um caráter lúdico às atividades, tornando-as parte das culturas das infâncias daquele contexto. Ao participar dessas atividades, parecem transgredir a ordem adulta.

A questão aparece também na interação que as crianças estabelecem com o pesquisador. O ato de pedir aparece nos momentos da observação, praticados especialmente por crianças pequenas. Exigem minha atenção, pedem para ser fotografados, para andar de carro, brinquedo e dinheiro. O lugar do pesquisador parece estar associado à representação que tais crianças têm das camadas médias, atribuindo-lhe a função de exercerem práticas caritativas e filantrópicas. O “pedir” traz para a pesquisa a expressão da realidade vivida pelas crianças, na interação com os adultos das camadas dominantes. No caso, se confrontam relações de poder econômico e geracional definidos pela alteridade entre o pesquisador adulto, de classe média, diante de sujeitos pertencentes a um lugar social duplamente desqualificado: o de crianças pobres. A estratégia do apelo infantil à solidariedade por meio da exposição de sua realidade e conseqüente constrangimento é uma forma de tematizar sua condição social, explorando

simbolicamente seu significado e estabelecendo um jogo com o outro, seja este o pesquisador ou o anônimo que frequenta um espaço público socialmente mais valorizado.

As brincadeiras de pedir, ajudar em obras ou varrer a Praça poderiam ser classificadas como “brincar de fazer coisas de verdade”, tal como Nunes descreve as atividades de crianças indígenas, contexto em que as brincadeiras se confundem com as tarefas domésticas e outras atividades produtivas:

O fato de ser tudo de verdade não impede a presença do lúdico, ainda que por vezes esteja dissimulado pela responsabilidade que também é preciso assumir. (NUNES, 2000, p. 74)

Contrariamente aos adultos, entre brincar e fazer coisas sérias não há distinção, sendo o brincar muito do que as crianças fazem de mais sério. (SARMENTO, 2004, p. 25)

É preciso tratar com seriedade aquilo que é sério. (PLATÃO *apud* HUIZINGA, 2004, p. 22)



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, busquei estabelecer uma interlocução entre os ramos da arquitetura e da educação ao analisar as apropriações dos espaços livres urbanos públicos contemporâneos por sujeitos definidos por uma identidade geracional: crianças que vivem o tempo da infância. Tal recorte, nas sociedades contemporâneas, define-se pela produção de práticas culturais dotadas de singularidade, em que se destaca o brincar. Como profissional da arquitetura, privilegiei a análise da relação com o espaço, por usuários de um local público de lazer (uma praça), na construção de práticas lúdicas, avaliando as possibilidades e limites nas formas de apropriação. Os resultados indicam como os espaços informam práticas e processos de transmissão de conhecimentos, em função das condições de sua produção e apropriação.

A análise da literatura revelou que na formulação de propostas de planejamento de espaços, afirmam-se perspectivas teóricas e sistemas de valores. Historicamente, o planejamento espacial foi muitas vezes utilizado como estratégia de controle social, em que programas de intervenção urbana constituíram-se como dispositivos com conteúdo disciplinar. No entanto, é possível afirmar que o sujeito modifica o espaço ao utilizá-lo, ultrapassando as previsões de seus planejadores.

Tendo como objeto principal da pesquisa as atividades de lazer que ocorrem no espaço livre da cidade contemporânea, verificou-se que tal temática envolve um olhar multidisciplinar no qual diversas disciplinas formulam suas contribuições. Na pesquisa bibliográfica constou dados, principalmente, das áreas de urbanismo, ciências sociais e de estudos da infância, com o intuito de entender alguns dos significados impressos ao espaço público urbano pelos sujeitos. No entanto, os campos da geografia e dos estudos do lazer, áreas nas quais é discutida a temática, foram rapidamente tratados, o que aponta para a possibilidade de pesquisas futuras, em que o diálogo multidisciplinar se ampliaria.

Os significados conferidos aos espaços públicos se alteram historicamente, e alguns deles foram tratados aqui. Lugar do desvio, do evento coletivo, do encontro, do homem, do adulto, do branco, do rico. Em diversos contextos contemporâneos é associado ao lugar do perigo e de ninguém. No entanto, tais generalizações se tornam infundadas quando são analisados contextos específicos, tal como o caso tratado nesta pesquisa.

É possível afirmar que o espaço público, apesar dos riscos que envolvem seus usos nos contextos metropolitanos brasileiros, ainda exerce atração nas crianças e é cenário para a

transmissão cultural, onde conhecimentos são transportados no tempo e no espaço por meio da oralidade e da brincadeira.

A cultura lúdica infantil se desenvolve, é preservada e modificada no espaço livre urbano público por meio de processos de apropriação pelos sujeitos. Brincar é o contexto em que as crianças aprendem a interagir, a dialogar, ou seja, uma oportunidade para o exercício da sociabilidade infantil, permitindo a interpretação da realidade por meio da interação lúdica. No entanto, ao tratar de questões relativas à infância nos espaços urbanos, foi possível concluir que instâncias públicas, familiares, educacionais, comerciais, religiosas, acadêmicas, fatores históricos e as mídias transmitem e alteram as formas de brincar, bem como contribuem com o patrimônio do lúdico infantil. Por outro lado, as crianças reinterpretam a cultura adulta, a modificam e criam a sua própria cultura, expressão de seu grupo geracional, nos espaços metropolitanos, com base na interação com a cultura mais ampla, identificada com o mundo adulto.

Os dados levantados no momento de construção da Praça Jerimum apontam a diversidade dos discursos dos atores presentes na sua construção: o Poder Público, o arquiteto e as famílias moradoras na Praça. Na tentativa de garantir o lazer infantil, a administração municipal entende a infância como sujeito de direitos, inserida em unidade básica de organização: a família. O arquiteto, ao dialogar com as teorias pedagógicas vigentes, entende a brincadeira como atividade que permite o desenvolvimento de funções pedagógicas, daí ser a infância o sujeito da educação. Apesar da importância conferida à atividade lúdica infantil, as famílias privilegiam questões relativas à infra-estrutura local e a segurança. Para as próprias crianças a infância é simplesmente o tempo de brincar.

Por meio da metodologia da observação participante foi possível levantar dados que apontam para a questão da apropriação da Praça. Se, inicialmente, parecia que a Praça não era utilizada, os dados coletados confirmam que os seus usos são realizados nos tempos livres, ou seja, nos finais da tarde e nos finais de semana, o que podemos concluir que a Praça Jerimum foi apropriada especialmente para o lazer dos moradores que habitam seu entorno. As formas de uso do espaço e o tempo destinado diferenciavam-se em razão da inserção em grupos sociais, geracionais e de gêneros diferenciados. Assim é que as famílias e crianças usuárias priorizam as atividades de lazer em detrimento de outras em seu tempo livre e, dessa forma, ocupam e modificam a Praça. As mulheres ocupam o espaço para algumas atividades, tais

como o bate-papo com vizinhos e alguns jogos, mas a figura masculina adulta em atividades de lazer é pouco freqüente no espaço.

No caso estudado, a dualidade entre o público e o privado se dilui. O espaço da Praça é a extensão das casas dos usuários, em graus diferenciados, relacionados a fatores tais como a existência de crianças na família, a proximidade com o local e a inserção familiar nos grupos religiosos. Pode-se afirmar que os moradores não só usam a Praça, como também cuidam dela, ou seja, assumem postura de guardiões do espaço sem, no entanto, privatizá-la. Por outro lado, ao relacionar a reforma da Praça com as melhorias nas casas, os moradores confirmam teorias provenientes do urbanismo, a “acupuntura urbana”, que diz que pequenas obras de urbanização podem gerar investimentos privados nas edificações. Se, por um lado, essa atitude representa o compromisso de assumir a Praça como espaço coletivo e não como espaço de ninguém, por outro os adultos tentam controlar as atividades das crianças e dos jovens. No exercício da sociabilidade definida pela condição de vizinhança, os moradores, apesar dos conflitos, conseguiram construir uma identidade coletiva, na luta por condições de moradia e qualidade de vida, por garantir condições de segurança, questão privilegiada pelos adultos.

Os brinquedos presentes no ambiente imprimem identidade relacionada ao grupo geracional infantil no lugar. Os jogos e as brincadeiras ocupam a maior parte do tempo-espaço disponível. É ali que se desenvolvem as redes de sociabilidades infantis entre vizinhos, distintas daquelas originadas na escola, na família ou em outros espaços. A Praça é cenário para a troca de conhecimentos e compartilhamento de experiências entre pares, com mais velhos e mais novos, num diálogo intergeracional e intrageracional. A unidade espacial, nesse caso, define sociabilidades próprias, configurando grupos infantis da Praça.

No entanto, ao se considerar o quadro de relações sociais complexas, próprias da sociedade contemporânea, as categorias gênero, idade e classe social são inseparáveis das posições relativas de poder e de dominância. As brincadeiras apresentam distinção clara a partir do pertencimento relativo aos grupos que constituem a infância local. As crianças pequenas usam a Praça em tempos diferentes dos tempos dos maiores. O tempo livre é maior e mais flexível, o que dá oportunidade à brincadeira na companhia de adultos, por isso sofrem maior controle por parte deles. Já para os maiores, brincar é meio de interação, especialmente entre pares. O

local é produzido e apropriado para o lazer, principalmente por esses grupos, e seu uso é determinado, principalmente, pela liberdade de escolha e pela gratuidade.

Quanto ao gênero das crianças, foi possível observar distinções relativas às apropriações da Praça. Para as meninas, é a extensão do espaço doméstico, pois utilizam o espaço para atividades que realizam em suas moradias e também reproduzem e interpretam nas brincadeiras algumas das tarefas cotidianas que realizam. O controle adulto é maior, resultando em menor autonomia. Já o grupo de meninos observado estabelece com a rua uma relação distinta: usam o espaço de maneira bastante autônoma, ampliando-o para além dos limites espaciais do “pedaço”.

Ao comparar as apropriações dos espaços públicos pela infância das camadas populares e das classes médias urbanas, tais apropriações se assemelham quanto aos tempos e se distinguem pela autonomia de usos pelas crianças. As crianças utilizam a Praça nos tempos definidos especialmente pelos tempos escolares, como as crianças das camadas médias e altas. No entanto, em muitos desses momentos, as crianças usuárias da Praça gozam de maior autonomia, sem a presença adulta, criando redes de sociabilidades próprias, ambiente em que a cultura infantil se desenvolve de forma relativamente livre, o que não ocorre nas camadas médias e altas, uma vez que a criança possui menor autonomia em espaços públicos nos quais a ludicidade infantil exerce-se preferencialmente em espaços privados de lazer.

No entanto, mesmo no contexto interno das periferias ou das favelas, os grupos se distinguem quanto à inserção social. Os dados obtidos durante a observação *in loco* apontam para a heterogeneidade de utilização. A maioria das famílias que mora na Praça, apesar de estar numa região onde a vulnerabilidade social é alta, aparenta condições socioeconômicas melhores do que as que moram nas favelas ao redor e piores que as que moram no bairro, configurando região fronteira. Tal heterogeneidade altera as formas que tais grupos se apropriam do espaço, ou seja, os usuários não são inseridos de forma homogênea, o que gera conflitos entre os diversos grupos.

Ao considerar que o lugar foi construído para a infância, tal perspectiva altera a posição social infantil no espaço. O uso para a brincadeira foi instituído e hoje é inquestionável. Considerando a brincadeira na sociedade contemporânea atividade essencialmente infantil, a Praça se configura como o lugar da infância. Nesse sentido, a pesquisa contribui com os

estudos que analisam as relações entre os espaços públicos e a infância urbana contemporânea, ao investigar um contexto específico em que o espaço público se identifica com tal grupo geracional. No entanto, apesar de a infância ter sido instituída como grupo dominante no uso da Praça, tal fato não elimina o conflito geracional. Tal como nas diversas instâncias em que as crianças estão inseridas, a luta pela dominação e pelo poder está presente. A hierarquia geracional e hegemonia adulta ficam claras.

Sendo a segurança um dos fatores que alteram e que definem primordialmente os projetos urbanos, a sensação de segurança percebida pelos usuários da Praça foi avaliada na pesquisa pela ótica do planejamento urbano. Alguns fatores foram levantados como hipóteses que podem explicar tal sentimento, mas se configuram apenas como especulações. Sua geometria circular e sua escala reduzida garantem o controle a partir da “vigilância natural” de seus próprios moradores.

É possível, no entanto, tratar dessa questão sob a ótica do incremento à convivência que tal configuração gerou. Ao reforçar laços comunitários, o lugar se constrói de forma coletiva e, assim, pode-se chegar ao mesmo ponto. O recorte geracional voltado para a infância sugere ações relativas à proteção das crianças usuárias, o que pode coibir o uso do espaço para ações violentas. A presença infantil no espaço pode, por um lado, incluir alguns grupos, tais como as famílias e, em especial, o grupo feminino, mas pode também excluir alguns, tais como o grupo jovem ou inibir delinquência e transgressão.

A participação da comunidade no processo de criação e construção da Praça pode ter alterado as formas de sua apropriação, no entanto neste estudo não se compara tal experiência com outras das quais a comunidade não participa, o que impossibilita a análise, mas aponta para questões que podem ser tratadas em estudos posteriores.

Viu-se que as oportunidades de lazer para as crianças tanto quanto para a juventude esbarram nos limites espaciais que os diversos interesses definem numa metrópole como Belo Horizonte. A circulação de automóveis, a dimensão privada e a segurança são, muitas vezes, priorizadas até mesmo pela instância pública.

Nesta pesquisa foram abordadas algumas questões relativas aos equipamentos existentes no ambiente, especialmente os brinquedos. Foi possível observar que as crianças ultrapassaram

as previsões de seus planejadores, ou seja, imprimiram significados próprios. Os planejadores não são capazes de prever tais usos, sendo este um dos objetivos da criança ao utilizar o brinquedo: a busca do novo desafio. Assim, tais usos escapam das tentativas adultas de controle das atividades infantis e podem gerar riscos ao usuário. O profissional que desenha o brinquedo ocupa papel intermediário, ou seja, deve considerar questões relativas ao universo infantil, no intuito de promover liberdade de apropriações, mas por outro lado é necessário que se discutam questões relativas à segurança de tais usuários. Além disso, a construção de espaços públicos e especialmente de equipamentos, tais como brinquedos, envolve a questão de manutenção deles, pois o uso intenso de tais equipamentos exige manutenção periódica. Geralmente os espaços são criados, mas as condições necessárias para a manutenção não são garantidas. A Praça Jerimum é um caso exemplar, onde, apesar dos cuidados dispensados ao lugar pelos usuários e moradores, seria necessária uma obra de manutenção. A violência contra o espaço público e a conseqüente depredação não são as causas dessa necessidade.

No entanto, poucos fabricantes nacionais desenvolvem equipamentos que garantam segurança e pouca manutenção, além das questões lúdicas, para espaços públicos brasileiros. A maioria dos equipamentos encontrados no mercado é desenvolvida especialmente para espaços controlados ou privados, ou não são resistentes e seguros.

O caso da Praça Jerimum pode ser tomado como um exemplo em que os sujeitos, ao se apropriarem dos espaços de lazer públicos, imprimem significados diversos daqueles provenientes dos seus planejadores e do senso comum. Mesmo sendo localizada numa região de altos índices de vulnerabilidade social, local tido como violento, a Praça garante aos seus usuários a possibilidade do encontro e da brincadeira, garante momentos em que as crianças vivem a infância, o tempo de brincar.

Nos estudos contemporâneos sobre a infância, o brinquedo tem sido objeto privilegiado de análise. Tendo em vista o meu lugar de arquiteto, busco contribuir para a compreensão de como a atividade da brincadeira infantil se exerce num lugar concreto. Nas sociedades contemporâneas, principalmente nas metrópoles brasileiras, em que os espaços são privatizados e definidos pelo pertencimento social de seus usuários, a criança torna-se uma das principais vítimas da segregação por meio do espaço. É fundamental a formulação de políticas públicas para a criação de espaços públicos de lazer voltados para a infância.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel; LEÓN, Oscar Dávila. *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.com.br/downloads/caderno_JUV_final.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2006.

ALMEIDA, Elvira de. *Arte lúdica*. São Paulo: Edusp, 1997.

ÁLVARES, Lúcia Capanema; MACHADO, Fernanda de Alencar. *Parques urbanos e desenvolvimento do turismo de base local: a popularização da Pampulha através do Parque Ecológico José Lins do Rego*. Apresentado no VII Encontro Nacional de Turismo de base local. Curitiba, 2004.

AMERICAN PLANNING ASSOCIATION. A thematic chronology of planning. Disponível em <<http://www.planning.org/pathways/1900-1919>>. Acesso em: 11 mar. 2007.

ANDRÉ, Marli E. D. A.; LÜDKE, Menga. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

ANGULO, Juan Carlos; NETO, Carlos; SMITH, Peter; PEREIRA, Beatriz Oliveira. *Reinventar los espacios de recreo para prevenir la violencia escolar*. Cultura y Educación, Fundación Infância y la Aprendizaje, n. 13, v. 3, p. 297-311. 2002.

ANUÁRIO DE BELO HORIZONTE, Ano 2, n. 2. p. 104-105, 1954.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

ARIÈS, Philippe. A família e a cidade. In: FIGUEIRA, Sérvulo Augusto; VELHO, Gilberto (Coord.). *Família, psicologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ATZINGEN, Maria Cristina Von. *A história do brinquedo: para as crianças conhecerem e os adultos se lembrarem*. São Paulo: Alegro, 2001.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas-São Paulo: Papirus, 1994.

AVELAR, Marjorie de; DINIZ, Flávio Pereira. *Os movimentos sociais sob a perspectiva da Ciência Política*. Revista Possibilidades, Ano 2, no.6, out./dez. 2005. Disponível em: <www.npmueg.ubbihp.com.br/possibilidades6>. Acesso em: 15 jul. 2006.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Disponível em: <[http://portal1.pbh.gov.br/assistência social/prevenção](http://portal1.pbh.gov.br/assistência%20social/prevenção)>. Acesso em: 23 ago. 2006.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Disponível em: <[http://portal1.pbh.gov.br/orçamento participativo/participação em BH](http://portal1.pbh.gov.br/orçamento%20participativo/participação%20em%20BH)>. Acesso em: 18 jul. 2006.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Lei de parcelamento, ocupação e uso do solo, n. 7.166 de 27/8/1996.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência Social. *Revista Criança Pequena*. Belo Horizonte, 2002.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Coordenação da Política Social. *Pensar BH: política social*. Edição Especial. Belo Horizonte, out./dez. 2003.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Diretoria de Políticas para a Criança e o Adolescente. *Política social do município para a criança pequena: formulando novas ações*. Belo Horizonte, 2000. Relatório,

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Esportes. *O lúdico e as políticas públicas: realidade e perspectivas*. Belo Horizonte, 1995.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Departamento de Parques e Jardins. *Parques de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 1998.

BENJAMIN, Walter. *Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação*. São Paulo: Summus, 1984.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOULTON, Michael J.; SMITH, Peter K. *Ethnic, gender partner and activity preferences in mixed-race schools in U. K.: playgrounds observations*. In: HART, C. *Children on playgrounds: research, perspectives and applications*. Albany, NY: Sunny Press, 1993.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A educação como cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil, 1988*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. Lei n. 8.069, de 1990.

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação, 1996.

BRASIL. Lei orgânica da assistência social. Lei n. 008.742 de 1993.

BRETT, Arlene *et al.* *The complete playground book*. Syracuse, New York: Syracuse University Press, 1993.

BROUGÈRE, Gilles. *Brinquedo e cultura*. São Paulo: Cortez, 1997.

CAHAN, Emily *et al.* The elusive historical child: ways of knowing the child of history and psychology. In: ELDER, G. H.; MODELL, J.; PARKE, R. D. *Children in time and place: developmental and historical insights*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CAMPOS, Antonio Carlos. A cidade, espaço de convivência. *Biblio 3W: Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales. Serie documental de Geo Crítica*, Universidade de Barcelona, v. IX, n. 546, nov. 2004. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-546.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2006.

CARDOSO, Ruth C. L. As aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, Ruth C. L. (Org.). *A aventura antropológica*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

CARRANO, Paulo César Rodrigues; SPÓSITO, Marília Pontes. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: REUNIÃO ANUAL DO ANPEd, 26, Poços de Caldas-MG, 2003. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, set./out./nov./dez. 2003. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE24/RBDE24_05_MARILIA_PONTES_SPOSITO_E_PAULO_CESAR_RODRIGUES_CAR.pdf> Acesso em: 21 ago. 2006.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CHAMBOREDON, Jean Claude; PRÈVOT, Jean. O “ofício de criança”: definição social da primeira infância e funções diferenciadas da escola maternal. *Cadernos de Pesquisa*, n. 59, p. 32-56. São Paulo, nov. 1986.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. Entrevista concedida a Aparecida Paiva e Aracy Evangelista. *Presença Pedagógica*, v. 6, n. 31. jan./fev. 2000.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

CORSARO, William A. A reprodução interpretativa no brincar ao “faz-de-conta” das crianças. *Educação, Sociedade & Culturas*, Porto, n. 17. p. 113-134. 2002.

CORSARO, William A. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. *Educação & Sociedade: revista da ciência da educação*. Centro de Estudos Educação e Sociedade. São Paulo, v. 26: Sociologia da infância: pesquisas com crianças, maio/ago.2005.

CRIANÇAS devem fazer mais exercícios físicos. *Estado de Minas*, p. 20, 23 jul. 2006.

DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

DAMATTA, Roberto. O ofício do etnólogo, ou como ter “anthropological blues”. In: NUNES, Edson (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DAYRELL, Juarez. *Juventude, escolarização e poder local: relatório da primeira fase da pesquisa: Políticas públicas de juventude na região metropolitana de Belo Horizonte*. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/pf/rel_mg.pdf>. Acesso em: 22 ago, 2006.

DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira. *Equilibrando sobre um arame de farpas: infância e indelicadeza no Cotidiano do Alto Vera Cruz*. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira. *Educação Infantil e conhecimento escolar: reflexões sobre a presença do brincar na educação de crianças pequenas*. In: CARVALHO, Alysson et al (Org.). *Brincar(es)*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

DEL PRIORE, Mary (Org.). *A história das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

DEMARTINI, Zélia; FARIA, Ana Lúcia G; PRADO, Patrícia. *Por uma cultura da infância: metodologia de pesquisas com crianças*. Campinas: Autores Associados, 2002.

DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva: Sesc, 1999.

FARIA, Ana Lúcia G. *Direito à infância: Mário de Andrade e os parques infantis para as crianças de família operária na cidade de São Paulo (1935-1938)*. 1993. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

FARIAS, Ana Maria. Os projetos dos espaços públicos no Brasil: entre as soluções técnicas e a apropriação popular. In: V ENEPEA, 2000, Rio de Janeiro, *Anais...* Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, v. I, 2000. p. 30-38.

FARIA, Eliene Lopes; ROSA, Maria Cristina. *Produzindo espaços, apropriando-se de lugares: o brincar da rua e da escola a partir das contribuições de Certeau*. Licere, Belo Horizonte, v. 3, n. 1. 2000.

FERNANDES, Florestan. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

FERNANDES, Rogério; KUHLMANN, Moyses. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). *A infância e sua educação*. Belo Horizonte, Autêntica, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Positivo, 2004.

FERREIRA, Manuela. “A gente gosta é de brincar com os outros meninos”: relações sociais entre crianças num Jardim de Infância. Porto: Afrontamento, 2004.

FERREIRA, Manuela. “Branco demasiado” ou... reflexões epistemológicas, metodológicas e éticas acerca da pesquisa com crianças. 2006. Mimeo.

FERREIRA, Manuela. Do “avesso” do brincar ou... as relações entre pares, as rotinas da cultura infantil e a construção da(s) ordem(ens) social(ais) instituintes das crianças no jardim-de-infância. In: CERISARA, Ana Beatriz; SARMENTO, Manoel (Org.). *Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação*. Porto: Asa, 2004.

FILIZZOLA, Ana Carolina Bonjardim. *Na rua, a “troça”, no parque a troca*. 1994. Dissertação de Mestrado em Educação – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1988.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 25. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1987.

GARCÍA, Joaquín Torres. *Universalismo constructivo*, Buenos Aires: Poseidón, 1941. Disponível em <<http://www.rau.edu.uy/uruguay/cultura/torres.htm>> Acesso em: 14 ago 2006.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (orgs.). *História da vida privada: da renascença ao século das luzes*. Companhia das Letras, 1993. v. 3.

GOBBI, Márcia. Desenho infantil e oralidade: instrumentos para pesquisas com crianças pequenas. In: DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri; FARIA, Ana Lúcia Goulart; PRADO, Patrícia Dias (Org.). *Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2002.

GOBBI, Márcia. Mário de Andrade e os desenhos das crianças pequenas: olhares de “turista aprendiz”. In: FREITAS, Marcos César de (Org.). *Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude*. São Paulo: Cortez, 2006.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. A escolarização da “meninice” nas Minas oitocentistas: a individualização do aluno. In: FONSECA, Thais Nívia de Lima; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. *Anjos sobre a cidade: a criança de favela e seu mundo de cultura*. 1990. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1990.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Infância: entre a anterioridade e a alteridade. In: DIAS, Fátima Regina (Org.). *Desenvolvimento e aprendizagem*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

HARTLE, Lynn; JOHNSON, James E. Historical and contemporary influences of outdoor play environments. In: HART, C. *Children on playgrounds: research, perspectives and applications*. Albany, NY: Sunny Press, 1993.

HORELLI, Liisa. *Children as urban planners: examples from Finland*. Disponível em <http://www.eu2001.se/culture/eng/docs/Liisa_Horelli-tal.pdf> Acesso em 17 set. 2006.

HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*. 5. ed. São Paulo. Perspectiva, 2004.

HUNT, Lynn. Revolução Francesa e vida privada. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 4.

JULIÃO, Letícia. *Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1992.

KINCHELOE, Joe L.; STEINBERG, Shirley R. Sem segredos: cultura infantil, saturação de informação e infância pós-moderna. In: KINCHELOE, Joe L.; STEINBERG, Shirley R. (org.). *Cultura infantil: a construção corporativa da infância*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *Jogos tradicionais infantis: o jogo, a criança e a educação*. Petrópolis: Vozes, 1993.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O jogo e a educação infantil. *Perspectiva*, v. 12, n. 22, dez. 1994.

KRAMER, Sonia. *Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 116, p. 41-59, 2002.

KRAMER, Sonia. Pesquisando infância e educação: um encontro com Walter Benjamin. In: KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel (Org.). *Infância: fios e desafios da pesquisa*. 5. ed. Campinas: Papirus, p. 13-38, 2005.

KUHLMANN, Moyses. *Infância e educação infantil*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

KYTTÄ, Marketta. *Children in outdoor contexts: affordances and independent mobility in the assessment of environmental child friendliness*. 2003. Tese (Doutorado). Universidade de Tecnologia de Helsinki, 2003.

LANSKY, Samy. *Ao ar livre*, 2000. Não publicado.

LEFAIVRE, Liane; ROODE, Ingeborg de (Ed.). *Aldo van Eick: the playgrounds and the city*. Rotterdam: Nai Publishers, s/d.

LERNER, Jaime. *Acupuntura urbana*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LIMA, Mayumi Souza. *A cidade e a criança*. São Paulo: Nobel, 1989.

LIMA, Mayumi Souza. A criança e a percepção do espaço. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 31, p. 73-90, dez. 1979.

LIMA, Sérgio de Souza (Coord.). *Mayumi Watanabe de Souza Lima: arquitetura e educação*. São Paulo: Nobel, 1995.

MACEDO, Ana Vera Lopes da Silva; NUNES, Ângela; SILVA, Aracy Lopes da Silva (Org.). *Crianças indígenas: ensaios antropológicos*. São Paulo: Global, 2002.

MACEDO, Silvio Soares; QUEIROGA, Eugênio Fernandes. ROBBA, Fábio. *Projeto QUAPÁ*. Quadro do Paisagismo no Brasil, módulo IV. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, não publicado.

MACEDO, Silvio Soares; ROBBA, Fábio. *Praças brasileiras*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MACEDO, Silvio Soares et al. *Sistema de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea: estudos de caso em metrópoles-cidades e novas territorialidades urbanas brasileiras*. Proposta de pesquisa. Ensaio não publicado, 2005.

MACIEL, Marieta Cardoso. *O projeto em arquitetura paisagística: praças e parques públicos de Belo Horizonte*. 1999. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

MAGALHÃES, Celina Marina Colino; PONTES, Fernando Augusto Ramos. A transmissão da cultura na brincadeira. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 16, n. 1, p. 117-124, 2003.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Os circuitos dos jovens urbanos. *Tempo Social*, v. 17, n. 2. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 out. 2006.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, José Guilherme Cantor; TORRES, Lílían de Lucca (Org.). *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. 2. ed. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2000.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné-Melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1998 (Os Pensadores).

MARANHÃO, Maria Helena P. Gomes; SANTOS, Elida Dias; SIQUEIRA, Lúcia de Andrade. *Espaços urbanos seguros: recomendações de projetos e gestão comunitária para obtenção de espaços urbanos seguros*. Recife: Prefeitura Municipal, 2004.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e educação*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1987.

MATOS, Maria Izilda Santos de Matos. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2002.

MIRANDA, Danilo Santos de (Org.). *O parque e a arquitetura: uma proposta lúdica*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996.

MONTANDON, Cléopâtre. Sociologia da infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 112, p. 33-60. mar./2001.

NASCIMENTO, Anelise. *Infância e cidade: crianças e adultos em uma pracinha do Rio de Janeiro*. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2004).

NETO, Carlos. *A criança e o jogo: perspectivas de investigação*. Disponível em: <<http://www.fmh.utl.pt>>. Acesso em: 8 ago. 2006.

NETO Carlos; PEREIRA, Beatriz Oliveira. O tempo livre na infância e as práticas lúdicas realizadas e preferidas. *Ludens*, n. 14, v. 1, p. 35-41, 1994.

NIEMEYER, Carlos Augusto da Costa. *Parques infantis de São Paulo: lazer como expressão de cidadania*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2002.

OLIVEIRA, Cláudia. *O ambiente urbano e a formação da criança*. São Paulo: Aleph, 2004.

PARGA, José Sanchez. *Orfandades infantiles y adolescentes: introducción a uma sociologia de la infância*. Quito: Abya-Yala, 2004.

PEREIRA, Beatriz Oliveira. Children's playground accessibility in north of Portugal. *World Leisure Journal*, n. 46, v. 1, p. 38-45. World Leisure Association, 2004.

PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada: da revolução francesa à primeira guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 4.

PERROTTI, Edmir. *Confinamento cultural, infância e leitura*. São Paulo: Summus, 1990.

PINTO, Manuel. A infância como construção social. In: PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto (Coord.). *As crianças: contextos e identidades*. Minho: Universidade do Minho, 1997.

ROSEMBERG, Fúlvia. Criança pequena e desigualdade social no Brasil. In: FREITAS, Marcos César de (Org.). *Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude*. São Paulo: Cortez, 2006.

SALGADO, Sebastião. *Retratos de crianças no êxodo*. São Paulo: Schwarcz, 2000.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo. In: VELHO, Gilberto (Coord.). *O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: USP, 2004.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz (Coord.). *Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação*. Porto: Asa, 2004.

SARMENTO, Manuel Jacinto. *Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância*. Educação e Sociedade: revista de ciência da educação. Campinas, v. 26, n. 91, maio/ago. 2005.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Imaginário e culturas da infância. *Cadernos de Educação*, Pelotas, v. 12, n. 21, p. 51-69, 2003.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Infância, exclusão social e educação como utopia realizável. *Educação e Sociedade*, São Paulo, v. 23, n. 78, p. 265-283. abr. 2002.

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Cortez, 2003.

SARTI, Cynthia Andersen. Família e jovens. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 11. maio/jun./jul./ago. 1999.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Viver na metrópole: o espaço da criança*. Texto apresentado em mesa-redonda no IX Simpósio de Geografia Urbana em Manaus, em 2005. Não publicado.

SENNET, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SIROTA, Régine. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 112, p. 7-31. mar 2001.

SPÓSITO, Marília Pontes. *Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

SUTTON-SMITH, Brian. *The ambiguity of play*. Cambridge: Harvard University Press, 2001.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.

TONUCCI, Francesco. *La ciudad de los niños: um modo nuevo de pensar la ciudad*. Buenos Aires, Losada: UNICEF, 1996.

VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura escolar, cultivo de corpos: educação physica e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VAGO, Tarcísio Mauro. *Da rua para a escola: a escolarização de práticas lúdicas em Belo Horizonte (1897-1930)*. Projeto de Doutorado apresentado à Faculdade de Educação da USP, 1995.

VEIGA, Cynthia Greive. *Cidadania e educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX*. Bragança Paulista: Edusf, 2002.

VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VIANNA JÚNIOR, Hermano Paes. *O baile funk carioca: festas e estilos de vida metropolitanos*. 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: ESCOLANO, Agustín; VIÑAO FRAGO, Antonio. *Currículo e subjetividade: a arquitetura como programa*. 2. ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2001.

VIÑAO FRAGO, Antonio. El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. *Revista Contemporaneidade e Educação*, Rio de Janeiro, ano V, n. 7, 2000.

WAJSKOP, Gisela. *Brincar na pré-escola*. São Paulo: Cortez, 1995.

WERNECK, Christianne Luce Gomes. *Significados de recreação e lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)*. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: NOVAIS, Fernando A. (Org.) *A história da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3.

ZALUAR, Alba. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Revan, 1996.